

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**LUCAS SANTOS ROSA**

**A MASCULINIDADE (EM) REVISTA: O ESTEREÓTIPO DO IDEAL DE HOMEM  
MÁSCULO NA DÉCADA DE 1950**

**CURITIBA**

**2019**

**LUCAS SANTOS ROSA**

**A MASCULINIDADE (EM) REVISTA: O ESTEREÓTIPO DO IDEAL DE HOMEM  
MÁSCULO NA DÉCADA DE 1950**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas, Área de Concentração em: Teoria e História dos Direitos Humanos, da Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Cecília Barreto Amorim Pilla

**CURITIBA**

**2019**

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central  
Edilene de Oliveira dos Santos CRB-9 /1636

R788m  
2019

Rosa, Lucas Santos  
A masculinidade (em) revista : o estereótipo do ideal de homem másculo na década de 1950 / Lucas Santos Rosa ; orientadora, Maria Cecília Barreto Amorim Pilla. – 2019  
134 f. : 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2019.  
Bibliografia: f.127-134

1. Direitos humanos. 2. Identidade de gênero. 3. Masculinidade. 4. Homem - Na comunicação de massa. I. Pilla, Maria Cecília Barreto Amorim.  
II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas. III. Título.

Doris 3. ed. – 323.4

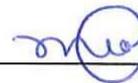
**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 030/2019  
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE**

Aos vinte e sete dias, do mês de fevereiro de dois mil e dezenove, às quinze horas reuniu-se na Sala Um – localizada no Segundo Andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a banca examinadora constituída pelas professoras: Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla, Karina Kosicki Bellotti e Jaci de Fátima Souza Candiotto para examinar a dissertação do candidato **LUCAS SANTOS ROSA**, ingressante no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas - Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e dezessete. Área de concentração: Direitos Humanos, Ética e Políticas Públicas - Linha de pesquisa: Teoria e História dos Direitos Humanos. O mestrando apresentou a dissertação intitulada **A MASCULINIDADE (EM) REVISTA: O ESTEREÓTIPO DO IDEAL DO HOMEM MÁSCULO NA DÉCADA DE 1950**. O Candidato fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, o Candidato foi Aprovado pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 17 h 20 min. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Observações: Fazer uma revisão ortográfica e gramatical. Reestruturação de alguns itens apontados pela banca.

A avaliadora professora doutora Karina Kosicki Bellotti teve participação na banca de defesa de dissertação por videoconferência e está de acordo com os termos acima descritos

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla \_\_\_\_\_  
Presidente/Orientadora



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karina Kosicki Bellotti – participação por Videoconferência  
Convidada Externa

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Jaci de Fátima Souza Candiotto \_\_\_\_\_  
Convidada Interna



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cecilia Barreto Amorim Pilla  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos humanos e Políticas Públicas  
*Stricto Sensu – PPGDH PUCPR*

A José Rosa e Rosa dos Santos Rosa,  
meus avós, que tornaram possível minha  
pós-graduação por meio de sacrifícios e  
esforços que fizeram no passado.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao apoio de minha família, em especial à minha mãe, Semíramis, que sempre me incentivou a continuar com meus estudos e conquistar cada vez mais um novo grau de instrução, assim como minha tia Thaís, por saber lidar comigo durante esse tempo de pós-graduação, que não foi dos mais fáceis. Essa conquista é de vocês duas tanto quanto minha.

Agradeço à minha orientadora, Maria Cecília Barreto Amorim Pilla, que me acompanhou ao longo de minha jornada acadêmica desde a iniciação científica ao longo de minha graduação, aprimorando meus conhecimentos e propiciando meu crescimento como pesquisador. Se eu cheguei até aqui foi graças aos seus conselhos e dicas. Obrigado por me tornar um verdadeiro pesquisador.

Agradeço aos meus amigos da graduação, em especial Marina e Larissa, por me incentivarem ao longo desta nova etapa da minha vida e me ajudarem quando foi necessário com referências e demonstrando apoio, arranjando um tempo para mim quando era necessário.

Aos meus colegas da pós-graduação, por completarmos esta jornada juntos e conquistarmos este objetivo, cada um de seu próprio jeito, incentivando as conquistas uns dos outros. Foi uma bela caminhada ao lado de vocês.

Agradeço à Mariana Post, minha melhor amiga há quase uma década por tudo o que já vivemos e todas as conquistas que tivemos um ao lado do outro, por ter me ajudado em momentos difíceis e por ser, ao longo de nossa amizade, minha irmã de outra mãe que sempre se preocupou comigo e mesmo com nossa rotina não deixamos a amizade definhando. Que nossas futuras conquistas continuem sendo compartilhadas e celebradas por nós dois, do jeito que deve ser.

Ao TTS, minhas amigas que estiveram comigo ao longo dessa jornada seja conversando e me apoiando ou me ajudando a extravasar qualquer coisa ruim que estivesse me incomodando. Obrigado pelas saídas para que eu não esquecesse de ter uma vida social e os apoios nas horas certas, assim como meu novo hábito de distração graças a vocês. Quem sabe agora eu termino mais um anime. Giovana, eu sempre vou agradecer por você ser essa pessoa incrível que sempre cuida de mim quando saímos e se preocupa com meu bem-estar. Gabrielle, obrigado por ter ficado por perto mesmo com sua rotina corrida, ainda que você ocasionalmente acabe

dormindo pelos cantos. Vocês sempre serão, para mim, como duas irmãs mais velhas que me acolheram quando precisei e não podia ser mais grato por resignificarem para mim a palavra viver.

Aos meus amigos de longe, mas que ao mesmo tempo estão perto, Stephanie e Pedro, por terem me aguentado ao longo desses anos com tantos altos e baixos em nossas vidas servindo um ao outro como o apoio que era necessário para ficarmos bem. Obrigado por aturarem minhas irritações e mudanças de humor, assim como por terem tido paciência comigo por tanto tempo. Ainda vou recompensá-los por isso, é uma promessa.

## RESUMO

A presente dissertação tem como tema a masculinidade e sua atuação dentro do mercado das revistas femininas da década de 1950 no Brasil. O objetivo principal do trabalho foi procurar nas edições ao longo dos anos analisados se havia algum tipo de padronização e homogeneização do ideal de homem que as mulheres deveriam procurar, analisando o estado de reprodução perpetuada da masculinidade. Os objetivos específicos estão envolvidos em contextualizar o que é gênero, assim como a identidade de gênero procurando entender o que se classifica como masculinidade, assim como o papel da mídia em apoio ao Estado para homogeneizar comportamentos. Também foi analisado o contexto histórico do Brasil ao longo da década de 1950 e a função da família neste período. Por fim, as fontes foram categorizadas e sistematizadas de acordo com a proposta desta dissertação, observando se havia uma padronização do homem e o ideal de masculinidade. Utilizou-se como metodologia a metodologia bibliográfica com análise dedutiva e interpretativa. Concluiu-se que de fato, havia uma tentativa de padronização do ideal do másculo que reflete até os dias atuais, por mais que não fosse algo generalizado a ponto de não haverem outras opiniões em outros jornais. Esta idealização tornou-se algo que reflete diretamente na liberdade do indivíduo de se expressar e no respeito ao próximo, prendendo-o em um padrão idealizado e aprovado pela sociedade.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Gênero. Masculinidade. Revista.

## ABSTRACT

The following dissertation has as its theme the masculinity and its performance inside the women's magazines market of the 1950's decade in Brazil. The main objective of this paper was to search the editions along the analyzed years to see if there was some kind of standardization and homogeneization of the ideal of man that women should look for, analyzing the state of perpetuated reproduction of masculinity. The specific objectives are involved in contextualize what gender is, as well as gender identity, trying to understand what is classified as masculinity, as well as the role of media in support of the State to homogenize behaviors. It was also analysed Brazil's historical context along 1950's and the family function in this period. Lastly, the sources were categorized and systematized according to this dissertation proposition, observing whether there was a man's padronization and the ideal of masculinity. It was used as methodology the bibliographic methodology with deductive and interpretative analysis. It was concluded that, indeed, there was an attempt of standardization of the masculine's ideal that reflects until nowadays, even though it wasn't something generalized to point of there were no other opinion on other newspapers. This idealization became something that reflects directly on the freedom of the individual to express himself and in the respect for others, attaching it to a standard idealized and approved by the society.

**Key-words:** Human Rights. Gender. Masculinity. Magazines.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. (DES)CONSTRUINDO A MASCULINIDADE .....</b>	<b>17</b>
2.1 GÊNERO E MASCULINIDADE: A IDEALIZAÇÃO DE UMA CATEGORIA SOCIAL .....	22
2.2 O PAPEL DO ESTADO E DA IMPRENSA NA PROPAGAÇÃO DA VIRILIDADE .....	49
<b>3. O BRASIL E O BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1950.....</b>	<b>60</b>
3.1 O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DO BRASIL NA DÉCADA DE 1950.....	62
3.2 PAI, MARIDO E FILHO: O HOMEM BRASILEIRO E SUA FAMÍLIA.....	78
<b>4. IMPRENSA BRASILEIRA E SOCIEDADE: O JORNAL DAS MOÇAS .....</b>	<b>97</b>
4.1 O <i>JORNAL DAS MOÇAS</i> E A IDEALIZAÇÃO DO FEMININO E MASCULINO.. ..	101
4.1.1 Discreto e elegante: os anúncios voltados ao público masculino .....	117
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>127</b>
<b>FONTES PRIMÁRIAS.....</b>	<b>134</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A dissertação a seguir tem como intuito desenvolver uma pesquisa ligada à questão do ideal de masculinidade e as relações de gênero no Brasil da década de 1950 através da mídia impressa, em específico pelo periódico *Jornal das Moças*, com foco na idealização e padronização do masculino veiculado em uma revista voltada para o público feminino.

O recorte temporal foi escolhido por conta da década de 1950 ser considerada como os “Anos Dourados”, período do qual comumente se pressupõe que a sociedade idealizou o glamour e perpetuou estereótipos para seus cidadãos o mais próximo possível do que se definia como perfeição. Foi também um tempo de mudanças e inovações tecnológicas, consistindo num avanço dos modos de vida em meio a certo conservadorismo pós-guerra. Além disto, o recorte temporal também se estabelece pouco antes da ditadura militar de 1964, tornando-se um período muito rico por estar inserido num espaço de tempo entre eventos de grandes transformações e de considerável instabilidade.

Outros fatos relevantes para a escolha do recorte temporal se dão pela Carta das Nações Unidas de 1945 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, ambos estabelecidos poucos anos antes do início da década de 1950. Tais documentos serão analisados para estabelecer uma relação entre a sociedade da época com a própria questão dos Direitos Humanos, procurando entender se houve algum tipo de mudança de comportamento diante de suas sugestões.

Além disto, a década de 1950 teve início há quase setenta anos antes do momento de conclusão desta dissertação, o que o torna relativamente recente no que diz respeito ao tempo histórico. Por conta deste motivo, é compreensível que as últimas gerações tiveram ao menos certa influência diante dos modelos sugeridos pela revista e impostos pela sociedade em seu discurso de reprodução contínua possibilitando sua perpetuação. Desta forma, se faz possível uma assimilação da perpetuação do discurso ao comparar os modelos de másculo expostos nas páginas da revista com o que é reproduzido até os dias atuais.

O recorte espacial teve sua escolha a partir de estudos de periódicos e anúncios da mídia, optando pelo Brasil como um todo, já que muitos periódicos apesar de serem produzidos localmente eram distribuídos por toda a nação, como é

o caso do *Jornal das Moças*. A escolha pelo Brasil também foi definida pela riqueza de fontes e referenciais bibliográficos e também como uma forma de valorização da história nacional.

Justifica-se a escolha do tema a partir da ideia de que grande parte das pesquisas de gênero não abordam o estudo do homem, possibilitando abordagens a partir da relação entre os gêneros, tendo o potencial de proporcionar outras pesquisas a partir desta, devido à riqueza do tema. Um dos nomes em destaque na pesquisa historiográfica sobre o tema é Maria Izilda de Matos<sup>1</sup>, que analisou as possibilidades dos estudos de gênero na contemporaneidade, tendo participação na ampliação da análise desta categoria no campo historiográfico.

O periódico que serviu como fonte, por sua vez, foi escolhido por afinidade pessoal, já que haviam sido realizadas pesquisas relacionadas a este, mas no que diz respeito ao universo feminino, alimentação e a publicidade inserida neste. Para a elaboração desta dissertação, optou-se pela escolha do *Jornal das Moças* por haver um conhecimento prévio de como era a elaboração deste periódico, auxiliando na análise posterior.

Sua escolha também foi dada por se encaixar na questão da veiculação nacional, ainda que fosse produzido no Rio de Janeiro. O acesso a fonte foi dado através da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital<sup>2</sup>. O *Jornal das Moças* foi um periódico de publicação semanal que circulou no Brasil por um longo período, sendo produzido desde a década de 1910 até meados de 1960, possuindo milhares de edições ao longo dos anos, sendo que no acervo online existe a disponibilização até a edição 2422, publicada em 1961.

A revista trata de diversos assuntos, como questões para o lar, em especial no que diz respeito a receitas, que possuíam uma sessão específica para isto e dicas de como limpar e arrumar determinado objeto, ou certo tipo de tecido. Havia também dicas de beleza, sobre como se maquiar de acordo com o formato de seu rosto, quanto batom era adequado utilizar pelo tamanho de seus lábios e anúncios dos mais variados produtos e marcas promovendo um maior consumo de produtos de beleza. No periódico ocasionalmente era abordado como educar seus filhos, adequando-os para a sociedade e tornando as meninas futuras esposas idealizadas

---

<sup>1</sup> Entre seus trabalhos, ganha destaque o artigo “Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea”, disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634463>>

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

e os meninos cumprindo seu papel de homem másculo quando crescessem. Atividades artesanais também apareciam ocasionalmente ao longo da revista, como motivos para panos de prato, pontos de bordado e outras atividades com agulha e linha que normalmente eram direcionadas para o embelezamento do lar. Além destas categorias, também haviam artigos e colunas sobre como encontrar – ou caso já o tenha conquistado, manter – o homem certo.

Artistas do rádio e do cinema apareciam ao longo das páginas, às vezes em matérias específicas sobre eles com entrevistas e anúncios de lançamentos de novas músicas ou filmes, e outras vezes em anúncios de produtos. Letras de músicas e charges também estampavam as edições do *Jornal das Moças*, assim como contos e crônicas que se estendiam por alguns números semanais para terem seu fim caracterizado por um desfecho moralizador, de acordo com a sociedade da época. Também apareciam de modo negativo muitos sentimentos tidos como femininos, como o ciúme. Sentimentos e questões psicológicas normalmente apareciam em testes de edições específicas, sem serem um tópico de aparições constantes nas edições da década. Além disso, em suas edições existia um encarte de moldes de vestidos, saias e camisas para as jovens se manterem atualizadas nas novas tendências da moda, sempre buscando manter o desejo pelo novo e atualizarem suas leitoras para que elas se mantivessem continuamente dentro do padrão desejado.

Serão analisados quatro aspectos fundamentais do *Jornal das Moças* no que diz respeito a reprodução do estereótipo másculo para as leitoras, sendo esses: os anúncios de produtos que se voltavam principalmente para o público masculino, observando sua figura de linguagem e o modo como eles eram anunciados comparados aos produtos voltados para o público feminino. Os artigos voltados para como agradar os homens que apesar de serem direcionados para as mulheres estabeleciam uma relação de como a figura feminina deveria se portar para o ego másculo não ser ferido, mas enaltecido. As colunas com essas mesmas intenções, em especial as publicadas pelo “Carnet das Jovens”, que aconselhava garotas que ainda estavam pensando em casar assim como mulheres já casadas respondendo suas perguntas sobre os mais variados assuntos voltados para a felicidade da vida matrimonial, normalmente colocando a culpa na mulher. Por fim, as notas de rodapé que apareciam ocasionalmente, sempre sem autoria – assim como grande parte dos artigos – com alguns conselhos e ditados para as mulheres dos mais variados

assuntos, focando no tópico do homem idealizado e de como a mulher sábia deveria se portar.

Ao todo, ao longo dos dez anos de análise levantados, foram estudadas 505 edições do periódico. No entanto, de acordo com a numeração existente online pela Hemeroteca, a primeira edição de 1950, é numerada como 1803, enquanto a última de 1959 possui o número 2324. Sendo assim, haveria um total de 521 edições da revista publicadas ao longo da década, evidenciando a ausência de algumas edições ao longo dos anos. Outro lado negativo é que algumas páginas de determinadas edições estão borradas, ou então danificadas pelo tempo, o que dificulta a análise na intenção de obter dados concretos.

O contexto da pesquisa se relaciona aos Direitos Humanos no que se refere à liberdade individual e a liberdade de expressão de cada sujeito, visto que também irá ser trabalhada a questão da marginalização dos que não correspondem aos ideais criados, assim ferindo o indivíduo em seu próprio sentido de ser humano e respeito ao próximo. Também relacionado aos Direitos Humanos está a ideia do poder daquele que se encaixa no padrão diante daquele que está como um *outsider*, estabelecendo uma crítica diante do respeito ao próximo e a teórica liberdade da pessoa ser quem ela quiser ser, uma vez que a sociedade normatiza e estereotipa comportamentos em um estado de reprodução contínuo.

A problemática da pesquisa se estabelece diante do questionamento de uma presença homogeneizadora de comportamentos através do que era considerado adequado e idealizado para um homem ao longo das publicações do periódico *Jornal das Moças*, ferindo a liberdade do indivíduo. Por este motivo as quatro categorias analisadas dentro do periódico foram escolhidas, pois podem possibilitar esta compreensão de reprodução comportamental.

É importante recordar que gênero, nesta dissertação, é definido como categoria de análise social, usufruindo desta abordagem para o entendimento do másculo e a perpetuação do ideal de masculinidade no homem da década de 1950. Portanto, ao longo do trabalho, a terminologia de masculino e másculo serão variáveis para a classificação no que diz respeito a gênero, enquanto homem será apresentado como a questão biológica do indivíduo.

A ideia da problemática estabelecendo-se no que diz respeito a ferir a liberdade do indivíduo se insere na concepção da normatização comportamental da pessoa a partir do envolvimento com a sociedade, investigando se ocorre, de fato, a

ideia do estado de perpetuação em que o homem se torna um refém de sua própria masculinidade, adequando-se ao longo da pesquisa para os tempos atuais e verificando se essa perpetuação neste estado cíclico continua a se repetir.

Os objetivos da pesquisa foram estabelecidos de modo que o objetivo geral seja observar a relação do masculino com seu estereótipo moldado pela sociedade da década de 1950 e seus eventuais efeitos em uma sociedade tradicional que reproduz conceitos e preconceitos, de modo que a valorização do masculino tenha efeito até os dias atuais, afetando a questão dos Direitos Humanos em sua relação com a valorização e respeito perante a identidade do sujeito.

Os objetivos específicos estão divididos em três itens, organizados para serem expostos ao longo de cada capítulo, respectivamente. O primeiro destes é contextualizar a definição de gênero, cisgênero, identidade e expressão de gênero. Para isso, serão analisados autores que trabalham com o tema, explicitando o entendimento de gênero para esta dissertação como categoria de análise social, assim como também será abordada a questão da masculinidade, em especial sua construção e internalização desde a infância.

O segundo objetivo pretende analisar o contexto histórico e social do Brasil ao longo da década de 1950. Um dos principais focos é a questão política para compreender a nova necessidade da modernização, industrialização e urbanização que aparece com um grande aumento durante essa década. Também é necessário compreender a ideia de família da década de 1950, com seus tabus, expondo os papéis desejados do pai e da mãe na sociedade e no lar e diante de seus filhos.

Por fim, mas não menos importante, o objetivo ligado ao terceiro capítulo será relacionar os dados levantados a partir das edições analisadas e sistematizá-las de modo que ocorra uma compreensão do que tradicionalmente era esperado do homem durante o período, procurando ver se havia, ou não, influencia comportamental midiática no homem brasileiro durante o período escolhido para análise. A partir das quatro categorias separadas, será compreendido o que a revista trazia como ideal de masculinidade e utilizá-la para a metodologia escolhida.

A metodologia escolhida para esta dissertação foi a bibliográfica, pois de acordo com as autoras escolhidas, periódicos encontram-se dentro desta classificação, o que para outros autores seria considerado como pesquisa documental. Procurou-se realizar um diálogo da fonte com artigos e livros de

diversas áreas para que se pudesse extrair bons resultados dos dados coletados da fonte.

O método de análise escolhido foi o método dedutivo, com a análise do conteúdo das páginas do jornal, e interpretativo por meio da interpretação do que estava escrito, cabendo ao autor compreender o que o jornal desejava transmitir a partir de seu discurso. A escolha pelo método dedutivo, foi para garantir que, mesmo com dados faltando, não se generalize a pesquisa e evite que ela seja tomada como regra geral, abrindo espaços para questionamentos, uma vez que alguns dados que não estão presentes no servidor online da Biblioteca Nacional Digital poderiam alterar alguma parte da dissertação.

Ao final da análise, se discute a existência da permanência do estereótipo da masculinidade e da virilidade na sociedade brasileira do começo do século XXI, procurando estabelecer uma relação do que se tem hoje por masculinidade frágil e tóxica com a idealização do homem verdadeiramente másculo da década de 1950, assim trazendo o debate em torno da questão dos Direitos Humanos – e em especial a questão de gênero – estarem sendo colocados sempre em planos inferiores por não serem vistos como necessários para o “progresso” da sociedade.

## 2 (DES)CONSTRUINDO A MASCULINIDADE

No preâmbulo da Carta das Nações Unidas (1945), há menção da reafirmação dos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano. Neste trecho, é citada a questão de uma liberdade e igualdade para a sociedade. A partir desta breve citação destes dois direitos fundamentais, se estabelece uma ideia de que a sociedade – assim como os governos nacionais – estaria disposta a acatar com o asseguramento do cumprimento destes direitos. No entanto, não existe a obrigatoriedade do cumprimento destes direitos, uma vez que não há a interferência em governos e constituições locais.

Ressalta-se o uso da Carta das Nações Unidas justamente por sua publicação ser datada de 1945, e como o recorte temporal da pesquisa se passa durante a década de 1950, tais resoluções já haviam sido pensadas e teoricamente implantadas. Como se sabe, a questão da igualdade e liberdade do indivíduo que vive em sociedade é algo questionável até os dias atuais, tornando a análise de gênero durante o período estudado pertinente quando relacionada à questão dos Direitos Humanos.

Além disto, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948 também reafirma algumas questões da liberdade e igualdade de direitos. Tais afirmações já estão presentes até mesmo no preâmbulo da Declaração, constituindo a ideia do respeito mútuo e lembrando que os Estados-Membros haviam concordado anteriormente, na Carta dos Direitos Humanos de 1945, com os valores pregados por esta:

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram na carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, [...]. (ONU, 1948).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi proclamada – entre outros motivos – com a intenção e com a esperança do respeito às diferenças e a busca pela igualdade entre os indivíduos, dedicando alguns de seus artigos para esta causa específica. Assim, a questão dos Direitos Humanos, quando relacionada à liberdade do ser humano, tem uma relação intrínseca e presente desde sua origem.

Não se pode falar sobre a questão humanitária sem mencionar o tema da liberdade e do respeito ao diferente, buscando a igualdade como pessoa humana. A luta pela busca de igualdade entre as diferenças é antiga, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos serve como a primeira garantia oficial de um órgão internacional que busca atingir objetivos que pareciam – e de certa maneira até hoje parecem – distantes e quase impossíveis de serem alcançados, elevando todos os indivíduos a uma categoria de igualdade como ser humano.

Reafirmou-se a ideia de um dos objetivos desta Declaração ser a igualdade e o respeito ao próximo até mesmo na proclamação oficial da Assembleia Geral que compôs tal documento, sendo que essa alega que deveria haver uma medida de proteção progressiva a partir do momento em que se foi estabelecida:

[...] com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva [...]. (ONU, 1948).

Ou seja, a ideia desde o princípio era que as medidas tomadas pelos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos fossem colocadas em prática e perpetuadas. Por este motivo, a análise deste documento oficial ao longo da década de 1950 se faz necessária, como uma tentativa de compreender um Brasil em vias de promover tais princípios, já que é membro da ONU. Para que questão da igualdade e liberdade seja analisada é necessária a palavra que a complementa desde a Revolução Francesa, sendo também assegurada pela Declaração. “Art. I. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. (ONU, 1948).

Se todos nascem iguais e livres, e a fraternidade faz-se necessária para garantir que ocorra o respeito mútuo, o questionamento é por qual motivo a questão da diferença entre uns aos outros se faz presente de forma tão enraizada no ser humano a ponto da necessidade de criação de uma Declaração Universal requerendo que todos se vejam como iguais. A partir do momento em que os Direitos Humanos necessitam intervir em questões básicas como a igualdade de direitos e liberdades, nota-se que há algo errado. No caso da questão abordada

nesta dissertação, o conflito se encontra porque também se considera como enraizada a definição existente de um homem tipicamente másculo.

Assim, o pedido de um órgão internacional para que seja garantida e perpetuada a igualdade entre as pessoas que consideram-se diferentes umas das outras se vê em choque contra a cultura e a sociedade do momento – o que ocorre até os dias atuais – pois garantir o entendimento ao indivíduo de que ele possui seus direitos e liberdades assegurados independente de como ele seja é algo que, comumente, não se espera como uma questão primordial no ponto de vista político, uma vez que não é considerado pelo senso comum como um dos interesses necessários para um bom governo e uma boa relação entre as pessoas, que superestimam as capacidades da economia e da indústria. Ao longo do período da análise desta dissertação, esse entendimento fica ainda mais nítido.

Ressalta-se a Carta das Nações Unidas de 1945 por conta deste documento tratar dos princípios da organização, o que auxilia no entendimento da própria Declaração de 1948, uma vez que na primeira ocorre a menção da ausência da intervenção da organização diante dos Estados que participam desta, ausentando-se da participação no meio jurídico e legislativo de cada nação:

Art. II. Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII. (ONU, 1945, p.7).

Desta maneira, a ausência de uma autoridade nas Nações Unidas para intervir nos Estados-Membros para que se adequem ao que foi proposto justifica a questão humanitária em algumas das nações ser colocada num plano inferior do que as outras, assim como não coloca-se em questão as diferenças do que pode ser tido como parte do aspecto cultural local. No entanto, há uma observação sobre aqueles que violarem persistentemente os princípios das Nações Unidas (ONU, 1945, p. 9), sendo que estes podem estar sujeitos a serem convidados a se retirar da organização.

Por esse ponto de vista, os artigos presentes tratam a respeito da questão da igualdade e liberdade do indivíduo, e quando colocados em análise podem ser interpretados de maneira que se assimila a questões do diferente não apenas fisicamente ou politicamente, mas nos sentidos de categorias sociais:

Art. II. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (ONU, 1948).

Com base no Artigo II sobre a questão da igualdade e de uma liberdade para todos os sujeitos é possível realizar um questionamento sobre a questão do estereótipo masculino ser algo que o homem é ou não obrigado a seguir, e se é visto de uma forma diferente pela sociedade caso não siga tais padrões propostos. Este questionamento é colocado especialmente porque a Declaração assegura que todos possuem o direito de ter sua liberdade independente de qualquer condição. Se o homem é, teoricamente, livre para escolher como quer ser, e a sociedade não pode discriminá-lo, nota-se que o estereótipo do masculino existente e internalizado na sociedade entra em conflito com as ideias deste artigo, uma vez que discrimina aquele que não se encaixa em padrões pré-estabelecidos.

Desta mesma maneira, a discriminação quanto ao indivíduo e seus ideais são relatadas ao longo da Declaração como algo que deve ser proibido e que essa se faz contra qualquer tentativa de subjugar outra pessoa perante qualquer uma de suas características. “Art. VII. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”. (ONU, 1948).

Até que ponto a Declaração Universal dos Direitos Humanos preconiza ideais a serem seguidos de forma imediata? Tendo em vista que 1948 ainda era um período do pós-guerra e a análise da presente dissertação se passa ao longo da década de 1950, seus artigos ainda eram relativamente novos e o pensamento da população do período também era outro. A discriminação do diferente possui diversos tipos de interpretação, e provavelmente a questão de categoria de gênero sequer era pensada neste período, o que facilitava a marginalização do diferente sem que fosse considerado algo comum, visto que em casos de sexualidades diferentes das normatizadas, a própria Organização Mundial da Saúde ainda as via como questão de saúde pública<sup>3</sup> e distúrbio psicológico. Além destes motivos, a ideia de que a Declaração possuía um caráter de implementação imediata necessita ser descartada, uma vez que ela não possui a autoridade para interferir em órgãos

---

<sup>3</sup> A homossexualidade só deixou de ser considerada como doença pela OMS na década de 1990.

nacionais e constituições, ela não se estabelece como um direito positivado, contornando situações de conflito e agindo como conciliadora em alguns casos, como na promoção da igualdade entre os diferentes.

Também é reassegurada a liberdade do indivíduo no que diz sobre sua expressão, ainda nesta mesma declaração, procurando assegurar que esta seja realizada sem nenhum tipo de discriminação. Mais uma vez, se vê a questão da interpretação da Declaração, especialmente no que podia ser considerado como liberdade de expressão, algo que é variável entre nações:

Artigo XIX. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão, este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (ONU, 1948).

A questão da liberdade de expressão exposta neste artigo pode ser analisada também como a própria liberdade do indivíduo de se expressar, o que interfere na questão da masculinidade e de um estereótipo de gênero já moldado e predefinido, já que acabaria atingindo essa mesma liberdade.

A palavra liberdade aparece diversas vezes ao longo da Declaração, sempre sendo enfatizada para que haja uma compreensão de sua necessidade nos mais diversos sentidos. Tal documento preocupa-se até mesmo com a interferência na vida privada do indivíduo no que pode ferir a ele ou a sua família, exaltando mais uma vez a independência do sujeito em suas próprias escolhas. “Art. XII. Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques”. (ONU, 1948).

A afirmação deste artigo é o que o torna, provavelmente, um dos mais difíceis de ser efetivo na prática. A interferência na vida privada da pessoa é algo que ocorre desde seu nascimento, seja por meios de comunicação ou apenas pela interferência externa. Assim sendo, as maiores chances para que gênero pudesse ser construído de forma livre sem algum tipo de normatização em sua forma de categoria social seria com, ao menos, uma proximidade do cumprimento do que se estabelece no Artigo XII.

Analisando a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 é possível compreender que ela estava à frente de seu tempo, com medidas que demoraram algum tempo para serem empregadas e com algumas que até hoje lutam para

serem parcialmente realizadas por determinados países. A ausência da possibilidade da interferência perante as nações para adequarem-se ao que era sugerido pelo documento também serve para a assimilação do motivo de alguns Estados preocuparem-se mais com a questão humanitária do que outros.

## 2.1 GÊNERO E MASCULINIDADE: A IDEALIZAÇÃO DE UMA CATEGORIA SOCIAL

A importância do estudo de gênero, é vista especialmente por Rago (1998, p. 93) que classifica gênero como instrumento valioso de análise que permite nomear e esclarecer aspectos da vida humana. Ou seja, o estudo de gênero tornou possível o entendimento e a diferenciação entre feminino e masculino – ainda que em uma classificação superficial quanto a gêneros – e permitiu o entendimento da construção de tal diferenciação.

A definição de gênero para a nomenclatura acadêmica surge em meados da década de 1960 e 1970, com estudos iniciados por membros do movimento feminista, que passaram a utilizar da palavra para a realização de novas produções voltadas para pesquisas sobre mulheres e enfatizando uma diferença nas relações entre os sexos. Segundo Scott (1995, p. 72), a palavra indica uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”.

Para compreender o que é masculinidade, é necessário entender o que se compreende como masculino. Para isso ser feito, é preciso de um aprofundamento sobre questões de gênero. É importante ressaltar que a categoria masculina analisada está pautada apenas no que abrange o masculino representado pelo homem cisgênero, especialmente por conta do recorte temporal que é utilizado, em que o que era aceito era rigorosamente o homem cis, pois para a época os demais seriam considerados como portadores de comportamentos desviantes<sup>4</sup>.

Cabe ressaltar que para essa dissertação será utilizada a deste como categoria de classe. Opiniões diferem sobre o que pode ser considerado como

---

<sup>4</sup> É importante lembrar que de acordo com a OMS, o caso da transexualidade era tido como um transtorno mental no período, sendo que apenas em 2018 a transexualidade foi retirada da lista de doenças mentais. Veja mais em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704\\_000097.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704_000097.html)>

gênero e o que define tal palavra. De acordo com a definição do Dicionário da Sociologia, proposta por Boudon (1990), gênero está incluso em termos de análise da sociologia anglo-saxônica, designando o que tem a ver com a diferenciação social entre os dois sexos.

Existem duas definições dadas como gênero por Jesus. Uma delas, (2012, p. 12) é vista como referente a formas de se identificar e ser identificado como homem ou mulher. Sua outra definição (2000, p. 24) categoriza gênero como classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres, orientando papéis e expressões de gênero, independente do sexo. A visão da autora é mais abrangente, no entanto, e não se aplica como um todo ao que se pretende analisar ao longo deste capítulo e da própria dissertação.

A questão de gênero também é explicada como uma construção social a partir do mundo que o identifica a partir de diferenças em suas características biológicas, assim utilizando o gênero como uma relação do senso comum para estar relacionado ao que é dado a partir do nascimento, produzindo com isto as divisões entre os sexos no sentido biológico:

A diferença *biológica* entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão social do trabalho. (BOURDIEU. 2014, p. 24).

Bourdieu, portanto afirma que o gênero comumente está vinculado ao que está predefinido ao sexo biológico, sendo criado a partir deste para reafirmar as condições sociais específicas de cada um. Desta forma, a palavra gênero surge para diferenciar e distinguir as relações entre sexos, tornando a diferença mais explícita.

É importante ressaltar que gênero não serve somente para as mulheres, ou no caso, o feminino, ele também engloba o masculino, de modo que sirva para as identidades sexuais de cada indivíduo sem excluir nenhuma destas:

[...] o termo 'gênero' torna-se uma forma de indicar 'construções culturais' – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais de identidades subjetivas de homens e de mulheres. (SCOTT, 1995, p. 75).

Assim, as ideias de Joan Scott mostram que gênero não é inato' a característica biológica de um corpo, mas um meio instituído por parte da sociedade e perpetuado ao longo da vida de um indivíduo de modo classificatório perante este.

Ou seja, a característica do gênero analisada superficialmente como feminino ou masculino é algo que surge a partir de uma afirmação de uma instituição educadora ou da própria sociedade e família deste ser humano, que lhe mostra o que seria próprio para alguém do gênero específico fazer, vestir, entre outros.

Essas definições, de certa forma, condizem com a de Nicholson (2000, p. 9), que define gênero como algo desenvolvido para ser utilizado em oposição ao sexo, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. Assim, o gênero, na visão de Nicholson, é algo que é construído pela sociedade, sendo reforçado ao longo da vida do indivíduo e que, não necessariamente condiz com o sexo biológico deste.

Nicholson (2000, p. 10), defende que gênero tem suas raízes na junção de ideias importantes do pensamento ocidental moderno: o da base material da identidade e a da construção social do caráter humano. Essas afirmações acentuam o ideal da autora de que o gênero é algo que não corresponde a um fator biológico, mas a uma interação social.

Esta terminologia passa a ser identificada muito mais como algo, de certa forma, imposto – ou associado por alguma característica – do que inato para o recém-nascido. “‘Gênero’ é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo assexuado”. (SCOTT, 1995, p. 75).

Scott permanece com o ideal de gênero como algo instituído e tornado naturalizado para o indivíduo, utilizando do sexo biológico como um dos fatores de construção. A imposição de gênero é algo importante a ser trabalhado, no entanto, é válido ressaltar que até hoje as definições de gênero e sexualidade são confundidas uma com a outra.

O pensamento da autora é condizente com o que outros teóricos definem sobre este termo, tendo em vista que sua base teórica é a de principal sustentação para essa pesquisa:

Quando falamos em gênero, estamos falando da construção cultural do que é percebido e pensado como diferença sexual, ou seja, das maneiras como as sociedades entendem, por exemplo, o que é ‘ser homem’ e ‘ser mulher’, e o que é ‘masculino’ e ‘feminino’. (PINSKY, 2014, p. 11).

Pinsky, portanto, concorda com os ideais propostos por Scott, uma vez que ela debate questões de gênero como papéis socialmente e historicamente criados, e não sujeitos do sexo biológico presente no indivíduo. Assim, a influência social no parecer da autora, que concorda com a classificação de gênero dada por Scott, é

um dos catalizadores para a definição de gênero imposta dentro da vida em sociedade. “Gênero, portanto, refere-se tanto às ideias que têm como referência a diferença sexual e que servem de base para outras interpretações do mundo quanto às práticas sociais orientadas por essas ideias”. (PINSKY, 2014, p. 11).

Novamente é retomado o pensamento de Joan Scott, que é utilizado como principal apoio nessa dissertação sobre a definição de gênero, tornando suas ideias a de maior proximidade com o que será exposto nessa pesquisa, em que gênero não é algo inato, mas sim construído socialmente por parte da população perante o sujeito. “[...] surge o conceito de gênero, referindo-se à construção social e histórica dos sexos, ou seja, buscando acentuar o caráter social das distinções baseadas no sexo”. (LOURO, 1995, p. 103).

Louro continua com a exposição de seus pensamentos, que também concordam com as teorias de Scott – uma vez que ela mesma afirma ser influenciada pelos textos da autora – e assim reforça a ideia de que gênero é uma característica individual construída ao longo da vida de uma pessoa, e não dada a partir de seu nascimento:

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico [...]; como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais [...]. Em todas essas afirmações está presente, sem dúvida, a ideia de formação, socialização ou educação dos sujeitos. (LOURO, 1995, p. 103).

No entanto, não se pode resumir gênero como algo único e binário<sup>5</sup>, com suas oposições entre masculino e feminino. Sintetizar duas categorias sem considerar que essas possam ter divisões nelas mesmas é um erro comum, especialmente quando se presume que gênero pode ser resumido em características femininas ou masculinas condizentes com o sexo biológico da pessoa:

Nesse pensamento está subentendida uma identidade em cada um dos termos, ou seja, não se põe em questão as diferenças no interior de cada pólo. Assim quando opomos homem/mulher, lidamos com categorias essencializadas, ignorando as profundas distinções que existem entre os homens ou entre as mulheres. (LOURO, 1995, p. 114-115).

Para entender os argumentos utilizados por Scott na definição de gênero, é preciso analisar a figura feminina – uma vez que o estudo de gênero é algo que foi iniciado dentro da História das Mulheres – e então conseguir compreender o que

---

<sup>5</sup> Neste caso refere-se exclusivamente à questão da binariedade entre homem e mulher.

Louro (1995, p. 115) argumenta a favor da autora quando descreve que caracterizar gênero em apenas duas únicas categorias seria o mesmo que resumir o comportamento feminino, ou o “ser mulher”, de uma única forma, como se todas as mulheres tivessem o mesmo comportamento ocorrendo uma singularização desta categoria de gênero. Da mesma maneira, no caso oposto do homem e do masculino, essa definição também pode ser aplicada, já que nem todo homem representa as características de uma masculinidade tradicionalmente esperada.

Seguindo esse pensamento, se estabelece uma ligação com a questão dos tipos de identidade dentro dos grupos, assim procurando evidenciar que os grupos binários não possuem apenas sua definição estereotipada, mas que essa se sobressai perante as outras por conta da repressão dentro dos próprios grupos:

[...] nossa meta é ver não somente diferenças entre os sexos, mas também o modo como essas trabalham para repressar as diferenças dentro dos grupos de gênero. A identidade construída em cada lado da oposição binária esconde o múltiplo jogo de diferenças e mantém sua irrelevância e invisibilidade. (SCOTT, 1986, p. 46 *apud* LOURO, 1995, p. 116).

É a partir deste pensamento que surge a ideia de identidade de gênero, que não necessariamente precisa condizer com o que a sociedade perpetua para o indivíduo socialmente ou biologicamente. A identidade de gênero está ligada diretamente à própria pessoa e surge a partir de uma abordagem sociopsicológica que. “[...] considera o gênero como uma categoria de pertencimento a um grupo social dada através de um processo de identificação, no qual um indivíduo cria ligações entre o *self* e uma ou mais pessoas”. (WANG; JABLONSKI; MAGALHÃES, 2006, p. 55).

Para analisar o que é identidade de gênero, Jesus (2012, p. 24) define esse termo como sendo o gênero com o qual a pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o qual lhe foi atribuído quando do seu nascimento. Assim, identidade de gênero engloba todas as identidades, sem resumir-se em gêneros binários.

Joan Scott, em seu artigo *Fantasy Echo: History and the Construction of Identity*, faz referência a outro modo de interpretação no que diz respeito à identidade do indivíduo. Em especial, Scott (2001, p. 289) aborda a questão do sujeito a viver uma fantasia e utilizar dessa fantasia como classificação identitária, sendo que é o resultado da articulação individual e coletiva, estabelecendo coerência para determinada categoria e reduz a multiplicidade em uma

singularidade. Desta maneira, a fantasia de um grupo e sua identidade serve para unir indivíduos com aspectos em comum e transformá-los em um só.

A partir deste pensamento coloca-se a ideia de que a identidade de gênero também pode possuir a identificação de modo assimilativo, ou seja, para condizer com determinado grupo já estabelecido e pré-identificado. “Fantasy can help account for the ways subjects are formed, internalizing and resisting social norms taking on the terms of identity that endow them with agency”<sup>6</sup>. (SCOTT, 2001, p. 289-290, tradução livre do autor).

Além disto, a autora também referencia que as identidades e fantasias estão situadas num estado cíclico que está condenado a se repetir, por isso identidades que são consideradas como próprias não possuem um ponto inicial, ou raiz, pois já estão internalizadas nos indivíduos através de sua própria categoria de identificação:

Repetition replaces history [...] because the narrative is already contained in the scenario. [...] In this way the category of identity is retrospectively stabilized. [...] The particular details may be different, but the repetition of the basic narrative and the subject’s experience in it means that the actors are known to us – they are us.<sup>7</sup>(SCOTT, 2001, p. 290, tradução livre do autor).

A formação de identidade como reprodução cíclica está inserida na ideia do eco proposta por Scott. Da mesma forma que o fenômeno ao longo de sua propagação vai perdendo detalhes de sua sonoridade, o eco da fantasia identitária também perde algumas de suas características, por isso apenas a narrativa base sobrevive e perpetua-se neste ciclo, ajustando-se à sujeitos e eventos.

A formação do que é definido por *Fantasy Echo*, no entanto, não é suficiente para explicar tudo o que engloba a identidade de gênero, servindo para explicitar a questão da criação de comunidades que permanecem quase imutáveis e ciclos de fantasias de identidade que abrangem tais grupos:

Fantasy echo is not a label that, once applied, explains identity. [...] It does not presume to know the substance of identity, the resonance of its appeal, or the transformations it has undergone. It presumes only that where there is evidence of what seems enduring and unchanging identity, there is a history that needs to be explored.<sup>8</sup>(SCOTT, 2001, p. 304, tradução livre do autor).

---

<sup>6</sup> Fantasia pode ajudar a explicar o modo que os sujeitos são formados, internalizando e resistindo a normais sociais, assumindo os termos de identidade que os dotem de atuação.

<sup>7</sup> A repetição substitui a história [...] porque a narrativa já está contida no cenário. [...] Desta maneira, a categoria de identidade é retrospectivamente estabilizada. [...] Os detalhes particulares podem ser diferentes, mas a repetição do básico da narrativa e as experiências do sujeito são conhecidas para nós – nós somos eles.

<sup>8</sup>*Fantasy Echo* não é um rótulo que, uma vez aplicado, explica identidade. [...] Ele não presume saber o conteúdo da identidade, a ressonância de seu apelo, ou as transformações que passou. Presume

Ressalta-se que a análise em questão desse estudo se dá no homem cisgênero branco e de classe média – por conta do recorte temporal e condições de classe generalizadas – a questão da identidade de gênero se presume como um homem de sexo biológico masculino e que se identifica como tal, para adequar-se à ideia de cisgênero.

A terminologia do que é cisgênero, segundo Jesus (2012, p. 10) é tida como uma denominação a todos que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando nasceram. Ou seja, é classificado dessa maneira aquele que possui a sua identidade de acordo com a classificação biológica ao seu nascimento.

Desta forma, compreende-se que a masculinidade não é algo inerte, ou um fator biológico. Ela não representa algo com que o ser humano nasce, e sim algo que aprende com o passar dos anos de sua vida. Sua definição deriva do masculino, mas nem todo ser humano que se identifica como sendo desse gênero necessariamente é másculo. “Se a masculinidade não é um dado meramente biológico, pode ser socialmente construído”. (WANG, JABLONSKI, MAGALHÃES, 2006, p. 57)

Entendendo estes conceitos é possível adentrar na questão do que é masculinidade:

Masculinidade diz respeito a um conceito que se refere ao conjunto de práticas e ações legitimamente reconhecidas e aceitas no universo social, como um padrão de comportamento que afirma e realiza um ideal masculino, representando o homem (gênero) no imaginário cultural coletivo. (NOVAES, 2013, p. 368).

Estudar a questão da masculinidade permanece como um tema trabalhoso por conta da questão de muitas vezes gênero ser visto apenas como um foco de estudo para questões femininas:

Os estudos de masculinidades buscaram levar a sério a afirmação de que o gênero não era só uma questão para mulheres, mas deveria analisar as relações entre elas e os homens. [...] O gênero deveria ser visto como construído socialmente, e não como fruto de diferenças biológicas imutáveis. (MONTEIRO, 2013, p. 339-340).

A masculinidade, portanto, é colocada em estudo justamente como um aspecto secundário, e não como foco dos estudos de gênero, servindo para analisar as relações de poder construídas entre os seres humanos. A alegação da

---

apenas que aonde há evidência do que parece uma identidade duradoura e imutável, existe uma história que necessita ser explorada.

masculinidade ser uma construção social acaba por reforçar o argumento da naturalização do indivíduo do sexo masculino para absorver tal identidade e tornar-se dessa maneira.

O argumento da construção social do que é padronizado como masculino é recorrente entre autores e pesquisadores da área. Novaes (2013, p. 360) partilha do pensamento de sua construção social, alegando que o modelo ideal da masculinidade perpassa a configuração genética dos sexos estabelecendo-se como um padrão ideologicamente social.

Com essa explicação, mais uma vez é abordada a questão de gênero indiretamente, no que diz respeito a que gênero é algo construído socialmente e culturalmente. Desta forma, a masculinidade como forma de expressão de gênero também é construída a partir de preceitos e ideais estabelecidos pela sociedade.

Em linhas gerais, tal definição é tida por Jesus (2012, p. 24), como a forma que a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero, dependendo da cultura em que a pessoa vive. Com tal definição, a expressão de gênero pode ser vista tanto na masculinidade quanto no comportamento julgado como afeminado, de forma que a masculinidade, através de seus ideais do que é tido como másculo perpetua uma das formas de expressão de gênero do masculino, e através do reforço naturalizado, torna-se a expectativa principal desta categoria.

A expressão de gênero, neste caso, se passa no comportamento másculo externalizado pelo homem cisgênero. A mulher masculinizada não é tida como algo desejável nem possui inerente a ela conceitos favoráveis. Da mesma maneira que o homem afeminado não é visto como um comportamento aceitável e muito menos adequado.

É comum encontrar explicações sobre gênero que acabam acolhendo entre si as questões de expressão, identidade e gênero por si só como uma única característica, sem levar em consideração como cada um desses três elementos são construídos. “O gênero se coloca mais do lado dos atos ‘performativos’, um ‘fazer’ que constitui a identidade ‘masculina’ ou ‘feminina’ que ele está destinado a expressar”. (FORTH, 2013, p. 161)

Desta maneira, por mais que os três objetos tenham uma relação entre si e até mesmo complementem um ao outro, é errado colocar gênero, identidade e expressão como tendo um único significado, mesmo que esses estejam interligados.

Na sociedade brasileira, assim como em grande parte da sociedade mundial, o estereótipo da masculinidade é existente e reproduzido ao longo das gerações. O que faz com que esse seja criado e mantido ao longo dos anos é algo que será abordado ao longo deste capítulo.

O mesmo se dá como padrão da virilidade, naturalmente associada ao masculino, mas não como um fator meramente biológico e sim como uma característica do homem. No entanto, Haroche (2013, p. 34) expõe que a virilidade não pode se reduzir a uma questão da anatomia do homem.

O estudo da masculinidade como centro de um debate acadêmico, data da década de 1970 – como já mencionado anteriormente –, sendo mais recentes do que estudos sobre outras condições de gênero e de distinções sociais. Grande parte da agitação que proporcionou estudos ligados ao masculino foram por conta do movimento feminista, que a partir de seus ideais influenciaram e moldaram certas linhas de pesquisa dentro do campo acadêmico:

A rubrica masculinidade/homens está contemplada nesses estudos que, impulsionados pela efervescência das 'políticas de identidade', buscam, desde os anos 70, discutir a naturalização dos comportamentos e a legitimação das diferenças de poder que beneficiam os homens em relação às mulheres, nas diversas esferas da vida social. (OLIVEIRA, 2004, p. 145).

Além disto, a masculinidade como centro de pesquisa permanece como objeto recorrente, mas em segundo plano, visto que muitas vezes o que se encontra referente à estudos mostrando o comportamento masculino possui foco no que lhe é considerado como desviante ou contraposto.

O masculino, com foco na masculinidade, é visto como algo que é reforçado para que não aja influência do feminino, e desta forma se sobressaia perante ele, mantendo a relação desigual entre os gêneros. “A ideia da masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos – do potencial do sujeito para a bissexualidade – e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino”. (SCOTT, 1995, p. 82).

A repressão, como é vista, pode ser considerada como um temor, ou um receio, da feminização por parte do homem que deveria manter-se másculo para corresponder aos ideais esperados dele. A masculinidade, de acordo com o argumento de Scott, é uma das causas do conflito entre gêneros.

Um dos motivos alegados por autores para o surgimento da masculinidade é a própria sociedade e como a mesma se molda ao longo dos séculos. De acordo

com Wang, Jablonski e Magalhães (2006, p. 57), o ideal patriarcal é um dos grandes influenciadores no modelo ocidental do que pode ser considerado como masculinidade.

A divisão entre gêneros para localidades e funções próprias dentro de um relacionamento e da sociedade, para que ocorra uma funcionalidade prevista como adequada e já esperada por conta da perpetuação de gerações nesse sistema é um elemento cultural. “A exclusão do homem da casa é, apenas uma manifestação da separação cultural de gêneros em esferas nitidamente diferentes, justificada socialmente por ‘tradição’ e por ‘natureza’”. (SCOTT, 1990, p. 40).

Assim, o que pode se entender é que o homem tem seu respectivo espaço até dentro do lar, assim como a mulher. A masculinidade, portanto, assim como a feminilidade, são construções culturais e sociais.

No entanto, o que leva ao masculino estar à frente do feminino é algo que requer um estudo aprofundado e remonta a momentos históricos que vem desde a Antiguidade, já que a relação de poder entre os sexos é um tema extenso e de grande profundidade. Heilborn (1993, p. 70), afirma que a lógica interna ao domínio do gênero masculino perante o feminino é hierárquica, sendo o gênero masculino responsável por englobar o feminino e dominá-lo, enquanto o feminino torna-se o englobado, acatando à dominação.

A dominação pode ser vista também nos denominados comportamentos desviantes de gênero, e quando perpetuada, estabelece uma tradição de papéis em relações de poder, que por sua vez acabam originando um estereótipo de masculino e feminino, utilizando de amparos culturais para manter esta normatividade e assegurar o domínio do masculino. Isso não quer dizer que esse – como já citado acima e será reforçado ao longo deste capítulo – não sofra de uma construção social. Nenhum gênero está isento deste fator. “Não se trata certamente de sustentar de modo substancialista a equação homem e cultura, uma vez que os dois sexos são igualmente objetos de construção social [...]”. (HEILBORN, 1993, p. 71).

Além disto, é necessário entender que as relações de gênero entre masculino e feminino são o que estabelecem nossa sociedade, de certa forma, como espaços em que há a necessidade de distinção e acabam influenciando em sua padronização. “Juntamente com questões de classe e raça, as relações de gênero compõem a tríade analítica que ajuda a esclarecer os mecanismos pelos quais poder e recursos são socialmente distribuídos”. (OLIVEIRA, 1998, p. 91).

Reverendo todos os conceitos já estabelecidos para distinções sexuais, a questão da inferioridade do corpo feminino sempre esteve presente, até meados do século XIX. “Concebida como um homem invertido e inferior, a mulher será um sujeito ‘menos desenvolvido’ na escala da perfeição metafísica”. (SILVA, 2000). Desta forma, o homem era o idealizado, de forma que a perfeição estava na forma masculina, enquanto o feminino aos poucos evoluiu de uma inferioridade para a complementariedade do gênero masculino.

Tal concepção de gênero acabou levando ao “culto à masculinidade”<sup>9</sup> originado em meados do século XIX. Este “culto” é uma forma de explicar as origens da virilidade e de uma hegemonia desta. Tal virilidade pode vir a ser considerada, posteriormente, como um estereótipo criado ainda no século XIX que passou a ser perpetuado, inclusive na década de 1950, sendo essa década o foco da pesquisa. “[...] e diante da obrigatoriedade de por a prova o seu sexo forte, os homens tiveram que cultivar mais do que nunca a sua masculinidade e a sua virilidade, caracterizando também a primeira crise da identidade masculina”. (SILVA, 2000).

Explica-se que a tendência para a criação desse estereótipo provém do medo de como a feminilidade poderia afetar os homens. No entanto, é de conhecimento geral que o medo da feminilidade e da perda de uma virilidade masculina já eram taxados como humilhantes desde sociedades antigas, em especial no que se refere ao ato da penetração.

Para entender realmente o que é a virilidade, no entanto, é necessário mais do que apenas suas origens e o estereótipo formado em torno desta palavra, especialmente no que se refere em relação à associação generalizada desta palavra com a questão da masculinidade:

*Masculino*, nos dicionários é definido como atributo do ‘macho’. Uma definição que, meramente, se contrapõe ao ‘feminino’. O mesmo não se passa com o termo *virilidade*. Este nos conduz, com mais clareza, ao território das produções discursivas: qualidade de viril; plenitude da capacidade sexual do homem; esforço, vigor, coragem; vigor masculino – potência. Talvez daí a frequente equivalência entre masculinidade e virilidade. (NOVAES, 2013, p. 359).

Portanto, ser viril está associado diretamente com a construção das características do estereótipo de másculo. O homem que pretende se encaixar na

---

<sup>9</sup> Termo utilizado por SILVA (2000).

sociedade busca, dessa maneira, enquadrar-se dentro dos parâmetros da virilidade e dos atributos do “macho”.

Assim, a construção dessa identidade masculina provém, de certa forma, de um temor do feminino elevar-se ao masculino ou, numa condição contrária, o masculino “humilhar-se” e subjugar-se ao feminino, de modo que parecesse que o homem estava perdendo sua virilidade.

A masculinidade e seu “culto” existem por conta de um receio da perda de uma virilidade até então não necessariamente explícita. “A preocupação com uma possível feminilização por parte de alguns homens, fizeram com que investissem e construíssem para si uma série de papéis e traços representativos da sua condição ‘masculina’”. (SILVA, 2000).

Esse grande temor, acabou elencando ao homem funções específicas e modos de como se comportar perante à sociedade. A virilidade entrava em jogo como uma regra de comportamento, que necessitava ser seguida de modo que não fosse questionada a conduta do homem e nem o modo como ele se portaria em público, constantemente vigiado para manter-se de acordo com a virilidade esperada, evitando humilhar-se. “A virilidade, como se vê, é uma noção eminentemente *relacional*, construída diante dos outros homens, para os outros homens, e contra a feminilidade, por uma espécie de *medo* do feminino [...]”. (BOURDIEU, 2014, p. 79).

Desta maneira, o comportamento masculino passou a ser colocado em foco, sua representação e seu modo de agir tornaram-se componentes que estavam sendo analisados de forma mais analítica que outrora.

O medo como uma forma de agrupar um conjunto de pessoas de acordo com determinada questão em específico pode ser vista já na obra de Châtelet (1983, p. 628-629), em que o autor expõe a opinião em que o grupo opta por sua sobrevivência, e o que o mantém unido é o medo. O grupo, no caso em específico o gênero masculino, possui o medo em comum de sua fragilidade e por isso entra em acordo para estimular e perpetuar os ideais de uma masculinização forçada, através do que pode ser definido como o *Terror*. “O Terror [...] é a violência comum da liberdade contra a necessidade, na medida em que essa só existe pela alienação de alguma liberdade”. (CHÂTELET, 1983, p. 629).

Sob este prisma, pode ser interpretada a violência como a masculinização do homem de modo forçado. A liberdade seria a própria liberdade de expressão e

opinião, ou pensamento. Já a necessidade se encaixaria como o dever de manter o homem másculo, numa figura perpetuada por gerações enquanto a alienação da liberdade é a naturalização através de um reforço perpétuo de um ideal cujo indivíduo passa a acreditar que segue tais preceitos por própria vontade, e não por uma institucionalização.

Bourdieu (2014, p. 78) afirma que o homem necessita provar sua virilidade e masculinidade constantemente pelo medo de perder a estima ou consideração do grupo, sendo subjugado à uma categoria de fraco, delicado, ou qualquer adjetivo relacionado ao feminino ou à homossexualidade.

Assim, o medo se faz presente de uma maneira que tanto serve para reforçar os padrões dessa imposição de gênero, à ponto de fazer o indivíduo temer expressar-se fora do que se é esperado, quanto na questão da diminuição de sua virilidade.

Da mesma forma, o homem que consegue adaptar-se aos padrões impostos pela sociedade consegue conviver em paz com os demais, exercendo certa liberdade a ponto de não ter sua virilidade questionada uma vez que já a provou perante os outros que também estão adequados dentro da idealização masculina. “Aqueles que seguem tais modelos não só são atestados homens do mesmo modo que não são questionados pelos que compartilham desses símbolos”. (NOVAES, 2013, p. 359 – 360)

Com esse pensamento pode-se utilizar a ideia da soberania perante a sociedade. A soberania, ou hegemonia, segundo Châtelet (1983, p. 630), utiliza de sua qualidade como instituição soberana o terror, e o reafirma para que se mantenha no poder e sua influência perdure. Deste modo, influencia a sociedade patriarcal controlando os modos de vida e a ideologia presente quanto ao gênero utiliza de aspectos do terror, como o medo da feminização e o medo dos comportamentos desviantes.

O masculino estava em risco por conta de uma crise vista pelos olhos do homem burguês do século XIX. Essas novas normas e regras acabaram gerando o início do estereótipo do masculino e do que era ser viril na sociedade, e assim acabaram homogeneizando o conceito de “ser homem”:

A sociedade masculinista burguesa, dado essa premissa, construía, assim, a nova imagem de homem, e como consequência vieram as duras provas pelas quais o homem deveria enfrentar, como as lutas, como um dos 'componentes do comportamento masculino'. (SILVA, 2000).

Com essas novas formas de comportamento e maneiras de se portar, o que aconteceu à população masculina, além de sua homogeneização, foi também sua idealização. Estereótipos são perpetuados por conta de uma idealização que pode estar representada nas mais diversas formas, até mesmo através da mídia.

A própria condição masculina de privilégio diante da sociedade perante o gênero feminino pode ter auxiliado a alavancar a criação de tais estereótipos e idealizações do homem, estabelecendo uma subordinação até então inexistente perante o que era, de fato, masculino. “Há quem veja os privilégios relativos que o homem obtém do sexismo como um elemento crucial para favorecer a subordinação dos homens, em geral, em uma perspectiva mais ampla”. (OLIVEIRA, 1998, p. 98).

Essa condição de subordinação criada é reafirmada com a circunstância do homem não ser mais dono de si. A independência que se crê existir não é realmente tão libertadora. O homem recebe a permissão de julgar os demais homens para manterem-se perante o que a masculinidade espera destes, mas também se subjuga aos olhares vigilantes dos demais para manter-se enquadrado dentro da masculinidade. “No mundo masculino cria-se uma rede de vigilância onde os homens têm poder sobre os outros homens, mas não sobre si próprios”. (OLIVEIRA, 1998, p. 98).

Além disto, a vigilância também pode levar a uma necessidade de expor outro indivíduo para acabar não sendo ele próprio exposto por algum comportamento ou atitude que não correspondem ao padrão. Assim, o estado de vigilância que um homem exerce pelo outro também pode ser reinterpretado como uma ameaça constante, que caso utilizada para proveito próprio pode acarretar na humilhação do indivíduo sob vigilância:

Alguns homens – em nome de uma virilidade explícita ou implícita – são levados, ou seja, procuram continuamente colocar o outro numa posição de fraqueza, física ou mental, quer se trate da violência – mais psíquica –, da dominação insidiosa, ou da violência física e psíquica das ‘personalidades autoritárias’. (HAROCHE, 2013, p. 29).

Por esse motivo, muitos autores concordam no que se refere à masculinidade como um privilégio que é apenas uma fachada. A masculinidade não é realmente um privilégio, uma vez que é uma imposição ao ser do sexo masculino, que quando se vê moldado de acordo com o padrão imposto, passa a vida num tipo de provação constante de sua virilidade. “O privilégio masculino é também uma cilada e encontra

sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade”. (BOURDIEU, 2014, p. 76).

Apesar do posicionamento de alguns autores sobre a masculinidade e a dominação masculina ser um privilégio, Haroche (2013, p. 30) usa a denominação também usada por Bourdieu, que trata a masculinidade como um “privilégio”, mas também como uma “armadilha”.

A dominação masculina se estabelece com esses preceitos, tendo a ideia de uma masculinidade na sua forma mais tradicional e estereotipada, agregando assim caráter de um sujeito se vê refém da própria masculinidade. Desta maneira, o homem que cai na ideia de um privilégio pela virilidade, também acaba entrando na armadilha de tornar-se sujeito à observação dos demais em busca de alguma falha em seu caráter.

Dessa maneira, a dominação masculina aprisiona o próprio homem que também se torna dominado:

A ideia de potência, de virilidade, está no cerne da dominação masculina: como ideal, aspiração à superação dos limites, na força, no esporte, no sexo, no dinheiro, no lucro, e tudo isso numa sociedade que recusa não somente ao sexo masculino, mas a cada um do outro lado, a ideia mesma de finitude, a menor suposição de impotência. (HAROCHE, 2013, p. 32).

Ou seja, o homem que se enquadra na idealização da virilidade está constantemente sendo provado e desafiado a exceder seus limites, provando desta maneira – em teoria – que ele se enquadra no estereótipo do homem másculo.

Também é importante lembrar que o que era julgado como ameaça não era apenas o feminino, mas qualquer comportamento ligado ao feminino, o que explica o receio da feminização da população masculina resultar em uma generalização da homossexualidade. Tal sexualidade, vista como um desvio de comportamento, era condenada abertamente na época, sendo considerada como a proximidade de um comportamento feminino. “[...] os homossexuais são muito frequentemente considerados como o exemplo típico de homens ‘femininos’, socialmente colocados ‘na parte de baixo da hierarquia do gênero masculino’”. (FORTH, 2013, p. 175).

Desde então, o que se perpetuava era o estereótipo de que o homossexual não é viril, e que está numa posição inferior ao homem másculo heterossexual. É importante ressaltar que até mesmo a terminologia da palavra homossexual e seu

estereótipo a partir da questão do homem afeminado aparece especialmente ao homossexual que realiza o papel passivo no ato sexual:

[...] os homens imigrantes da classe operária podiam muito bem ter relações sexuais com outros homens sem medo de serem etiquetados como 'afeminados', desde que desempenhassem o papel de parceiro ativo na penetração. A depreciação da sexualidade homossexual como 'afeminada' não foi absolutamente formulada antes do primeiro terço do século XX, no momento em que uma classe média ansiosa de reforçar a fraqueza de suas próprias aspirações em relação à virilidade tentou se distinguir dos 'loucos'. (FORTH, 2013, p. 176).

A feminilidade era vista como uma ameaça e algo degradante, por fazer parte do comportamento de um indivíduo do gênero masculino, a ponto de ser considerado até mesmo controlar a masculinidade do homossexual para que este também esteja dentro de certos parâmetros, ainda que antagonizado. “[A masculinidade] centrada no patriarcalismo e no heterossexualismo, ajuda a construir tipos subordinados de masculinidade, tais como a masculinidade homossexual que lhe serve de contraponto e anti-paradigma”. (OLIVEIRA, 1998, p. 104).

Ou seja, ainda que o homossexual não fosse o ideal da masculinidade desejada, ele precisava estar dentro de um certo tipo de enquadramento visto como apropriado para um homem, mesmo que através de uma visão heterossexual e misógina. O que não podia haver para o ponto de vista tradicional e sexista é o comportamento ligado à feminilidade.

O homem homossexual másculo é visto como menos marginalizado, em condições generalizantes, especialmente por conta da heteronormatividade presente na sociedade. A heteronormatividade é definida, de acordo com Jesus (2012, p. 29), como crença na heterossexualidade como característica do ser humano “normal”, em que qualquer pessoa que saia deste padrão é considerada fora da norma, justificando sua marginalização.

O homem homossexual másculo está mais próximo do padrão de homem desejado, já que em condições de um estereótipo perpetuado, procuraria por algum homem afeminado e seria o “homem da relação”. A necessidade, até mesmo em relacionamentos homoafetivos, da perpetuação de uma suposta heteronormatividade em que um dos parceiros precisa possuir características mais másculas e outro mais femininas são resultados dessa perpetuação:

Os rígidos códigos morais da época acentuavam, entre casais e pelo menos até os Anos Dourados, a dupla *bofe e boneca*. As bonecas estavam em busca de bofes, ou rapazes como parceiros e companheiros, sabendo que a

maioria de seus 'maridos' acabaria por deixá-los em troca de casamento e filho. (PRIORE, 2015, p. 299).

O que ocorre é o resultado de que a virilidade era desejada a todo o momento, até mesmo no comportamento desviante. A virilidade se torna um complemento da masculinidade, não podendo haver uma sem a outra, e por esse motivo o homem teoricamente não viril e de comportamento desviante estava em busca de um homem que possuísse tais qualidades. “Nessa moral de homens feita para os homens, a elaboração de si como sujeito moral consiste em instaurar de si para consigo uma estrutura de virilidade”. (FOUCAULT, 1998, p. 76).

Em contraponto, muitas vezes relacionamentos homoafetivos entre dois homens tido como másculos, são vistos como mantendo a afirmação de sua masculinidade perante a sociedade enquanto a marginalização do homem afeminado é perpetuada até mesmo entre minorias sociais, especialmente no que se subjugam a publicamente ser tratado de modo mais afeminado. “[...] a pior humilhação, para um homem, consiste em ser transformado em mulher”. (BOURDIEU, 2014, p. 39).

A feminilidade permanecia como indesejada, já que o receio de um desaparecimento do homem másculo era algo que preocupava, e ainda preocupa – mesmo que em menor escala –, a sociedade. Com isso, ocorreu a naturalização de comportamentos:

O reconhecimento da masculinidade está atrelado à necessidade interna de sentir e agir como homem, o que implica uma série de cuidados específicos, incluindo o controle das emoções e do próprio corpo. Assim, [...] o gestual masculino deve ser ajustado a parâmetros preestabelecidos, pois, para construir o que se convencionou chamar um 'homem de verdade', é preciso, antes de tudo, garantir que ele seja 'macho'. (WANG, JABLONSKI, MAGALHÃES, 2006, p. 56).

A busca pela idealização de um homem que não deveria possuir nenhum tipo de fragilidade e agir de forma fria para garantir o controle e possuir todas as qualidades da masculinidade esperada pode ser considerada uma das causas de outro estereótipo, como o do homem insensível em contraposição com o homem sensível, que ao longo das décadas era visto como frágil, algo indesejado ao homem másculo.

Desta maneira, a idealização da virilidade também é notada por conta da ideia de que – apesar de explicado que não seja esse o caso – em alguns cenários os

homens se consideram naturalmente viris, portanto temem sua própria fragilidade diante da provação pública:

Os homens devem ser fortes, mais ainda, devem se mostrar fortes. Porém, considerados, ou se considerando como 'naturalmente' viris, os homens temem acima de tudo serem descobertos na sua vulnerabilidade, serem reconhecidos na sua impotência. De maneira que a dominação masculina poderia também ser explicada como uma tentativa de dominação da impotência masculina. (HAROCHE, 2013, p. 29).

Essa vulnerabilidade serve também para expor o constante medo do homem másculo em ser pego em outro estado que não seja o ideal de masculinidade imposto a ele e se confinar nesse momento de receio e provação de si próprio, assim perpetuando estereótipo.

A masculinidade é vista até mesmo no que diz respeito à moda e a maneira de se comportar em público. Ainda que a vaidade fosse condenada e de um ponto de vista estereotípico como algo mais ligado ao feminino, a preocupação em portar-se como um homem másculo é constante e atinge todos os setores da vida do indivíduo. “A vaidade e a preocupação com a moda sempre estiveram presentes nas cabeças masculinas, seja para representar a sua classe social, seja para demonstrar poder e riqueza, seja simplesmente para ser mais atraente ao sexo oposto”. (RASPANTI, 2013, p. 212).

Dessa forma, a questão do homem enquanto másculo e sua reafirmação perante a sociedade é revista através de todos os artifícios dos quais esses fazem uso para conseguirem manter sua posição em público sem criar algum tipo de suspeita sobre sua própria integridade como o estereótipo masculino desejado, sempre se readequando conforme a idealização é alterada. “Os modelos de beleza e virilidade variaram ao longo do tempo, mas a moda sempre foi – e continua a ser – um instrumento usado pelo homem para definir a sua posição perante os outros e perante si mesmo”. (RASPANTI, 2013, p. 212).

Deve-se destacar que em muitos dos discursos dos quais se trabalha com gênero é notável a questão da vitimização, e no caso masculino, é estabelecido o que Oliveira (1998) define como “homem vítima”. Tal argumento é utilizado para reforçar que em muitos estudos sobre gênero a questão da vitimização de um dos lados é presente de forma contínua para que se justifique, de certa forma, seu espaço de (in)visibilidade. “A caracterização dos discursos do tipo vitimário torna-se identificável a partir de aspectos óbvios, tais como a utilização de termos que

expressam a condição masculina enquanto vítima e um conjunto de fatores sociais e psíquicos” (OLIVEIRA, 1998, p. 92).

Pode-se dizer que a fragilidade que se expressa na masculinidade é um reflexo da perpetuação de uma padronização do que é ser másculo, o que resulta na própria falta de expressão e personalidade própria, no que se enquadra não como uma vitimização, mas uma fragilização do próprio sistema do homem másculo. De certa forma, a questão da fragilidade do másculo é tida como algo em crise, um sistema prestes a se romper, e por isso se torna facilmente vulnerável.

O estado de crise da masculinidade é algo que reaparece ao longo da História constantemente, segundo Monteiro (2013, p. 341), relatos de uma crise no que define o homem como másculo datam de meados do século XVII.

A fragilidade e constante estado de crise do estereótipo de masculinidade tem seu motivo, em especial na questão de padronizar um comportamento em larga escala para compreender um ideal imposto e adequarem os membros dessa categoria dentro desse mesmo ideal. “[...] apaga-se a natureza inconstante dos gêneros ao longo da história para construir uma noção de masculinidade tradicional e estável [...]” (MONTEIRO, 2013, p. 341).

Sendo assim, a irrealidade de uma transformação de algo inconstante como a expressão de gênero masculina, transformando-a em uma constante e padronizando-a em larga escala, acaba acarretando nas crises do estereótipo da masculinidade. Ou seja, a causa dessa vulnerabilidade do masculino é o próprio sistema em que ele se encontra e seu estado permanente de confinamento junto dele:

[...] os vários aspectos problemáticos do fato de ser homem. Desde a questão da alienação no trabalho, burocracia na política e na guerra, comercialização da sexualidade solapando a masculinidade, a contradição entre a imagem do macho hegemônico e a condição real de vida dos homens, até os conflitos oriundos de exigências paradoxais na construção da identidade masculina e que levavam a um sentimento de impotência. (OLIVEIRA, 1998, p. 92).

Assim, não somente a problematização do “ser homem” é necessária para entender o problema da masculinidade perpetuada como um estereótipo a ser seguido para evitar fragilidades, como também deve-se pensar na questão do que realmente é frágil, já que a masculinidade em sua forma tradicional e hegemônica prova continuamente ser um exercício de eterna provação perante a sociedade, de certa forma exibindo sua insegurança no próprio homem.

A forma de conviver com a masculinidade é algo que é diferenciado, seja por aprovação ou desaprovação, apropriando-se parcialmente ou completamente, ou ignorando completamente seus discernimentos. No entanto, a masculinidade prova-se como hegemônica já que está acima de outros modos de comportamento voltados ao gênero masculino. “Apesar da coexistência de diferentes formas de vivenciar a masculinidade, não podemos ignorar a existência de um modelo que pode ser considerado hegemônico”. (VICENTE; SOUZA, 2006).

A hegemonia da masculinidade é algo revisitado por diversos autores. Novaes (2013, p. 370) utiliza de argumentos de Connel para reafirmar seu próprio ponto de vista quanto à existência de uma hegemonia masculina. Segundo a autora, a masculinidade hegemônica se refere a uma espécie de organização social da masculinidade, em que há a construção de um padrão que é imposto como dominante aonde ele próprio exerce relações de poder de acordo com seu próprio status, que é justificado pelas próprias relações de gênero.

Outro referencial teórico que discute o que se refere como masculinidade hegemônica é Matos (2001, p. 50) que estabelece uma reflexão sobre a masculinidade hegemônica como uma forma de acabar excluindo variações comportamentais no que se estabelece como masculino e feminino quando esses não se encaixam em seus preceitos, variando conforme o momento histórico numa normatização. Além disso, a autora também define esse caráter da masculinidade como uma relação móvel e provisória, que se adapta conforme o momento e que agrega a masculinidade subordinada, cúmplice e marginalizada.

A masculinidade subordinada seria o indivíduo que é violado perante a hierarquia hegemônica. A definição do cúmplice nesse sentido estaria ligada aos que não exercem a hegemonia, mas não a questionam, enquanto o marginalizado está também ligado ao subordinado, mas num estado ainda maior de exclusão.

Assim, os autores consideram a ideia de que a masculinidade raramente terá um seguidor que atinja completamente toda a sua demanda como um modelo idealizado. No entanto, para compreender o que se propõe definir como masculinidade homogeneizada é necessário entender o que esse conceito significa e diz respeito, no campo das ciências sociais. “Elaborado há cerca de 20 anos, tem exercido influencia considerável em pesquisas e reflexões sobre relações de gênero, sobretudo aquelas voltadas para o estudo de homens e masculinidades”. (FIALHO, 2006)

Levando em consideração que o artigo de Fialho foi escrito em 2006, o termo “masculinidade hegemônica” já existe por volta de trinta anos em ambientes acadêmicos. O que se pode notar é a contraposição de ambos os autores, já que Vicente e Souza utilizam do termo de masculinidade hegemônica para definirem o que desejam enquanto Fialho considera que o termo hegemonia não deve ser utilizado em relações de gênero, já que muitas vezes se utilizam da visão gramsciana que o autor não julga como adequada:

Como já apontamos acima, o conceito de hegemonia não se mostra enquanto alternativa teórica mais adequada para estudos sobre masculinidade. [...] A importação de um conceito e sua posterior reformulação se mostra, para nós, como mais uma fonte de problemas, já que ao invés de torna-lo mais preciso, apenas multiplica seus potenciais significados, aumentando a possibilidade de confusões. (FIALHO, 2006).

A visão de Fialho é contrária à naturalização de um estado de hegemonia e de uma manutenção de um poder visto como deste grupo em questão adquirido sob um consenso populacional, o que em linhas gerais explicaria a visão gramsciana. No entanto, é interessante ver outra visão que se contrapõe à do autor, no caso a obra de Foucault, que explica de forma mais aprofundada a naturalização de um discurso e de uma verdade instituída, que pode permitir uma hegemonia, que é aplicada nesse caso específico como a masculinidade.

Além disto, outros autores também fazem uso da ideia da masculinidade hegemônica. Forth (2013, p. 159) ao tratar desse assunto aborda que esse tipo de análise perante o conceito de masculinidade oferece uma percepção mais matizada da variedade de maneiras concorrentes e ordenadas hierarquicamente sobre como ser um homem. Forth permanece com a explicação também utilizando a ideia de hegemonia masculina para explicar as críticas sofridas por essa definição, sendo que ele considera que essa concepção ignora as diferenças internas e suas próprias contradições, tornando-a homogênea.

Ao contrário do pensamento de Forth e alguns outros críticos sobre a masculinidade hegemônica, para essa pesquisa irá ser utilizada essa teoria uma vez que não está sendo envolvida todos os homens do período, apenas o escopo homogeneizado e que exerce o papel másculo abordado ao longo dos capítulos.

Sob sua visão tradicional, a masculinidade é algo que acaba homogeneizando e transformando o homem numa categoria apática e de pouca personalidade senão a instituída. O homem se subjugava a ela para não ser condenado pela sociedade,

assim evitando que duvidem de seus comportamentos e impedindo julgamentos por conta e sua personalidade em prol do poder prometido socialmente ao homem:

Se, por um lado, a masculinidade é poder, por outro é terrivelmente frágil, pois não existe como pensamos. [...] Ela é 'de papel', existe apenas como comportamento prescrito, mais desejável, segundo expectativas socialmente formuladas, do que efetivamente realizada. (OLIVEIRA, 1998, p. 97).

Assim, a masculinidade como forma de poder e comportamento está num estado de uma disputa de valores. Ela existe para assegurar o papel do masculino e lhe garantir o poder prometido ao mesmo tempo em que lhe tolhe a personalidade e a individualidade do homem. A masculinidade, a partir de sua idealização, cria um estereótipo e o perpetua para as gerações seguintes, afetando a liberdade individual do homem como ser humano.

O estereótipo como uma figura de idealização reforça a ideia do homem tradicional e que para os tempos atuais encontra-se em um estado que pode ser considerado como defasado. Os espaços do masculino e do feminino não são mais os mesmos e, portanto, a mudança de atitude perante o que é ou não considerado masculino é algo que já devia ter entrado em debate há certo tempo:

Nestes estereótipos forjava-se uma imagem masculina associada à autonomia, autoconfiança, liderança, agressividade, força, aventura, arrogância, poder de decisão, capacidade de domínio, assertividade, rusticidade, orientação para realização, etc. (OLIVEIRA, 1998, p. 103).

A figura tradicional do estereótipo é continuamente vista como a figura máscula que se espera de um homem, mas não qualquer homem. O homem ligado ao estereótipo de macho e ao que significa ser viril é o homem idealizado. Assim, a representação da virilidade é colocada lado a lado de figuras de poder na sociedade, como o chefe da família, o marido e o pai. “Lembremos, primeiramente, que a virilidade é antes de tudo um atributo do homem maduro, esposo, pai e chefe de família”. (BAUBÉROT, 2013, p. 191)

Portanto, o homem idealizado como másculo é o homem heterossexual, que tem uma função ativa na sociedade e, no período de análise, o mantenedor financeiro do lar. Algumas características que foram perpetuadas como adequadas ao masculino até os tempos atuais eram instituídas para garotos desde tenra idade para que se adaptassem e utilizassem dessas ao longo de sua vida.

Inicialmente, a influência desses estereótipos se faz presente na socialização do menino, através da relação com os pais. Mais tarde, [...] novas representações poderão ser acrescentadas, enquanto outras serão reforçadas ou eliminadas. (WANG; JABLONSKI; MAGALHÃES, 2006, p. 55).

Assim, a questão de doutrinação vinda de uma naturalização e uma institucionalização do masculino para os jovens é algo inegável, já que o sistema se perpetua por conta da reprodução de tais características, inclusive em atos do dia a dia como em brincadeiras e interações sociais em seu cotidiano:

A criança, quando aprende as primeiras lições, passa a incorporar definições pré-estabelecidas tradicionalmente: homem não chora, menina não diz palavrão, menino não brinca com boneca e sim de carrinho, menina não trepa em árvore como os meninos, mulheres são frágeis e dóceis, homens são fortes e duros. (MÜLLER, 2013, p. 302).

Refletindo sobre a construção da virilidade, é constantemente lembrado através de diversos autores, como demonstrado ao longo desse capítulo, que ela é construída socialmente.

Dessa maneira, o que há desde a infância é um preparo e uma tentativa repetitiva de moldar como esse indivíduo se portará diante da sociedade. Assim, a virilidade – da mesma maneira que a masculinidade – não é uma característica natural do ser humano, mas algo que se torna a partir de uma intensa repetição ao longo de sua vida. “Parafrazeando uma das ideias diretrizes do seu livro *Le Deuxième Sexe*, Simone de Beauvoir, anos mais tarde, concluiu que a virilidade também é uma construção cultural e não um ‘dom’ natural: não se nasce homem, torna-se”. (MÜLLER, 2013, p. 302).

A argumentação a partir das obras de Simone de Beauvoir é algo recorrente, mesmo no caso de autores que realizam o estudo do masculino, visto que ela própria também trata da questão da virilidade. Como já explicado, a virilidade é instituída socialmente desde o momento do nascimento da criança, sendo lembrada e reforçada ao longo de toda a vida do indivíduo para que esse assuma e aproprie-se dos traços dessa representação masculina como sua própria e passe a considerá-la como natural:

Por isso, deveríamos considerar que o processo de maturação que naturalmente leva o menino ao estado de homem adulto desempenha um papel ínfimo diante do lento e profundo trabalho de inculcação pelo qual a sociedade o conduz a se conformar às características físicas e morais específicas do estado viril. (BAUBÉROT, 2013, p. 189).

Diante da análise de Baubérot, e dos demais autores supracitados, a questão da virilidade aparece num caráter social e é imposta através da sociedade. Por si só, um homem não se tornaria viril no modelo estereotipado desse conceito apenas pelo próprio crescimento na ausência de uma sociedade que está presente para controlar seus gostos e desejos. Ou seja, a questão da masculinidade está intrinsecamente ligada à virilidade, e ambas estão conectadas à vida em sociedade e os moldes desejados por essa, assim estabelecendo e perpetuando uma relação de poder e dominação entre gêneros.

O caráter da agressividade como característica da masculinidade, como Oliveira (1998, p. 103) alega, é algo que outros pesquisadores refutam. Wang, Jablonski e Magalhães (2006, p. 57), expõem que a agressividade é uma qualidade inerente ao ser humano, independente do sexo ou idade. No entanto, os autores afirmam que o homem utiliza da agressividade como válvula de escape para emoções reprimidas.

Como já mencionado, a masculinidade se faz presente desde o momento em que o homem inicia seus contatos com o mundo, ainda na infância, podendo vir de referências familiares e até mesmo da mídia, sendo reforçada continuamente para que ele não esqueça suas “obrigações” como homem na sociedade:

A masculinidade, formulada de acordo com o papel que lhe corresponde, estará inconscientemente arraigada até os seis anos de idade e será reforçada enquanto a criança se desenvolve, explodindo durante a adolescência, quando então obtém sua forma definitiva no indivíduo. (OLIVEIRA, 1998, p. 99).

Uma das influências presentes no que se define como másculo são as próprias idealizações de “brincadeiras de menino”, assim como o fascínio generalizado diante do estereótipo do soldado:

As profissões armadas exercem uma grande fascinação sobre os meninos. Elas envolvem conceitos como coragem, luta, superação e enfrentamento que trazem forte apelo à masculinidade. [...] As brincadeiras de soldados e os jogos de guerra são mais populares entre os meninos [...]. (IZECKSOHN, 2013, p. 267).

Com isso, é possível compreender o caráter dominador que a masculinidade costuma possuir e como a construção identitária do masculino se faz presente de forma tão forte em indivíduos que mal entraram na adolescência, quando se tornam ressabiados de tudo o que possa parecer próximo do feminino ou gerar dúvidas quanto à sua sexualidade ou comportamento.

Obviamente não é possível afirmar com absoluta certeza se a indústria dos brinquedos e as próprias brincadeiras incentivadas para crianças buscavam reforçar a questão de gênero e desencadear internamente algum progresso na virilidade de um garoto, mas os papéis de gênero se veem expostos a todo o momento e o menino irá buscar uma atividade que reproduza algo em que ele se espelha através de uma figura masculina, distanciando-se de brincadeiras e brinquedos consideradas de menina:

O fato é que, mesmo não sendo especificamente concebidos enquanto instrumentos de iniciação à virilidade, os brinquedos para meninos contribuem fortemente para a manutenção dos estereótipos dominantes e, em uma medida que permanece impossível de se avaliar de fato, contribuem para a interiorização do hábito viril pelas crianças do sexo masculino. (BAUBÉROT, 2013, p. 195).

Por essa análise, se compreende que a questão da masculinidade – assim como do patriarcado que impõe a continuidade do estereótipo da virilidade – resulta num problema não apenas para a questão feminina, ele também é nocivo para os próprios homens, que se encontram reduzidos à limitados exemplos representacionais do que é ser um homem másculo:

O patriarcado, proclamam eles [pesquisadores de gênero], era tão nocivo para os homens quanto para as mulheres. Assim, o psicólogo Joseph H. Pleck argumentava que o ideal do papel sexual masculino era completamente ilusório, e exercia uma pressão considerável sobre os meninos que deviam dar provas ao mesmo tempo de força física, proezas sexuais e capacidade de exercer o poder. (FORTH, 2013, P. 157).

A fragilidade da masculinidade é recorrente, e por esse motivo é reforçada continuamente no homem como um ideal a ser alcançado desde seus primeiros anos de vida, o que resulta na preocupação do homem desde jovem em reafirmar que segue os ideais impostos ao longo de sua vida.

Esse argumento pode ser revisto e novamente assimilado pela própria questão de gênero, quando Louro (1995, p. 103) menciona que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais. Ou seja, a sociedade acaba fortalecendo e mantendo o aspecto doutrinador em que o homem deve se portar da forma como se espera pela sociedade, sem tender para nenhum tipo de desvio de conduta.

A fragilidade do sistema se mostra através dos próprios indivíduos que o compõem. O homem anulado que aceita ser castrado de suas vontades e anseios

acaba tornando-se um estereótipo em que aponta na confiança e segurança alheia a sua própria insegurança. Para o homem criado dentro do ponto de vista tradicional masculino e inibido de seguir suas vocações por receio de não serem o esperado da masculinidade, o conflito interno é intenso:

[...] os homens obedecem cegamente a um modelo de comportamento que restringe suas subjetividades, reduzindo-os a um vazio próprio da estereotipia e trazendo angústias e tensões com os quais eles têm que conviver continuamente. [...] é necessária uma humanização deste papel social, portanto, um novo modelo de comportamento deve ser buscado, ainda que não seja tarefa fácil. (OLIVEIRA, 1998, p. 99).

Neste argumento, Oliveira deixa explícita a característica de vítima do homem como dentro do sistema estereotipado do que é ou não masculino, e evidencia de forma mais clara que essas normas comportamentais estabelecidas restringem a sensação de liberdade e anulam a independência sugerida pelo masculino no momento em que o homem passa a ser o centro e sua suposta presença acima dos demais em relações de gênero e na sexualidade.

Essa falsa ideia de independência que é criada no sentido vitimista é vista também como uma forma da origem do homem como violento:

Do ponto de vista vitimatório, o que poderia ser visto como independência é percebido como incapacidade de reconhecer a dependência. As expressões de força, através dos atos de violência, são tomadas como máscaras para a fragilidade e insegurança, operando-se uma inversão que transforma o réu em vítima". (OLIVEIRA, 1998, P. 102).

É notável que o apontamento do autor, é, de certa forma, tendencioso para que o homem seja visto como vítima de um sistema opressor e por isso também se torne opressor quando lhe é permitido, seja na sociedade, seja em suas relações de gênero.

No entanto, o ponto de vista de Oliveira é partilhado por alguns outros autores. Colocando em foco a questão da masculinidade estar ligada ao caráter violento do homem, Virgili (2013, p. 83-84) estabelece uma conexão da violência culpabilizando o homem após o século XIX por ter perdido seu espaço para ter como uma válvula de escape para descarregar a violência inerte em seu estado de homem másculo.

Assim, o homem violento aparece como uma consequência do sujeito que perdeu seu espaço para poder canalizar tais comportamentos, que antes podiam ser através de duelos, rixas e brigas no cotidiano masculino, da mesma forma como o

espaço para treinar com armas e sendo subjugado a um novo controle, agora estatal.

Em outra análise, Virgili (2013, p. 114) utiliza das ideias expostas por Christine Castellain-Meunier para justificar o estado da masculinidade violenta. A autora acredita que a violência surge a partir da “masculinidade defensiva”, em que os homens recorrem por conta da perda de marcas identitárias, para assim reassegurar uma forma de dominação quando passa a acreditar-se que a identidade do homem másculo foi colocada em risco.

Com tal explanação, o caráter violento do homem é justificado por alguns autores como uma forma de encontrar uma válvula de escape quando os espaços de cada gênero se encontraram ameaçados por conta da interação social. Isso não quer dizer que a violência se torna algo legitimado, apenas uma característica da virilidade, ainda que não seja bem vista.

Retomando as ideias do *Fantasy Echo* de Joan Scott, é possível compreender porque a questão do masculino e da masculinidade que existe hoje em dia ainda tem traços e preceitos da década de 1950. A narrativa base não foi mudada. A sociedade transformou-se, mas a masculinidade vinda de um sistema misógino e preconceituoso pouco foi alterada. Atualmente, muito do que se pregava como ideal de homem ainda é revisto e propagado, especialmente com a nova onda conservadora da década de 2010.

De modo geral, as relações de gênero relacionadas à masculinidade e a criação da identidade de gênero individual sem serem instituídas ou naturalizadas, são um assunto que ainda requer um maior aprofundamento, para que se compreenda que o que se entende como homem másculo, numa categoria que parecia adequada ainda no último século não deveria permanecer num estado de perpetuação, já que o mundo e a sociedade passam por mudanças constantes. O sexo biológico não deveria mais interferir na forma de expressão de gênero escolhida pelo indivíduo, que merece o direito de escolha para sua própria liberdade de expressão – assim como de gênero – e o respeito da sociedade.

## 2.2 O PAPEL DO ESTADO E DA IMPRENSA NA PROPAGAÇÃO DA VIRILIDADE

Para tratar do assunto na mídia, é preciso entender o mercado, assim como o estabelecimento da ideia de uma necessidade de consumo. O mercado por si só evidencia o que se espera na mídia. O mercado está junto da forma econômica de governo, no caso, o capitalismo. A partir do momento em que o capitalismo, com o auxílio da mídia, se propõe a impor padrões de consumo e comportamento voltados à masculinidade em sua forma tradicional, se vê de forma presente a influência dessa perante a sociedade e, no caso específico, na formação da masculinização do gênero independente de sua idade.

O pressuposto é que o mercado precisa do homem, assim como precisa moldá-lo ao mesmo tempo em que se molda para se adequar à sociedade, como uma relação de auxílio mútuo. O mercado colabora com a padronização e homogeneização de comportamentos enquanto o homem adequa o mercado para garantir que ambos os interesses estejam sendo atendidos. “A associação entre capitalismo e masculinidade é evidenciada em inúmeras argumentações e para alguns a estrutura do mercado anda de mãos dadas com o masculinismo”. (OLIVEIRA, 1998, p. 98).

No entanto, não se pode culpar a imprensa e a mídia inteiramente pelo que acontece com a masculinização e sua eventual fragilidade. Não há um único culpado, mas diversos. Todos auxiliam para que o sistema e a questão da masculinidade perpetuada tornem-se cada vez mais falhas em seu sentido idealizado, já que ainda são utilizados medos antigos quanto à sexualidade e gênero para manter-se em vigor. Assim, cada vez mais o estereótipo do masculino estará fragilizado, já que o mundo está em constante transformação, mas o másculo ainda se mantém em sua visão tradicionalista.

Desse modo, com a visão do estereótipo em mente é que a mídia realmente age, como reprodutora de estereótipos e auxiliando na perpetuação destes:

Não se pode, no entanto, perder de vista a eficácia do estereótipo construído e/ou mantido pelas diversas instâncias de representação simbólicas da sociedade, através de seus produtos e veículos: mitos, narrativas, *slogans*, ideais, caricaturas, etc. Todo este conjunto de elementos simbólicos auxilia na modelação da própria ‘face social’, constituindo indivíduos à sua imagem e semelhança para que eles possam reproduzir a própria sociedade que os fabrica. (OLIVEIRA, 1998, p. 105).

Dessa forma, é novamente afirmado que a mídia<sup>10</sup> possui sua parcela de culpa para a permanência de uma espécie de padronização do másculo, assim como de qualquer gênero afetado pela sociedade, mas que o reproduz de modo que a homogeneização dessa acabe ocorrendo. É possível entender que a mídia reproduz e se faz reproduzir com as ideias que propaga, como um reflexo da sociedade.

A imprensa pode ser vista como possuindo um laço direto com a sociedade e para a hierarquia que se faz presente dentro dessa. Sabendo que a sociedade em que se realiza a análise é hierarquizada em classes sociais, assim como a mídia é controlada por homens que pretendem manter os estereótipos e sua dominação perante a sociedade – homogeneizando-a em personalidade, mas mantendo a hierarquia – é possível realizar um paralelo com o que Bourdieu (1989, p. 10) define como instrumento de dominação a partir de uma produção simbólica.

Tendo a mídia e o mercado englobados nesta categoria, e fazendo parte de uma ideologização hierárquica, permite-se entender o que Bourdieu retrata em seu livro, *O Poder Simbólico*, em uma categorização da sociedade dominada e a legitimação desta:

Esse efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de uma comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU, 1989, p. 10-11).

Tendo em mente que a cultura dominante pode ser relacionada com a masculinidade imposta pela sociedade e pela mídia, essa pode ser vista como a cultura que une a partir de sua aliança com a imprensa e a publicidade; enquanto o momento de separação é ocasionado entre os que não se enquadram, seja por estigmas da feminização que a masculinidade receia, ou por seus comportamentos tido como desviantes, de modo que se encaixam nas subculturas.

É importante categorizar que o que a mídia faz quando aliada ao Estado não é algo que ocorre sem algum tipo de resistência ou com desvios da norma proposta. As resistências que aparecem estão muitas vezes ligadas nas culturas

---

<sup>10</sup> Ressalta-se que apesar de estar se tratando da mídia como uma forma generalizada, o objeto específico desta análise se dá diante da imprensa, que por sua vez se estabelece como uma produtora dos ideais midiáticos sugeridos.

marginalizadas, e por esse motivo não possuem tanta importância para esse estudo, já que se trata do homem masculinizado e sua virilidade, sendo que essa categoria do que é ser homem é amplamente aceita e absorvida pela população.

No entanto, não quer dizer que não haviam vozes dissonantes no período, ou que outros jornais e revistas tratavam do princípio de uma relação entre homem e mulher num ponto de vista igualitário. Tratar que a mídia e o Estado conseguiram adequar a masculinidade a seu bel prazer sem nenhum tipo de tensão entre os grupos sociais é um grande equívoco.

Desta maneira é que pode ser analisada a ideia do Estado ter a relação de produtor cultural. As atribuições de centro e periferia também podem ser apresentadas a partir deste momento:

É deste pensamento que nascem as atribuições do centro e da periferia, como atribuição de valor, de verdade, que o centro retém mais e melhor tecnologia, mais riqueza, tendo como consequência a conformação simbólica de modelos sociais, culturais e econômicos. (SILVEIRA, BONETTI, COLIN, 2016, p. 74).

Transformando a ideia de centro e periferia de modo que o centro é o Estado capacitado de produção cultural e de evidenciar o que lhe é desejado, e a periferia o indivíduo prestes à ser massificado, é perceptível que os elementos de centro e periferia estão presentes na masculinidade, onde o homem masculinizado se encontra no centro como o comportamento desejado e esperado – influenciado pela cultura, pela sociedade e pelo Estado – enquanto o homem afeminado, homossexual e a própria mulher estão à margem, na periferia.

O homem másculo que se encaixa no padrão desejado pode ser visto também a partir do que Norbert Elias, em sua obra, *Os Estabelecidos e os Outsiders*, define como um estigma de poder. O homem afeminado, a mulher, e qualquer um que apresente um comportamento tido como desviante são colocados à parte por conta desta classe estabelecida, já que com a homogeneização e a hegemonia do grupo que absorveu a masculinidade e a reproduz, os demais estão à margem e, portanto, sofrem o estigma de caráter indesejado. “Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando se está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído”. (ELIAS, 2000, p. 23).

Por si só, este ato de homogeneização de um gênero em larga escala para enquadrar-se no que lhe é esperado e projetado já pode ser visto como uma violação na liberdade de expressão do indivíduo, que é naturalizado a acreditar que

aquilo que lhe é mostrado e reforçado é o que deseja para si mesmo. Assim, é reafirmado o caráter da falta de liberdade de expressão do indivíduo do gênero masculino, que não desfruta dessa com totalidade, pois existe o receio da exclusão por parte da sociedade, mais uma vez caracterizando o medo.

Pela ausência de liberdade que se pode ver o preconceito em escala ainda maior e propagação constante desse, já que um ser que não reconhece a própria liberdade e possui autonomia é capaz de julgar-se no direito de limitar a liberdade alheia, que é um direito fundamental do ser humano:

É sobre o fundamento último da liberdade que se assenta todo o universo axiológico, isto é, o mundo das *preferências valorativas*, bem como toda a ética de modo geral, ou seja, o mundo das *normas*, as quais, contrariamente ao que sucede com as leis naturais, apresentam-se sempre com preceitos suscetíveis de consciente violação. É a liberdade que faz do homem um ser dotado de autonomia, vale dizer, de capacidade para ditar suas próprias normas de conduta. A liberdade é a fonte da consciência moral, da faculdade de julgar as ações humanas segundo a polaridade entre bem e mal. (COMPARATO, 1997, p. 22).

Assim, passa-se a ser julgado o que é bom ou ruim para a sociedade, sendo que a opinião aparece e é perpetuada pelo grupo massificado que não utiliza de sua autonomia e de sua liberdade, atacando os demais grupos e minorias culturais, no caso qualquer indivíduo do sexo masculino que não corresponda às características esperadas da masculinidade.

É importante retratar a mídia como instrumento de comunicação e a partir do momento em que é vinculada à cultura, gera uma necessidade de instaurar padrões. A cultura metamorfoseia-se para atender as vontades de mercado da classe dominante:

Em nome dos consumidores, os que dispõem sobre a cultura reprimem tudo o que poderia fazer com que ela escapasse à imanência total da sociedade vigente, permitindo apenas o que serve inequivocamente aos seus propósitos. A cultura dos consumidores pode por isso vangloriar-se de não ser um luxo, mas o simples prolongamento da produção. (ADORNO, 2002, p. 52).

Essa transformação de necessidades de consumo em cultura resulta no que Adorno (2002, p. 52) aponta através da crítica cultural como “superficialidade” e “perda de substância”. A manipulação, de certa forma, cultural através do mercado é resultante de um desejo de dominação da sociedade a partir da classe hegemônica no poder.

Ressalta-se que grande parte da mídia, assim como os cargos de alto escalão em muitas áreas, quem possui o controle é o homem. O másculo, associado com o ideal de hegemonia perante a sociedade, acaba manipulando a mídia, que serve como um apoio disciplinar e um mecanismo regulador para assegurar que as normas previstas pelo Estado estejam asseguradas. Tais elementos, associados com o aspecto do terror e do medo, como já vistos anteriormente, propiciam o controle da cultura através da classe dominante:

A estratégia da classe dominante consiste em manter, através dos procedimentos da propaganda, da agitação, da publicidade, da orquestração do medo e do terror, uma totalidade abstrata, uma totalidade de dispersão, inerte, e, por isso mesmo, impotente. (CHÂTELET, 1983, p. 630).

Pode-se considerar que a cultura propagada pelo mercado através da hegemonia masculina que visa manter o controle da masculinidade é uma forma de criar uma ideologia dentro da sociedade, já que segundo Adorno (2002, p. 56), a ideologia foi transformada de um meio de conhecimento em um meio de controle de conhecimento. Ou seja, a ideologia passa a servir como forma controladora dentro da sociedade, assim como a própria cultura.

A cultura acaba aparecendo como um meio de englobar todos os indivíduos que pertençam a um suposto grupo e que tenham uma característica em comum, desse modo, propiciando uma produção cultural voltada a esse:

[...] o povo não existe como sujeito, é um amontoado de historinhas fúteis e graves, que em alguns casos se deixam arrastar até constituírem grandes narrativas, em outros se dispersam em elementos divagantes, mas que – em geral – formam mais ou menos um conjunto, constituindo o que é chamado de cultura de uma sociedade civil. (CHÂTELET, 1983, p. 699).

Tendo em vista que a cultura afeta a sociedade como um todo, inclusive a mídia, é relevante relacioná-la ao tema de pesquisa. A masculinidade passa a ser algo instaurado culturalmente e propagado midiaticamente, não existindo apenas para ser vista aos olhos públicos. O másculo é algo que deve ser mostrado até em ambientes privados.

Remete-se a criação de uma ideologia a partir da cultura como forma de reprodução a partir do que o homem tem contato especialmente em consideração com a construção de sua identidade no período de sua infância e juventude.

Na construção da identidade do jovem, a produção cultural passa ter grande influência. Ícones da cultura de massa, heróis de cinema, atores, cantores

passam a representar os anseios e modismos de diferentes gerações, marcando suas singularidades”. (MÜLLER, 2013, p. 305).

A cultura passa a servir como uma maneira de auxiliar o jovem a encontrar o que deveria ser aprendido por ele e assimilado ao longo de sua vida, para então reproduzir tais ideais de acordo com as expectativas criadas, agora tendo uma característica ideológica não apenas no que se refere à política, mas também à vida em sociedade. A cultura não mais interfere apenas no âmbito público e sem caráter influenciador ideológico:

A cultura tornou-se ideológica não só como a quintessência das manifestações subjetivamente elaboradas pelo espírito objetivo, mas, em maior medida, também como esfera da vida privada. Esta esconde, sob a aparência de importância e autonomia, o fato de que é mantida apenas como apêndice do processo social. (ADORNO, 2002, p. 56).

A cultura é, portanto, um ator social, tendo origem e criação através da socialização de indivíduos num grupo que acabam sendo generalizados e possuem suas características próprias e destoantes retiradas para o consenso generalizante, que resulta na produção cultural.

O processo social da masculinização através da cultura imposta de modo ideológico diz respeito a uma impressão de autonomia. A cultura faz parecer que existe a autonomia e a liberdade individual do sujeito a negá-la, ainda que por seu caráter ideológico essa não assegure totalmente a liberdade de opinião e expressão do indivíduo, que torna-se disciplinado através dos meios que o Estado e a sociedade podem utilizar, no caso a cultura sob influência ideológica.

Outra consideração importante quanto a ideologia implantada através da cultura, servindo como forma de propagação de um modo de vida idealizado, é a questão da representatividade. O homem representado através da mídia é o masculinizado, qualquer um que apresente comportamento desviante comumente é visto através de estereótipos e caracterizado como motivo de deboche ou ameaça, dependendo da situação.

A representação vem de um ato constante, até mesmo na área da publicidade. O que se idealiza é o que é proposto pela sociedade e está em voga, a masculinidade na década de 1950 – e até hoje – permanece como a favorita da mídia quando se coloca em pauta o tema da propaganda voltada ao homem. O másculo, portanto, recebe os holofotes da mídia e da cultura por conta do apoio que recebe de ambas, assim como da própria sociedade, e apesar de haverem casos de

anúncios que fugiam da norma – por não ser uma área de uma única voz e opinião – esses não são tão presentes quanto os que mostram o estereótipo recorrente proposto pela mídia e sociedade.

Dessa maneira, a própria propaganda ajuda a reforçar estereótipos direta ou indiretamente, tendo esse resultado como objetivo ou não. A propaganda atua como um eco do que se vê como adequado e na moda do momento, amplificando o alcance de questões polêmicas e modos de vida que aparecem e desaparecem com a mesma velocidade que surgiram. “[a publicidade] constitui uma componente intrínseca dos meios de comunicação e proporciona muito mais do que informação sobre produtos específicos, incluindo interpretações constituintes dos papéis de cada sexo”. (HIGONNET, 1995, p. 419).

Com esse pensamento é pertinente ressaltar o que Châtelet (1983, p. 649) propõe quando fala que não há pensamento sem representação, e que a representação gera a atividade identitária. A identidade de um sujeito através da manipulação de meios de comunicação ocorre justamente pela forma idealizada proposta. Enquanto qualquer outro modelo de caracterização masculina seja representado como algo indesejado ou então nem mesmo representado, a atividade identitária perpetuada será a referente ao que a mídia e a ideologia predominantes perpetuam.

Portanto, ainda que indiretamente, os anúncios publicitários servem para preservar e perpetuar padrões de comportamento de gênero quanto categoria social, buscando reforçar alguns de seus estereótipos no intuito de se evidenciar ainda mais no mercado o produto ou serviço que se está anunciando. A linguagem utilizada e as imagens empregadas aparecem em propagandas como uma maneira de chamar atenção, mas acabam tendo uma propagação de seu ideal de consumidor em potencial, podendo atingir até mesmo os que não se identificam como possíveis clientes de determinada marca.

Por esse motivo a questão da identidade se faz presente no que diz respeito a mídia e propaganda. A ausência de identidade de alguém que se encontra à margem faz com que ele deseje, mesmo que num nível subconsciente, fazer parte daqueles que são bem vistos e desejados, até mesmo para utilizarem certas mercadorias. Sendo assim, alguns acabam abandonando sua individualidade para se sujeitarem à aceitação pela sociedade, não apenas pelo uso de propagandas, mas tendo-as como um dos incentivos para encobrir suas próprias características

individuais, para poder viver publicamente em sociedade sem receber algum tipo de julgamento.

Foucault (1999, p. 297) define em sua obra, *Em Defesa da Sociedade*, os dois opostos entre a disciplina e a regulamentação. A primeira tem sua definição como “[...] centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar uteis e dóceis ao mesmo tempo”. Já no caso da regulamentação, o filósofo a define como:

[...] centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. (FOUCAULT, 1999, p. 297).

Com essas definições, em que a disciplina parte para o indivíduo enquanto a regulamentação é levada a um grupo, o autor define que enquanto a disciplina eleva o corpo e o indivíduo à uma categoria de pensamento do qual ele pode seguir seus próprios desejos e anseios, a regulamentação o coloca numa escala maior, agrupando-o por meio de alguma característica mútua e retirando sua individualidade.

A mídia, como homogeneizadora de comportamentos, deixa de buscar pela individualidade do sujeito, assim como a expressão própria do indivíduo, que passa a ser massificado e agrega pensamentos comuns com a sociedade, já que se tornou parte da massa homogeneizada a partir do culto à masculinidade proposto pelo sistema hegemônico masculino.

Assim, a regulamentação pode ser vista num paralelo com o que é proposto por Brugué, a partir de leituras weberianas nas quais o autor afirma a condição de agrupamento e criação de uma estatística, retirando os preceitos da individualidade de cada pessoa a partir da burocracia estatal. “A proposta burocrática não pode ser mais simples: para garantir que todos nós seremos tratados da mesma maneira, nada melhor que eliminar nossas referências pessoais e converter-nos nos números de um frio expediente administrativo”. (BRUGUÉ, 2014, p. 67).

A partir destes argumentos, ainda que numa situação da qual não se adequa diretamente à mídia, pode ser notado que a sociedade, sob o olhar do Estado, passa a ser vista como simples dados estatísticos, e como consequência, o que ocorre é a perda da individualidade. A perda da individualidade, neste caso específico também

é a perda da liberdade de expressão e a padronização a partir do modelo proposto pela masculinidade quanto ao gênero masculino.

Foucault define que a sociedade avançou segundo o direito da soberania, no entanto, com o passar do tempo, ocorre a diferença desse mesmo direito, em que o que ocorre é uma manutenção e “valorização” da vida humana. “O direito da soberania é, portanto, o de fazer morrer ou deixar viver. E depois, este novo direito é o que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer”. (FOUCAULT, 1999, p. 287).

Com essa afirmação, o que é visto no passar dos anos, quanto a questão do “fazer viver”, é que surge uma preocupação muito maior com a vida, mas não apenas a vida no sentido medicinal. O autor retoma este conceito de “fazer viver” como uma forma de regulação do Estado, visto que o ato de deixar viver fazia parte da concepção de soberania, assim como da questão do prestígio dos Estados nacionais modernos. “A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer”. (FOUCAULT, 1999, p. 294).

A questão é que vida era a que o momento da regulamentação proporcionava. A regulamentação, através da questão da vida, pode ser vista em diversos momentos, inclusive na imprensa. E com isso, é possível entender o papel da imprensa na massificação e padronização comportamental no sentido do que se esperava da população a partir do Estado. “A publicidade da época cuida de venerar o bom-mocismo dos homens e difundir os padrões convencionais das donas-de-casa-modelo para as mulheres”. (MARCONDES, 2001, p. 37).

A vida como um todo, em seus diversos aspectos, é posta em análise e controle do Estado. E tal controle estabelece-se em diferentes tomadas de poder. O Estado primeiramente apropriou-se do corpo físico dos seus indivíduos, ainda os mantendo como indivíduos, para depois partir para a tomada dos demais poderes que eram parte da sociedade e ainda não possuía domínio. “[...] depois da primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante ao modelo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante”. (FOUCAULT, 1999, p. 289).

Tal massificação também pode ser vista em aspectos como de controle do Estado, em que ele pretende utilizar da pureza e da ordem para manter sua sociedade “limpa” através de mecanismos dos quais podia perpetuar os bons

costumes, assim como a homogeneização da masculinidade, retirando de vista aqueles que fugiam do padrão esperado, utilizando da tradição por meio da criação de certa previsibilidade da ordem. Tal ordem possui grande força na questão do capital em questões de consumo massificado:

[...] na maioria das transformações da organização da vida atual, o que se vê é o crescente engrandecimento das forças de mercado que, de uma forma cada vez mais intensa, chamam para si (porque conferimos a elas) a função de conduzir a *ordem* do mundo. (COUTINHO, 2001).

Assim, a padronização e organização através de uma ordem premeditada ocorre numa escala da qual o Estado acaba permitindo o mercado agir conforme seus interesses. A massificação, também vista como homogeneização em alguns autores citados acima, é relacionável ao contexto da mídia, pois o Estado busca alguma forma de conseguir controlar sua sociedade, e não utilizando apenas esse meio.

A massificação é reforçada como categoria social do *ser coletivo*, segundo Châtelet (1983, p. 627) a categorização de seres humanos ocorre por sua reunião sem estarem realmente integrados pelo trabalho, pela luta ou por qualquer outra atividade, num grupo organizado que lhes seja comum. No caso da questão de gênero, o homem cisgênero estaria integrado numa categoria específica para sua coletivização e massificação de ideais, que por sua vez resultam na homogeneização do sujeito.

A mídia é apenas um dos vários aspectos dos quais o Estado consegue utilizar da sua dominação e regulação da sociedade civil homogeneizada em seus diversos segmentos. Outro aspecto é a produção cultural, como já citado anteriormente, estar ligada à impessoalidade do cidadão. Esta é uma característica do próprio Estado, que transforma o indivíduo numa estatística. Tal afirmação é dita por Brugué (2014, p. 67) que considera que os ideais da administração estatal são weberianos, e procuram garantir certa equidade entre os cidadãos, mas que o preço da equidade é a impessoalidade, eliminando referências pessoais e convertendo os cidadãos numa mera estatística sem características individuais.

Quanto à massificação e a padronização através da proposta de uma ideologia perante a sociedade, a consideração que deve ser posta é a da alienação, até então não mencionada. O sujeito que sofre a partir da ideologia do masculino e

tem os valores do másculo como idealizados para si mesmo pode ser considerado como um indivíduo alienado?

Segundo Châtelet (1983, p. 625 – 626), em qualquer sociedade de classe, o homem se torna outro que ele mesmo, sofrendo das consequências da exterioridade em relação da socialização do homem com o meio em que vive, assim como na categoria social em que este se encontra. O pensamento de alienação proposto pelo autor é revisto quando esse define a auto-alienação, relacionando-a também com a condição da representação identitária já vista anteriormente nesse capítulo. Châtelet (1983, p. 650) define a auto-alienação como heteronomia da sociedade, em que o indivíduo não possui sua autonomia para poder tomar suas próprias decisões, então permite que a sociedade as tome por ele, aceitando essa alienação.

Apesar de expor ao longo desse capítulo que o conceito de gênero e as relações impostas, junto da ideologia de gênero pregada e perpetuada pela sociedade ao longo de gerações nos últimos dois séculos, assim como a própria ideia de uma alienação e imposição através de um suposto estado de medo do respectivo objeto de estudo, segundo Châtelet (1983, p. 642), nenhuma das formas de alienação social atual é fatal para a humanidade, já que nem sempre existiram.

Dessa maneira, é relevante recordar que o conceito de gênero por si só para material de estudo acadêmico, como visto desde o início do capítulo, tem origens recentes da última metade do século XX. Além disso, as origens do que é masculino por si só e a definição do gênero e suas relações datam de poucos mais que dois séculos, estando em constante mudança. O ideal de masculinidade não existiu desde o início das civilizações, muito menos apareceu ao mesmo tempo em cada cultura. Sendo o foco da pesquisa o Brasil da década de 1950, é utilizada uma ótica ocidentalizada do que são valores masculinos, que podem estar em constante mudança de acordo com o que a sociedade os transforma.

### 3. O BRASIL E O BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1950

Levando em conta o período histórico analisado é necessário primeiramente compreender a situação do Brasil como um todo antes de entrar na questão específica e no foco da masculinidade, uma vez que a sociedade e tudo em que ela está envolvida fazem parte do cenário brasileiro em geral e por isso são influenciadas por questões sociais, econômicas e políticas nacionais e internacionais do momento.

Para compreender o recorte temporal, é necessário primeiramente evidenciar como este período histórico é entendido, sendo um período estabelecido por estudiosos como um tempo em que o mundo capitalista “passara por uma fase excepcional de sua história; talvez uma fase única”. (HOBBSAWN, 1995, p. 253).

Esse período na história, de acordo com Santos (2011, p. 43) é frequentemente caracterizado como um tempo de grande desenvolvimento econômico e social, associado a um cenário de urbanização, glamourização e beleza, voltados a modernização do setor de bens de consumo e expansão do setor industrial.

A urbanização começava a ter seu destaque, com o crescimento das cidades e a mudança da população do interior para as metrópoles que começavam a surgir em determinados locais do país, em especial na região sudeste com as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, consequência de um reflexo da busca pela modernização e por melhores condições de vida, aspecto que a população começou a buscar com mais afinco ao longo desse período. “Na política brasileira, os ideais de modernização e desenvolvimento da nação se uniam ao nacionalismo, que era a ideologia mais divulgada”. (ZECHLINSKI, 2006, p. 16).

A característica da busca pela modernização aparece em diversos pontos no desenvolvimento nacional da década de 1950, desde a economia até a sociedade. A procura por tecnologias e o que há de novo não era algo exclusivo do Brasil, muito menos do Ocidente, no entanto, analisa-se tal questão a partir do sistema capitalista, uma vez que o Brasil seguia o modelo econômico proposto e influenciado pelos ideais estadunidenses:

Hoje é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representaram

cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas. (HOBSBAWN, 1995, p. 255).

Desta maneira, a influência dos modelos capitalistas vindos dos países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos, influenciou de tal modo a sociedade brasileira de forma que os Anos Dourados passassem a representar um modelo de estabilidade econômica e social, assim como progresso industrial.

É importante ressaltar que analisando a década de 1950 o que é notado desde o princípio no Brasil é que o momento se caracterizou por uma instabilidade política, uma vez que o início da década ainda lidava com as consequências da Segunda Guerra Mundial e do segundo período Vargas. Ao longo da metade do recorte temporal, um novo tipo de governo instalou-se junto de uma instabilidade política que antecede o Golpe de 1964. De modo geral, o período caracterizado como Anos Dourados refere-se à estabilidade no setor econômico e conservadorismo na questão social, permanecendo com padrões de família, hábitos e consumo que pelo olhar atual são retrógrados.

O homem da década de 1950 é o chefe e a figura central da família, servindo como forma de controlar e vigiar seus familiares para assegurar que a ordem permaneça, mantendo a característica conservadora do período, sendo reforçado pela legislação<sup>11</sup>:

O essencial dos direitos políticos, sociais, familiares permanecia como apanágio dos homens. Também cabia aos homens preservar este desequilíbrio, evitar que as 'suas mulheres' (mães, irmãs, esposas, filhas) apresentassem comportamentos que perturbassem a ordem sexual, portanto a ordem social. (VIRGILI, 2013, p. 85-86).

Portanto, o homem exercia o poder perante a mulher e se estabelecia como a figura de maior autoridade e responsabilidade para preservação da ordem já estabelecida.

Junto dessa característica tradicional do homem pai, filho e marido que deveria exercer o controle da família e das figuras femininas em seu "domínio", a masculinidade também se transformava para algo além da questão da força física, agora sendo mais relacionada ao comportamento do indivíduo e sua posição de poder. "[...] a partir dos anos de 1950, uma forma 'moderna' de comportamento

---

<sup>11</sup> Durante a década de 1950, estava em vigor a Constituição Federal de 1946, que permaneceu em uso até 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm)>

masculino reclamava muito mais o autocontrole e o sucesso econômico”. (FORTH, 2013, p. 157-158).

Na política, ressalta-se a questão do tom nacionalista que com seu caráter identitário ganhava apoio das massas através da figura de Getúlio Vargas, especialmente nas eleições de 1950, quando esse viu a oportunidade para sua campanha através das questões de apoio aos trabalhadores. “Getúlio, ao contrário, encontrava aqui o terreno ideal para sua atuação política: a ressonância de sua campanha eminentemente nacionalista, antiplutocrática, baseada num apelo direto às massas trabalhadoras, seria muito ampla”. (FAUSTO, 2007, p. 298).

Ressalta-se a importância do período político especialmente por ser caracterizado por uma política nacionalista em que a aproximação do governante diante de seu povo se fazia presente. Assim, ocorria um apelo às massas para reconhecer o governo e torná-lo legítimo, algo que o próprio Getúlio Vargas começou ainda na década de 1930 com o início do Estado Novo. Dessa maneira, a figura do líder passava a ser relacionada tanto ao governo quanto ao povo, criando em torno da imagem do político uma representação idealizada de um chefe e também como uma figura próxima ao povo, e não distante como anteriormente. “[...] a categoria chave para descrever a relação que passa a se estabelecer entre líder-Estado e massas-sociedade é a de ‘manipulação’, remetendo à ideia de tutela do Estado, mas assumindo certas especificidades”. (GOMES, 1998, p. 546).

Com esse argumento, o que se quer dizer é que através dessa aproximação do governante perante o povo, uma manipulação ocorre ao mesmo tempo para reafirmar os interesses do Estado de modo que esses, ao mesmo tempo, também pareçam ser os mesmos desejados pela população.

### 3.1 O CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DO BRASIL NA DÉCADA DE 1950

A eleição de Vargas em 1950 para seu mandato de 1951 até 1954 – quando ele cometeu suicídio – serve como uma análise para a primeira metade do contexto político analisado ao longo dessa pesquisa. O período político de instabilidade não ocorria apenas em contexto nacional, uma vez que a Guerra Fria havia sido iniciada há pouco tempo e não acabaria repentinamente, com maiores agravantes ao longo da década de 1960. Além de tal conflito, também ocorria ao longo do início da

década de 1950 a Guerra da Coreia, acentuando a fragilidade do cenário político mundial.

O que poderá ser notado ao longo da discussão desse capítulo sobre os governos brasileiros ao longo da década de 1950 é a característica do país – e em larga escala, do mundo – em busca de um avanço em todos os seus setores, deixando para trás os reflexos do pós-guerra e a instabilidade política e econômica, ainda que essa se fizesse presente em cada um dos mandatos presidenciais:

Todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescente, pleno emprego, industrialização e modernização, e estavam preparados para consegui-lo, se necessário, por meio de um sistemático controle governamental e administração de economias mistas, e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados, contanto que não fossem comunistas. (HOBSBAWN, 1995, p. 268).

O nacionalismo de Vargas não era necessariamente bem visto pelos setores altos da política e das forças armadas, especialmente porque com a Guerra da Coreia duas forças entravam em conflito em território brasileiro, a dos nacionalistas e a dos anti-imperialistas, em suma, um conflito entre ideais de esquerda e de direita sob sua visão clássica:

[...] a questão coreana aparece apenas como pano de fundo para as divergências políticas que tinham como base a questão do desenvolvimento econômico do país: aqueles que defendiam uma posição ligada ao desenvolvimento autônomo e preservador das riquezas nacionais e os que advogavam a causa do desenvolvimento associado ao capital externo [...]. (FAUSTO, 2007, p. 300).

De tal maneira, resumindo as duas polaridades que influenciavam não apenas o ponto de vista político como também econômico, o que estava acontecendo era um conflito na questão dos interesses e até mesmo na própria influência externa que era exercida por parte estadunidense no Brasil. Deve-se levar em conta que o cenário da Guerra Fria, logo em seguida à Segunda Guerra Mundial, dividiu o mundo em dois polos, que exerciam seu raio de influência por determinadas áreas e que tinham o objetivo constante de permanecer ampliando suas fronteiras de influência social e econômica de seus próprios sistemas:

Alguns dos objetivos políticos e econômicos da grande potência durante e após o conflito [Segunda Guerra Mundial], a nível nacional e internacional, foi manter o pleno emprego, conter o avanço da ideologia socialista e modernizar as economias consideradas atrasadas ou em declínio, agremiando para si áreas de influência. (VALDÍVIA, 2008, p. 17).

A influência estadunidense, por sua vez, não vinha apenas no setor político, uma vez que a cultura brasileira começou a sofrer de sua influência num aumento significativo se comparado à europeia, que após a Segunda Guerra Mundial começava a ter um impacto ainda menor no modo de vida do povo brasileiro:

A influência cultural norte-americana tem no cinema e na música suas principais portas de entrada por aqui. O prestígio dos Estados Unidos aumenta no Brasil ao mesmo tempo que decresce a influência europeia e a valorização de antigas tradições e formalismos. O *american-way of life* torna-se modelo invejável entre as classes medias brasileiras. E Hollywood inspira comportamentos e valores, especialmente entre os jovens. (PINSKY, 2014, p. 19).

No entanto, a influência estrangeira vinda dos Estados Unidos não era algo novo, uma vez que desde a aproximação através da Política da Boa Vizinhança, no início da década de 1940, já estava ocorrendo uma relação entre as nações que inegavelmente resultou em mudanças na cultura, costumes, hábitos de consumo, e na própria questão econômica, uma vez que afetou a sociedade de um modo geral. Tal política ocorreu no governo Vargas, durante a denominada Era Vargas (1930-1945).

Os Estados Unidos tinham influência em diversos países, não se limitando apenas ao Brasil, mas também às nações europeias, especialmente pelas dívidas que possuíam por conta da Segunda Guerra Mundial. Assim, sua influência acabava vendendo seus hábitos de consumo e acentuando a idealização de um modo de vida norte-americano:

No caso do Brasil isso [influência estadunidense] se deu porque foi fixado a imagem de um país que havia recebido a influência moderna/modernizadora e portanto 'promissora' dos EUA que apadrinhava construções e obras de infra-estrutura, modernizava os hábitos e os costumes, *Hollywood* se encarregava de espalhar beleza e sedução nas áreas de influência norte-americana através dos meios de comunicação, dessa forma os EUA expressava o ideal valor dos 'Anos de Ouro'. (VALDÍVIA, 2008, p. 2).

Durante a década de 1950 houve a campanha nacional do petróleo no que dizia respeito ao monopólio estatal do produto, evento que foi realizado no governo Vargas ainda em 1951, quando o presidente fundou a Petrobras. Apesar de apenas em 1953 o monopólio ser efetivamente realizado, tal realização acabou desgastando ainda mais o governo getulista e acentuou a briga entre quem desejava a interferência estrangeira na economia e quem desejava que o setor econômico brasileiro dependesse principalmente de si próprio. "Tal projeto, que só seria

aprovado quase dois anos mais tarde, foi um dos sérios divisores de águas entre ‘nacionalistas’ e ‘entreguistas’, e um fator de desgaste para Getúlio perante muitos setores, principalmente militares”. (FAUSTO, 2007, p. 302).

É notável que muitas vezes se faz referência às Forças Armadas como apoiadores ou opositores ao governo, algo que ocorreu provavelmente por conta do governo anterior, de Eurico Gaspar Dutra, ter sido chefiado por um militar, evidenciando a força que os militares já possuíam na política nesse momento, o que pode ter acarretado na oposição política ao longo do final da década e no começo da década de 1960, antes do Golpe de 1964.

É possível que a importância das Forças Armadas esteja relacionada ao medo do comunismo, uma vez que era um temor generalizado que houvesse uma propagação de ideologias de esquerda no Brasil nesse período, visando o PCB (Partido Comunista Brasileiro) como um possível inimigo – ainda que não fosse algo declarado abertamente. Assim, as Forças Armadas aparecem constantemente no que diz respeito a pôr um equilíbrio em qualquer momento que o governante acabasse colocando alguma ideia similar ao nacionalismo e a questões de Estado similares à ideologias que não eram bem vistas desde esse período, especialmente por conta da Guerra Fria e da situação de uma aliança com os Estados Unidos da América.

As Forças Armadas e a questão militar são importantes especialmente porque de uma forma ou de outra, tinham certa influência no homem brasileiro do período, assim como na própria definição de masculinidade da época. A Segunda Guerra Mundial havia acabado há pouco tempo e a idealização do homem militar sempre teve grande apelo ao masculino:

A condição masculina parece ser também particularmente sensível a imagens bélicas que se encontram nas raízes do patriotismo e do nacionalismo, muitas vezes decantadas em hinos e monumentos cujo apelo principal dirige-se à ‘virilidade nacional’. (IZECKSOHN, 2013, p. 267).

Se relaciona ao parecer do exército o momento em que João Goulart – popularmente conhecido como Jango – torna-se Ministro do Trabalho em 1953, ocorrendo uma aproximação com lideranças sindicalistas e o governo, temendo uma influência comunista na política nacional:

A conspiração e o descontentamento atingiam de novo os quartéis [...] em função de seu arraigado espírito anticomunista – com a aproximação entre

Jango (vale dizer, Getúlio) e os sindicatos, muitos deles dirigidos sabidamente por lideranças comunistas. (FAUSTO, 2007, p. 305-306).

Retomando o ponto da dualidade no cenário político no que diz respeito a ideologias, é constante as reclamações de um dos lados interferirem no outro, de modo que o que ocorria era uma política que tentava agradar a todos mesmo que não obtivesse sucesso em sua façanha. O governo de Getúlio Vargas ao longo do início da década de 1950 se vê neste esforço inútil de conciliar ambas as partes sem realmente se posicionar numa tentativa de manter-se neutro ainda que alguns posicionamentos pendessem para um lado mais do que o outro. “Getúlio não conseguiu mais manter em prática sua política de dois gumes, ou seja, ao mesmo tempo manter suas relações com os grupos de centro-direita e de esquerda, cada qual reivindicando um tipo próprio de desenvolvimento”. (FAUSTO, 2007, p. 304-305).

Assim, o que a política brasileira enfrentou durante a primeira metade da década de 1950 foi uma pressão constante de ambos os lados que, por sua vez, pediam por um posicionamento e um desenvolvimento específico, de forma que qualquer decisão acabasse afetando o interesse de alguma das partes, seja no setor político, econômico ou social.

A atenuação do conflito de ideologias toma proporções ainda maiores ao longo do ano de 1954 – último ano do mandato de Getúlio Vargas – com a dualidade de propostas de desenvolvimento tornando-se ainda mais opostas. “Em 1954 é total o antagonismo entre os que desejam o desenvolvimento internacionalizado (ou associado com organizações externas) e os que pretendem acelerar o desenvolvimento econômico independente”. (FAUSTO, 2007, p. 305).

Como já dito anteriormente, o medo do sindicalismo era grande devido à suas conexões com ideologias comunistas. Assim, quando em 1954, Getúlio Vargas – após demitir João Goulart – acata sua ideia de um aumento de 100% do salário mínimo, as classes mais abastadas, os industriais, empresários e militares não se sentem mais representados pelo governo:

No discurso proferido em 1º de Maio, depois de tecer grandes elogios ao demitido João Goulart, fez um dramático apelo pedindo o apoio da classe operária ao seu Governo, afirmando que se naquela hora os Operários estavam com o Governo, no futuro ‘seriam o Governo’. E anunciou que o aumento do salário mínimo seria de 100%, conforme proposta do ex-Ministro do Trabalho. (FAUSTO, 2007, p. 307).

A tensão por conta desse discurso teve uma repercussão negativa de larga escala, não apenas pelo apoio à classe operária e do salário com um aumento exorbitante, mas por conta de um boato espalhado de que era planejado realizar um pacto do Brasil com a Argentina, assim como o Chile, para se aliarem contra os Estados Unidos, o que reforçou a indignação da população que era a favor da intervenção internacionalista dentro dos setores de desenvolvimento nacional, tornando-se assim um Estado Sindicalista.

Se vê dessa maneira algo que diz respeito ao que se define por “manipulação populista”, uma vez que o governo tinha o interesse de controlar sua população, mas ao mesmo tempo atender seus desejos. E ainda que ela garanta os interesses do Estado, não necessariamente é um mecanismo degradante para a sociedade e o povo que passa a ser manipulado. Um exemplo para tal afirmação se vê no próprio dilema salarial que Vargas enfrentou:

A ‘manipulação populista’ não é, de maneira simplista, uma estratégia ‘urrida por políticos espertos para enganar o povo ingênuo’. É bem mais complexa, pois dotada de uma ambiguidade intrínseca: é tanto uma forma de controle sobre as massas, como uma forma de atendimento de suas reais demandas. [...] a política ‘populista’ é avaliada também como um caminho de acesso e de reconhecimento dos interesses dos setores populares. (GOMES, 1998, p. 546).

Desta forma, a política utilizada por Vargas – assim como, em alguma escala, por seus sucessores – garantia certa segurança por ter o apoio popular e também assegurava que os interesses do Estado fossem atendidos.

O conflito em que Getúlio Vargas é posto, no entanto, também poderia ser resolvido de acordo com os princípios populistas, uma vez que o governo, segundo Gomes (1998, p. 546) poderia recorrer ao apelo às massas para assegurar sua legitimidade e encontrar suporte, no caso de instabilidade política diante das elites. No entanto, tal recurso não foi utilizado do modo pressuposto, já que mesmo com o apoio popular, a tensão política do momento apenas aumentou.

Os boatos que começavam a cercar a figura de liderança política do país no momento serviam para intensificar a perda de credibilidade de Getúlio Vargas. Numa tentativa de livrar-se de um dos opositores do governo, o jornalista Carlos Lacerda – líder udenista, partido opositor ao governo Vargas –, algumas figuras envolvidas no governo planejaram seu assassinato. No entanto, tal atentado não ocorreu como planejado, uma vez que o jornalista sobreviveu, mas um major perdeu a vida, Rubens Vaz.

A partir deste momento, o posicionamento militar – que já era desfavorável ao governo devido à sua aproximação com categorias sindicais e certas políticas de desenvolvimento – tornou-se oficialmente contra Vargas, começando a desejar seu afastamento do cargo político que exercia:

A morte de Rubens Vaz teve enorme repercussão, e a inquietação militar aumentou consideravelmente. Já se falava abertamente em depor Getúlio pela força e as investigações sobre o atentado conduziam cada vez mais as suspeitas para o lado do Presidente. [...] O próprio Vargas, afirmando que de nada sabia sobre o assunto, comentara estar metido 'num mar de lama'. Sua situação tornava-se dia a dia mais insustentável. (FAUSTO, 2007, p. 308).

A repercussão negativa da tentativa de assassinato de Carlos Lacerda serviu como o último recurso contra o presidente, que se viu finalmente cercado pelos seus opositores, uma vez que a classe operária apesar de estar ao seu lado, era desorganizada para enfrentar inimigos poderosos, como os responsáveis pelo setor industrial, empresarial e as próprias Forças Armadas.

Getúlio tentou chegar à uma solução agradando a todos os lados com uma licença temporária de seu cargo, não o renunciando, chegando a afirmar que se fosse tirado do cargo à força só encontrariam um cadáver. Após uma reunião do Ministro da Guerra, Zenóbio da Costa, com as Forças Armadas, que permaneceram pedindo pela renúncia do presidente, ele cometeu suicídio no dia 24 de agosto de 1954, deixando uma carta de despedida.

Tal documento, também conhecido como Carta-Testamento, exhibe a opinião de Getúlio Vargas perante todo o conflito que aconteceu em seu governo, assim como durante o próprio Estado Novo, sempre reafirmando que o político tomou suas decisões no que considerava que seria para o bem do povo, afirmando que retirava a própria vida como forma de resistência para que a população brasileira pudesse seguir em frente e permanecesse em constante desenvolvimento.

Na carta o presidente também ressalta que suas atitudes foram tomadas para que o Brasil conseguisse lutar contra sua espoliação por parte de interesses estrangeiros, referenciando-se ao que diz respeito de aberturas de estatais e do monopólio do petróleo. “Morrer foi, para Getúlio, uma continuação daquilo que fizera durante toda sua vida: um ato político. E a reação popular ao seu suicídio prova isto: nunca se viu, no país, uma manifestação igual de dor e revolta pela morte de um político”. (FAUSTO, 2007, p. 309).

Assim, quando Vargas cai e o cargo presidencial torna-se vago, é notado que seus verdadeiros opositores sempre estiveram em figuras hierárquicas ou em algum domínio de meio de produção, uma vez que a população entra em luto pelo suicídio de seu presidente.

Após o suicídio de Getúlio Vargas, o vice-presidente do momento, João Fernandes Campos Café Filho – popularmente conhecido apenas como Café Filho – assume o cargo de presidente da república por pouco mais do que um ano num cenário de crise política e econômica deixados como legado de seu antecessor. “Membro do Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros, ele se viu, desde o primeiro momento, às voltas com uma séria crise política, agravada por uma péssima situação financeira”. (FAUSTO, 2007, p. 315).

A dualidade que fora muito presente ao longo do governo de Getúlio Vargas ainda persistia no cenário político, e para alguns historiadores, seu governo é visto como um período de transição e relativamente fraco.

Uma das maiores contribuições – que possuiu efeitos positivos e negativos dependendo do ponto de vista – do período Café Filho foi a Instrução 113, efetivada pelo então Ministro da Fazenda Eugênio Gudin. Tal transição na economia brasileira foi perpetuada até mesmo durante o governo posterior de Juscelino Kubitschek, e em suma realizava uma mudança considerável nos planos getulistas de desenvolvimento econômico e industrial nacional.

A Instrução 113 foi instaurada em 1955, e acabou acarretando em mudanças no cenário industrial, especialmente no que diz respeito ao envolvimento estrangeiro, estabelecendo uma relação de benefício mútuo a ambos os mercados:

A Instrução 113, baixada no início de 1955 pelo fiel partidário de Gudin e chefe da SUMOC, Otávio Gouveia de Bulhões, permitia investimentos estrangeiros diretos e sem cobertura cambial, assegurando ao investidor estrangeiro a importação de equipamentos industriais segundo uma classificação prioritária dada pelo Governo. [...] ela obrigaria os industriais brasileiros a se associarem a estrangeiros, abrindo a estes uma ampla gama de facilidades. (FAUSTO, 2007, p. 317).

Assim, a influência do capital estrangeiro era incentivada e esperada pelas indústrias brasileiras, para que de alguma maneira a grande inflação e crise financeira que atingiam o país fossem abrandadas. Dessa maneira, as facilidades para questões internacionais no cenário econômico acabam servindo para uma ajuda no próprio cenário nacional, uma vez que a economia local poderia utilizar de tal ajuda para conseguir reerguer-se.

O capital estrangeiro, e até mesmo o nacional serviam para ajudar em investimentos de novas tecnologias, uma vez que a ideia do momento era o avanço industrial e tecnológico, estabelecendo dessa maneira uma constante necessidade de investimento de capital em ambos os setores para estimular a economia através de consumidores desses produtos eventualmente criados:

A grande característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores. Contudo, o ímpeto e rapidez do surto econômico eram tais que, durante uma geração, isso não foi óbvio. Pelo contrário, a economia cresceu tão depressa que mesmo nos países industrializados a classe operária industrial manteve ou mesmo aumentou seu número de empregados. (HOBSBAWN, 1995, p. 262).

Em 1955, durante o novo período eleitoral, Juscelino Kubitschek aparece como favorito para a campanha presidencial. A seu favor ele tinha os antigos aliados de Getúlio Vargas, uma vez que Juscelino manteve seu apoio à figura de Vargas até mesmo durante as vésperas de seu suicídio. Como candidato a vice-presidente, o antigo Ministro do Trabalho durante o período do mandato de Vargas, João Goulart, assume a posição a favor de Juscelino. Com a aliança entre os dois grandes partidos, esperava-se que uma estabilidade atingisse a política e economia brasileira ao longo do governo de JK.

Uma das principais inovações de Juscelino Kubitschek foi a criação do Plano de Metas, que tinha como objetivo trazer um avanço econômico e industrial para a nação:

O Plano de Metas de Juscelino, que tinha como lema '50 anos em 5', objetivava implantar no Brasil os setores industriais mais avançados, como a indústria elétrica pesada, a química pesada, a nova indústria farmacêutica, a de máquinas e equipamentos mais sofisticados, a automobilística, a indústria naval, ou levar adiante indústrias estratégicas, como a do aço, a do petróleo e a da energia elétrica. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 590).

Dessa maneira, o plano, que servia como plataforma de Juscelino ainda em sua campanha eleitoral, foi uma das tentativas de estabilizar o país e alavancar a economia mais uma vez, assim como implantar definitivamente, através desse plano, o capitalismo monopolista<sup>12</sup> no Brasil:

O êxito do Programa é inegável, tanto na implantação do setor de bens de consumo durável, com ênfase especial para a indústria automobilística,

---

<sup>12</sup> Tipo de economia em que o setor comercial e industrial de grande porte são controlados pelo poderio dos bancos comerciais e outras instituições financeiras.

quanto no amplo desenvolvimento da siderurgia e outros ramos do setor de bens de produção. O crescimento do setor de transportes foi bastante intenso, e o da produção energética atingiu um tal porte que exigiu a reforma administrativa que criou o Ministério de Minas e Energia. (FAUSTO, 2007, p. 320).

Nesse período nota-se que a ampliação dada no setor industrial é constante, sendo assim as questões de desenvolvimento brasileiro não focam na questão rural ou agrícola nesse momento, mas passam a preocupar-se com outros setores, em especial aos que conseguiriam trazer um maior lucro para o Estado.

A questão do lucro, relacionada ao trabalho também é vista na idealização do homem do período. O homem da década de 1950 tinha internalizado em si através da virilidade instituída ao longo de sua vida uma necessidade de produtividade e mostrar sua força e capacidade através do trabalho:

Nesse processo, o trabalho aparecia como fonte básica de auto-realização. Um espaço de criatividade e prazer, veículo de crescimento pessoal, com a função de nomear o mundo subjetivo dos homens, valorizando-os por sua capacidade de ação, praticidade e objetividade, sucesso e iniciativa, modelando-o com as expressões daquele que tem em si atributos de poder viril. (MATOS, 2001, p. 51).

Não somente para a realização pessoal, a masculinidade com seu caráter competitivo e de provação pública constante – como já explicado no capítulo anterior – se faz presente no momento, especialmente no que diz respeito ao sucesso profissional do homem mantenedor do lar. “O sucesso profissional servia como medida no julgamento de si e dos outros, vinculado à competitividade e à própria ética do provedor – o homem capaz de sustentar uma mulher e os filhos”. (MATOS, 2001, p. 51).

O lucro como objetivo recorrente, apesar de se tornar uma característica do momento em que o capitalismo é o sistema econômico em vigor no país, não era o único estímulo utilizado para o incentivo de uma revitalização industrial nacional. “O impulso à industrialização brasileira estava associado a discursos hegemônicos que divulgavam entre outros valores a segurança nacional e o desenvolvimento econômico [...]”. (VALDÍVIA (2008, p. 17).

O crescimento da nação deu-se especialmente no setor econômico, com uma grande taxa de desenvolvimento ao longo da década de 1950 em seu setor industrial, realizando a transição do país outrora extremamente ruralizado para uma grande taxa de industrialização, especialmente na metade final da década e ao

longo do governo de Juscelino Kubitschek. “O crescimento é bastante visível: de 1940 a 1961 a produção industrial brasileira quase sextuplicou [...]. Particularmente, de 1955 a 1959, a expansão industrial superou de longe os marcos de outra nação latino-americana [...]”. (FAUSTO, 2007, p. 313).

Uma das causas da grande taxa de industrialização, além do desenvolvimento do próprio país, foram as taxas de importação que continuamente se tornavam elevadas, assim como a dependência de produtos estrangeiros. Além disso, os produtos que o Brasil exportava no momento eram majoritariamente agrícolas, e uma economia baseada essencialmente na produção rural já não condizia com o cenário global do período.

Essas questões se tornaram fundamentais para a expansão industrial nacional, sendo apoiadas pelo capital estrangeiro. “Nos anos 50, o processo de industrialização brasileiro com ênfase na idéia de substituir a importação de produtos industrializados pela criação de indústrias nacionais e na modernização, foi apoiado pelo capital eterno”. (VALDÍVIA, 2008, p. 19).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, ocorreu a mudança da capital para a recém-construída Brasília, e a estimada estabilidade financeira aos poucos foi perdida, algo que a oposição via constantemente como culpa da própria construção da nova capital:

No início de 1959, já contando com dificuldades financeiras e um processo inflacionário crescente (em parte devido realmente aos gastos públicos com a construção de Brasília, como acusava a oposição”, o Governo JK se via diante de um dilema [...]. (FAUSTO, 2007, p. 338).

A inflação, como já explicado ao longo desse capítulo, é um tema recorrente e algo que aparecia constantemente no cenário econômico nacional. No entanto, as decisões tomadas pelos governantes para contornar a taxa inflacionária divergem umas das outras. Juscelino se destaca por retomar um ideal de Getúlio Vargas no que diz respeito ao desenvolvimento nacional.

A construção de um novo centro urbano, em especial uma capital, em plena década de 1950, é algo que se destaca no contexto histórico e social brasileiro desse período. O Brasil ainda não era um país majoritariamente urbanizado, tendo grande parte de sua população ainda vivendo em regiões interioranas em pequenas cidades. O surgimento de Brasília e de uma nova influência urbana na região centro-oeste brasileira não é algo que pode ser pautado friamente, pois é uma das maiores

representações de êxodo das populações rurais para as cidades, povoando a nova capital do zero:

Matutos, caipiras, jecas: certamente era com esses olhos que, em 1950, os 10 milhões de cidadãos viam os outros 41 milhões de brasileiros que moravam no campo, nos vilarejos e cidadezinhas de menos de 20 mil habitantes. Olhos, portanto, de gente moderna, 'superior', que enxerga gente atrasada, 'inferior'. A vida da cidade atrai e fixa porque oferece melhores oportunidades e acena um futuro de progresso individual, mas, também, porque é considerada uma forma superior de existência. A vida do campo, ao contrário, repele e expulsa. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 574).

Dessa maneira, a vida na cidade começava a ser algo desejado e visto pela população como algo superior, já que poderia melhorar sua qualidade de vida. Além disso, com a expansão do setor industrial brasileiro, a economia anteriormente primordial de produtos agrícolas não mais supria as necessidades do cidadão brasileiro de 1950. Esse ideal de uma civilidade e modernidade vindos dos centros urbanos se estabelece no imaginário popular, que agora anseia pela vida retratada pela população urbana das capitais brasileiras. "Foi assim que migraram para as cidades, nos anos 50, 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural do Brasil em 1950) [...]". (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 581).

Esse momento no Brasil, que ultrapassa o recorte temporal dessa pesquisa, é definido como o estabelecimento de uma sociedade de movimento, em que as pessoas de diversas regiões do país se deslocavam para outras em busca de condições melhores de vida, em geral destinando-se aos centros urbanos:

Movimento de uma configuração de vida para outra: da sociedade rural abafada pelo tradicionalismo para o duro mundo da concorrência da grande cidade, ou para o mundo sem lei da fronteira agrícola; da pacata cidadezinha do interior para a vida já um tanto agitada da cidade média ou verdadeiramente alucinada da metrópole. Movimento, também, de um emprego para outro, de uma classe para outra, de uma fração de classe para outra, de uma camada social para outra. Movimento de ascensão social, maior ou menor, para quase todos. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 586).

A característica dessa sociedade de movimento, iniciada ainda na década de 1950, é um reflexo dessa idealização da modernidade e o desejo pelo progresso em outros locais, especialmente as metrópoles, que em teoria ofereceriam melhores condições de vida e trabalho.

Apesar da inflação que reaparecia durante seu governo, Juscelino Kubistchek, ao invés de ceder ao pedido dos Estados Unidos como pagamento de seu empréstimo – pedido que exigia do Brasil uma nova política de estabilização

monetária de acordo com o FMI<sup>13</sup> – optou por romper com a organização, sem realmente resolver o processo inflacionário, mas garantindo o apoio popular que ainda mantinha características nacionalistas internalizadas, diminuindo ainda mais a popularidade da oposição. “Sem resolver os problemas financeiros, Kubitschek, que havia escancarado as portas ao capital externo, passou como nacionalista e faturou alto em prestígio popular, enquanto a UDN ficava como a ‘entreguista’”. (FAUSTO, 2007, p. 338).

Tal rompimento com o FMI e o interesse da organização numa política de estabilização monetária se dá especialmente pelo que Hobsbawn (1995, p. 269) discute quando afirma que houve o prevaecimento dos Estados Unidos nas opiniões do Fundo Monetário Internacional. O autor também relata que tanto o FMI quanto o Banco Mundial se tornaram, ainda em meados da década de 1940, subordinados à vontade estadunidense, assegurando que seus interesses fossem atendidos.

Essa atitude dos Estados Unidos perante as demais nações como forma de controlar e assegurar um desenvolvimento econômico dentro dos modelos capitalistas impostos é tida como importante, especialmente porque a figura estadunidense era compreendida como a representação da liderança e a idealização do sistema capitalista, tendo todos os demais países sob sua influência. “[...] a Era de Ouro dependia do esmagador domínio político e econômico dos EUA, que atuavam – às vezes sem pretender – como estabilizador e assegurador da economia mundial”. (HOBSBAWN, 1995, p. 279).

Juscelino adquiriu maior popularidade não apenas com sua política externa pressupondo o desenvolvimento nacional e a independência financeira, mas com a sua visão perante as Forças Armadas. Apesar de não representar, de modo tradicional, o governo tido como populista, ele se tornou um dos maiores nomes da década e do período republicano em que o populismo estava em voga:

Contudo, é interessante observar como foi Juscelino, o JK, o presidente que não foi e não é identificado como exemplo típico de líder ‘populista’, que se tornou um nome referencial da República assim adjetivada. Como Vargas, o GV, é considerado, com as mesmas discordâncias, nacionalista e progressista. [...] É certo que a popularidade de JK era grande nos anos 50, mas cresceria muito, alimentada por sua resistência aos militares, seguida da cassação e do exílio político. (GOMES, 1998, p. 549-550).

---

<sup>13</sup> Fundo Monetário Internacional, organização coordenada pela ONU.

Kubistchek, portanto, adquiriu a popularidade e o apoio do povo ao posicionar o Estado de modo que estivesse ao lado da população, conquistando, dessa maneira, um aliado para legitimar seu governo em caso de crise. No entanto, a influência presente do modelo de governo de Getúlio Vargas ainda é notada nesse período, e se Juscelino Kubistchek conseguiu alcançar suas metas de acordo com suas ideologias e plano de governo, foi graças ao uso – ainda que em menor escala e num modelo diferenciado – das políticas populistas e da “manipulação populista” iniciada por Vargas:

[...] a despeito da ‘manipulação’, o processo [populista] ter sido vivenciado como positivo, especialmente durante os anos 50, a década de ouro do ‘populismo’ e de lideranças como as de Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart, sem mencionar nomes que ocuparam os Executivos estaduais. Tais lideranças teriam encarnado e praticado estilos muito diversos de ‘populismo’, demonstrando as potencialidades da fórmula que, ainda uma vez, maximizava a face pública e privada do poder, só que em uma versão com desdobramentos mais maléficos. (GOMES, 1998, p. 546-547).

Coloca-se novamente a questão do cenário social brasileiro em pauta. O populismo se fazia necessário ao longo da década de 1950, especialmente pela disparidade entre classes sociais e a diferença em seus tipos sociais. O populismo utilizado por Getúlio Vargas, e seus sucessores, aparece de modo que a ilusão da inclusão social entre esses grupos seja feita, tentando englobar a todos como uma só população:

[...] no Brasil dos anos 50 a desigualdade era extraordinária. Basta comparar os três tipos sociais que foram os protagonistas da industrialização acelerada e da urbanização rápida: o imigrante estrangeiro, o migrante rural e o negro urbano e seus descendentes. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 582).

Como já citado anteriormente, o sonho da vida urbana começava a povoar a mente do povo brasileiro de todas as classes, e junto dos ideais populistas de classe colocados por seus governantes, os três tipos acabaram tornando-se protagonistas da industrialização brasileira, ainda que em prática, a idealização urbana esperada fora alcançada apenas por poucas pessoas das classes médias. Entre esses tipos o destaque eram os descendentes de imigrantes, que já viviam nas cidades e não sofriam preconceito por raça e não necessitaram se adaptar à vida urbana para melhorarem sua qualidade de vida.

Assim, o que ocorre durante o período da década de 1950 é uma constante mudança na economia que não matinha uma estabilidade a longo prazo, assim

como uma busca pelo desenvolvimento que acarretava em taxas inflacionárias e baixa popularidade nas altas hierarquias, uma vez que os direitos dos trabalhadores aos poucos fossem reivindicados ou tratados com maior atenção.

Além disto, o governo tinha o caráter populista, mesmo que não explicitamente, e procurava manter os interesses da população assegurados, o que ajudou na impopularidade com as elites, sua relação com outras nações e com as Forças Armadas, subjugando o poder e a força destes três nichos:

O 'populismo', portanto, seria a mais perfeita tradução do renovado dilema de nosso processo de modernização política, permitindo entender não só os 'limites' da experiência liberal-democrática inaugurada em 1946 como as condições que geraram o movimento militar de 1964. (GOMES, 1998, p. 550-551).

O setor econômico diante de tamanha inconstância é o resultado de um desenvolvimento em larga escala que dependia primordialmente do capital estrangeiro, o que apenas acentuava a inflação, uma vez que era necessário devolver o dinheiro que fora emprestado. Dessa forma, grande parte do que acabava sendo produzido, que inicialmente parecia ser voltado para um desenvolvimento nacional e melhor qualidade de vida, apenas aumentou as diferenças sociais entre as classes e o lucro diante da venda de produtos produzidos em território nacional pela mão de obra operária:

[...] a economia brasileira marcada pela dependência do capital externo, baseada em padrões tecnológicos do capitalismo europeu e norte-americano que 'sustentou' os novos ramos industriais [...], absorviam limitadamente a mão de obra disponível e acentuavam o caráter concentracionista e internacionalizado da economia brasileira. Os benefícios se estendiam para a burguesia, para as camadas médias e altas [...], já os 'soldados do desenvolvimento' como eram chamados os operários, participavam de forma desigual das maravilhas sedutoras do capitalismo. (VALDÍVIA, 2008, p. 22).

Com as diferenças entre classes e um setor econômico que começava a adentrar cada vez mais os modelos idealizados pelo capitalismo estadunidense, a sociedade brasileira se via novamente num período de mudança, em que era necessário adaptar-se aos novos modos de vida agora disponíveis.

O que ocorreu no mandato de Juscelino Kubitschek foi o povo ainda clamando pelos ideais pregados por Getúlio Vargas, e justamente por esse motivo a oposição não conseguia garantir uma força realmente forte o suficiente para enfrentar o governo. Esse cenário, no entanto, não é permanente, uma vez que as Forças Armadas na primeira metade da década de 1960 acabam conseguindo tomar

o poder e extirpar das características do povo brasileiro seu espírito nacional-populista, que era pregado há mais de uma década, desde o primeiro mandato de Vargas.

No entanto, é necessário um adendo. Apesar de grande parte dos teóricos que tratam desse período da história brasileira classificarem o populismo como um movimento de caráter de manipulação de massas, existem aqueles que discordam de tal afirmação. Angela de Castro Gomes, em seu artigo *O populismo e as ciências sociais no Brasil*, procura desmistificar a classificação do populismo como uma manipulação completa das massas pelo Estado:

Quanto ao pacto entre Estado e massas populares, reconhecido por meio da legislação trabalhista, é reafirmado o controle das massas, mas é questionada a ideia que 'reduziria' o populismo a um modelo de manipulação resultante de conflitos intra-elites. [...] o próprio controle populista necessitaria de um espaço de livre expressão das massas, para então transformar suas demandas em doações, apropriando-se, com antecedência, de qualquer projeto autônomo alternativo. Além disso, as pressões populistas nunca seriam de fato espontâneas, estando sempre ligadas a lideranças organizadas politicamente. (GOMES, 1996, p. 12).

Desta maneira, o populismo existia e possuía certa manipulação, mas não numa característica totalizadora como alguns autores afirmam. Existe um conflito maior dentro do movimento e a autora explica que não haveria como subjugar a força popular de acordo com os interesses do Estado com tanta facilidade:

Por estas duas ordens de razões, a manipulação (que não é descartada) jamais era completa, havendo momentos de mobilização de progressistas e conservadores. Ou seja, por meio desta reflexão, está sendo afirmado não só o caráter francamente burguês do regime populista, como sua natureza ambígua e contraditória, tanto autoritária, quanto democrática. Um equilíbrio sem dúvida instável, que poderia ser rompido pelo crescente peso dos setores populares, sobretudo em situações de crise econômica ou política. Desta forma, todos os exemplos de mobilização ocorridos entre os anos 40 e 60 mostrariam esta dupla face: a do fortalecimento das forças populares e da crença em um Estado benevolente. (GOMES, 1996, p. 12).

O populismo do momento, portanto, se estabelece como uma relação de troca mútua, assegurando os interesses do Estado ao mesmo tempo que a massa tem suas vontades atendidas. Contudo, não se retira a ideia de um Estado que procurava ser visto como bondoso por atender as vontades da massa. Gomes ressalta que a manipulação não era descartada, realmente ocorrendo, mas reitera que as ideias radicais de um populismo caracterizado pela maldade de um Estado que tentava parecer bondoso, induzindo sua população, presumindo saber quais eram seus interesses, para a autora, é uma construção acadêmica.

### 3.2 PAI, MARIDO E FILHO: O HOMEM BRASILEIRO E SUA FAMÍLIA

Provavelmente o que preservou a ideia da população brasileira em sentir-se como parte de um momento específico na história nacional era o modo em que se empregava a palavra “novo”. A constante busca pela modernização e as tentativas de quebrar com paradigmas considerados antiquados fazia com que houvesse a internalização do sentimento de estar vivenciando um momento único na história do país:

É impossível compreendermos a década de 50 e parte da de 60 sem levarmos em consideração este sentimento de esperança e a profunda convicção de seus participantes de estarem vivendo um momento particular da história brasileira. A recorrente utilização do adjetivo ‘novo’ trai todo o espírito de uma época: bossa nova, cinema novo, teatro novo, arquitetura nova, música nova, sem falarmos da análise isebiana calcada na oposição entre a velha e a nova sociedade. A movimentação política, mesmo quando identificada como populista, impregnava o ar, impedindo por um lado, aos atores perceberem que sob seus pés se construía uma tradição moderna, mas, por outro, lhes abria oportunidades até então desconhecidas. (ORTIZ, 1991, p. 110).

A grande industrialização acabou abrindo espaço para o setor comercial também ser alavancado, e por consequência, a área de comunicação, em especial a de publicidade, aparece com maior recorrência no cotidiano das pessoas, vendendo os mais novos produtos que a tecnologia da época poderia oferecer, de um novo modo de vida do qual se idealizava na década de 1950:

Naqueles anos, ideais de beleza, charme, sofisticação e sensualidade, ao lado de uma moral burguesa representada pelo casamento, pela família, pela virgindade feminina, pelo trabalho, entre outros elementos, simbolizaram uma sociedade saudável, moderna e progressista. (VALDÍVIA, 2008, p. 16).

Assim, ocorre o diálogo com a indústria cultural, que por sua vez auxilia a influência estadunidense a conseguir disseminar seus traços culturais perante a nação. Desta maneira, a cultura nacional começa a apresentar diferentes características, assimilando-se ao modelo estrangeiro e gerando uma padronização:

[...] a indústria cultural é responsável por descaracterizar a cultura erudita, simplificando-a ao máximo para que ela se torne acessível, ao mesmo tempo é destruidora da cultura, induzindo as pessoas a introjetarem e aspirarem valores e modos de vida que não são seus. Desse modo, a indústria cultural situa-se fora do campo da verdadeira cultura popular ou

erudita, e está a serviço da dominação, impossibilitando a consciência crítica das pessoas. (VALDÍVIA, 2008, p. 5).

Uma das formas de atingir tal dominação através da indústria cultural é pelo setor comunicacional, que no período correspondia à imprensa escrita e ao rádio, especialmente no que dizia respeito à publicidade, gerando uma produção massiva de valores.

Essa modernização no setor publicitário acaba tornando-se o que é definido como estetização da vida cotidiana, que por sua vez alia-se à sociedade de consumo já presente nesse momento:

A centralidade da manipulação comercial das imagens, mediante a publicidade, a mídia e as exposições, *performances* e espetáculos da trama urbanizada da vida diária, determina, portanto, uma constante reativação de desejos por meio de imagens. Assim, a sociedade de consumo não deve ser vista apenas como a divulgadora de um materialismo dominante, pois ela também confronta as pessoas com imagens-sonho que falam de desejos e estetizam e fantasiam a realidade. (FEATHERSTONE, 1995, p. 100).

Com o argumento de Featherstone, relaciona-se a questão do impulso no comércio realizado a partir da própria publicidade, fazendo com que o país, mesmo em um período com taxas inflacionárias crescentes e instabilidade econômica, acabasse criando um modo de vida e o vendendo para a sociedade, em busca que ela o adquira para alcançar o seu principal objetivo, o lucro.

Essa teoria da estetização do modo de vida – sendo a terceira elaborada pelo autor – é vista nesse período continuamente, já que até hoje não é raro ver anúncios e propagandas da década de 1950 idealizando um novo modo de vida, criando padrões e exibindo suas inéditas tecnologias. “Evidentemente, esse terceiro aspecto de estetização da vida cotidiana é central para o desenvolvimento da cultura de consumo”. (FEATHERSTONE, 1995, p. 101).

Para aplicar o termo, cultura de consumo, no entanto, é necessário compreender o que tal palavra realmente representa. Segundo Featherstone (1995, p. 121), significa enfatizar que o mundo das mercadorias e seus princípios de estruturação são centrais para a compreensão da sociedade contemporânea.

Aplica-se esse termo, portanto, porque se vê durante essa década uma influência muito maior no material do que nas pessoas, adequando-as diante de determinadas restrições e sujeitando-as a certos padrões. Tal categorização do ser

humano, indiretamente também pode ser vista como uma forma de transformá-lo num objeto para adequá-lo dentro de uma sociedade.

O consumo nem sempre precisa ser apenas por bens materiais. A própria ideia de um consumo não é ligada unicamente a compra de produtos. “O consumo, portanto, não deve ser compreendido apenas como consumo de valores de uso, de utilidades materiais, mas primordialmente o consumo de signos”. (FEATHERSTONE, 1995, p. 122).

Se o consumo de signos é algo existente na definição da cultura de consumo, nesse período em que a sociedade procurava idealizar e manter os indivíduos em certas padronizações para adequarem-se a seus respectivos nichos, o consumo de signos era constante. Quando se trata de signos, coincidentemente pode-se relacionar a ideia da família tida hoje em dia como tradicional, composta por marido, esposa e filhos. A venda dessa imagem perfeita de uma estrutura familiar heteronormativa que ainda resiste e – por parte da população – permanece sendo considerada como ideal, é um retrato claro e presente ao longo do último século, quanto mais na década de 1950.

A segregação e o espaço para cada um dos gêneros em sociedade e no ambiente privado estavam bem definidos nesse período histórico. A mulher teoricamente deveria corresponder ao ideal de feminilidade, com objetivo máximo de conseguir tornar-se uma boa mãe e esposa, enquanto o homem deveria ser o provedor da casa. Segundo Zechlinski (2006, p. 14 *apud* Oliveira, 2002), o controle do que era tido como masculino, englobando a força, bravura e destemor, aliam-se aos ideais burgueses, transformando a figura masculina e lhe dando novas facetas: o homem trabalhador, produtor de mercadorias, provedor disciplinado, empreendedor e responsável.

Agregando os valores da cultura de massa, a indústria cultural e a cultura do consumo se encontram os Anos Dourados. “Os elementos que remetem ao clima dos ‘Anos Dourados’ foram construídos pela cultura industrial/de massa e divulgados pelos meios de comunicação, assim fixou-se o clichê para fornecer um retrato histórico e sedutor da época”. (VALDÍVIA, 2008, p. 6).

Retomando a cultura nacional, a influência estrangeira – como já dito anteriormente – se faz presente nas mais diversas mídias, afetando a população brasileira, incluindo o homem brasileiro da época que por sua vez é afetado pelos novos padrões de masculinidade que são construídos no exterior, em especial nos

Estados Unidos, e por sua vez são agregados e idealizados no Brasil, principalmente através do cinema e seus astros. “O cinema norte-americano passa a influenciar a mentalidade do brasileiro, e atores como Fred Astaire, Cary Grant e Clark Gable transformam-se nos grandes modelos de beleza e elegância masculinas”. (RASPANTI, 2013, p. 210).

No entanto, não foi apenas nos modelos de um galã e perfeito cavaleiro que a contribuição estrangeira resultou para a padronização brasileira de um ideal de homem. A questão de um homem rebelde também foi amplamente difundida, especialmente no que se refere a população jovem do período. “O cinema hollywoodiano dos anos 1950 criou um mito que foi incorporado como característica da virilidade nos jovens daquele momento e das gerações seguintes: a rebeldia”. (MÜLLER, 2013 p. 312).

O cinema, portanto, representava um novo espaço social, assim como um novo influenciador para o morador da cidade do momento, que assistia filmes de certos atores e desejava viver aquele tipo de aventura, fazendo com que no mesmo período que a tradição continuava a ser imposta de geração em geração, o espírito da rebeldia e da transmissão de valores estrangeiros começasse a ficar cada vez mais presente, estabelecendo novos modos de se portar e “americanizando” o jovem brasileiro:

O cinema exerceu papel de destaque na mudança de valores, hábitos e modo de agir dos jovens. Através dele difundiam-se novos modelos de comportamento, que anunciavam um ideal de liberdade, como os heróis rebeldes vividos por Marlon Brando em *Um bonde chamado desejo* e James Dean em *Vidas Amargas*. Em meados da década de 1950 as telas de cinema foram invadidas pela imagem do maior ídolo do rock, Elvis Presley. Por outro lado, difundia-se o *glamour* de Hollywood através das divas do cinema, como Greta Garbo, Vivian Leigh e Ava Gardner. (ZECHLINSKI, 2006, p. 19).

Como já analisado, sabe-se que a virilidade é uma construção cultural e social, existindo ao longo de toda a vida do indivíduo. O campo da cultura, influenciado amplamente pelo cinema e atores estadunidenses do período acabou auxiliando nessa construção de um homem viril para o momento, fosse o cavaleiro idealizado ou o rebelde sem causa.

Assim, o ato de se declarar como rebelde e utilizar das influências estrangeiras presentes no momento serve como uma caracterização do jovem da

década de 1950 no intuito de reafirmar sua masculinidade e virilidade perante a sociedade em que vivia:

Segundo o historiador francês Antoine de Baecque, Dean cristalizou e canonizou um conjunto de regras vestimentárias e físicas, que permitiram a uma pessoa se afirmar pela imitação de seus heróis em 'fúria de viver' e na 'rebeldia sem causa'. De Baecque ainda afirmou que James Dean foi a forma escolhida, ampliada, sonhada e maldita, infeliz, da iniciação viril: viver seria correr o risco da morte. (MÜLLER, 2013, p. 312).

Portanto, no período dos Anos Dourados, a masculinidade e a virilidade estavam sempre sendo postas à prova ou se fazia necessidade de reafirmar ao público, como maneira de realmente pertencer à sociedade em que vivia e não se tornar um membro da chamada periferia social. A imagem de uma juventude rebelde é utilizada também para a reafirmação da masculinidade de jovens em seus próprios nichos, como modo de estabelecer-se como um verdadeiro homem no período:

Uma verdadeira imposição da virilidade se exerce sobre os meninos, da qual poucos são capazes de se distanciar. Esses devem demonstrar constantemente sua virilidade e sua heterossexualidade, a fim de provar a legitimidade de seu pertencimento ao grupo macho dominante [...]. (BAUBÉROT, 2013, p. 217).

Essa noção de virilidade já pode ser vista no lar da criança, aonde o ambiente predominantemente feminino servia para que a criança já começasse a identificar-se com certos papéis de gênero. A figura paterna do período aparecia como um espelho para o garoto ainda em formação, já lhe mostrando ainda que indiretamente qualidades das quais se esperava que um homem possuísse e demonstrasse à sociedade para provar sua virilidade:

As denominações de bom pai, pai honrado, pai provedor, sobrepostas às evidências do que seja o masculino constituíam a imagem que socialmente se esperava de um homem. O masculino, o trabalho e a paternidade reforçavam-se mutuamente, garantindo e consolidando o modelo de autoridade e de poder a ser desempenhado pelos homens. (MATOS, 2001, p. 51).

Mesmo com esses ideais de masculinidade expostos a todo momento através do cinema e de influências externas, a readequação de comportamentos para que a criança em formação não se torne violenta, a não ser que em caso de necessidade, aparece como uma forma de controle da nova geração. "Os pais que elogiam os filhos brigadores concorrem para a dissolução da família; deviam torna-los valentes

e corajosos, quando se façam necessárias essas qualidades”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, n. 1816, p. 20).

Com a readequação do espírito violento para ser corajoso e valente quando se fizesse necessário, provavelmente em caso de defesa de algum membro familiar senão a sua própria, o garoto em formação compreenderia a noção da masculinidade como figura de apoio e proteção para sua família, e não como um agressor desenfreado que ao frustrar-se partiria para a violência.

O homem violento por suas próprias frustrações, portanto, é um arquétipo da masculinidade tratado com cuidado e procurando a todo momento readequá-lo para um traço favorável a si próprio e aos que estão próximos a ele. Assim, o rebelde sem causa, a princípio, é tratado como um ideal da masculinidade indesejado, ainda que presente em grande parte da juventude por conta da influência estrangeira. O homem valente nos momentos certos é o verdadeiro homem másculo. “Dupla personalidade é a do homem que bate no peito na igreja e que com a mesma bate em seu semelhante na rua”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, n. 1827, p. 34).

Ou seja, o que ocorria na década de 1950 era a permanência do estado em que o homem servia como base para a sociedade e representava a força e a honra do ser humano, sendo responsável por certificar-se que sua família mantivesse essa conduta, tendo autoridade dentro da hierarquia familiar para garantir que nenhum membro do grupo se desviasse moralmente, eticamente ou de qualquer outra forma.

Também é reforçado o caráter do chefe de família como o que poderia enxergar e agarrar as oportunidades a seu alcance e entrega-las a seus filhos, já que ele era o responsável por estabelecer o nível social da família e fazer com que seus descendentes o mantivessem ou ascendessem na sociedade, sempre com o intuito de rumar em direção ao progresso:

O horizonte de expectativas dependeria, é claro, da posição inicial do pai, o ‘chefe da casa’, e de sua capacidade maior ou menor de colher as oportunidades de vida que a industrialização e a urbanização rápidas criariam entre 1950 e o início dos anos 60. (MELLO; NOVAIS, p. 589).

É provável que a figura de honra e competitividade que o homem exercia no período também fosse reflexo do período pós-guerra, quando as figuras masculinas acabaram mudando de vida – ainda que numa escala consideravelmente menor no Brasil – para poderem lutar por sua pátria. O espírito de uma nação unida graças aos esforços das Forças Armadas e de seus soldados ainda se faziam presentes.

A competitividade presente no período é reforçada por Matos (2001, p. 51) que cita que era criado no homem a necessidade de viver quase exclusivamente em campos competitivos, de ser provedor e de se ocupar com o que ela define como 'coisas sérias', como trabalho, luta e política. Tal necessidade também pode ser vista como uma válvula de escape para o homem canalizar sua própria agressividade, buscando dentro destes campos uma fuga para suas frustrações acumuladas como forma de extravasar. "Os homens civilizados necessitam de um gênero de vida que leve consigo a luta, o esforço mental e muscular, a disciplina fisiológica e moral e algumas privações". (JORNAL DAS MOÇAS, 1952, n. 1920, p. 35).

Até mesmo o homem masculinizado precisa ser dominado, de certa maneira, para ser disciplinado de acordo com o que se espera de um homem civilizado no período de grande urbanização que foi a década de 1950. Os espaços para que se concentre em busca de ser o melhor ao mesmo tempo em que necessita agir como a base de sua família exibem a complexidade da figura masculina colocada no centro da sociedade brasileira do período.

Tratando-se da figura feminina, essa também tinha seu papel dentro do lar além de esposa e mãe. Desde o início do século XX, havia uma preocupação com a modernidade e a liberdade num estado que poderia parecer perigoso para a população, sendo que o considerável retrocesso do qual foi um dos responsáveis pela preservação dos valores morais e pela tradição do que se esperava por família pode ter sido obtido pelo resultado do pensamento da sociedade ainda na década de 1920 diante da maior amplitude no contexto social que o universo feminino alcançava:

[...] intelectuais de ambos os sexos elegeram como os legítimos responsáveis pela corrosão da ordem social e quebra de costumes, as inovações nas rotinas das mulheres e, principalmente, as modificações nas relações entre homens e mulheres. Conjugaram-se esforços para disciplinar toda e qualquer iniciativa que pudesse ser interpretada como ameaçadora à ordem familiar, tida como o mais importante 'suporte do Estado' e única instituição social capaz de represar as intimidadoras vagas da 'modernidade'. (MALUF; MOTT, 1998, p. 371-372).

Tal ameaça passou a ser tida como algo negativo e após duas décadas, e a Segunda Guerra Mundial, a busca pelo retorno da feminilidade e pela exaltação do que era considerado como feminino volta a ocorrer. A ênfase no momento não está apenas na questão da liberdade da identidade da mulher e em sua sociabilidade,

mas no que acontecia como consequência, de acordo com os que permaneciam contra esta nova vida adquirida no mundo feminino:

Tal situação trouxe, por outro lado, alguns problemas, pois se percebeu que a vida 'mundana' interferia no exercício das atividades pertinentes à esposa e à mãe, o que demonstra 'a instável posição da mulher' no âmbito social. Pairava sobre os sujeitos a sensação da existência de um declínio das representações ideais correspondentes ao gênero feminino, e daquelas observadas no 'estilo de ser' esposa e mãe. (SANTOS, 2011, p. 64-65).

A importância desse retrato da década de 1920 está unida à questão do feminino. As mulheres que se tornaram as mães e esposas da década de 1950 nasceram nessa tentativa de buscar as qualidades do feminino e de restringir sua liberdade em público em prol da moralidade. Assim, os papéis sociais destinados ao homem e a mulher mantiveram-se definidos pela própria sociedade com medo da modernização, ironicamente tendo o seu ápice na década do século em que mais se esperava pelo novo e moderno.

Com a busca pela feminilidade retornando ao seu espaço central habitual, a ideia da felicidade máxima da mulher estar ligada ao lar perpetuou-se. Dessa forma, ela conseguia tornar-se uma boa esposa e mãe sem usufruir das liberdades que estavam sendo adquiridas no início do século XX, buscando, dessa maneira, tornar a vida de sua família feliz e agradável, tomando para si essa missão. É claro que nem todas as mulheres do período se identificavam com esse ideal, não buscando alcançá-lo, mas era essa a idealização do momento pela sociedade quando observava o feminino, surgindo como uma forma de complementar a figura masculina no lar e auxiliar na criação dos filhos e nos cuidados da casa:

A mulher tornou-se cada vez mais um complemento do homem, ao qual se relacionavam muitos atributos que tinham valor positivo e superior. A distinção entre os sexos passou a ser considerada saudável: quanto mais masculino o homem e mais feminina a mulher, mais saudáveis a sociedade e o Estado. (ZECHLINSKI, 2006, p. 14).

O ideal da esposa se tornar uma parte complementar do marido se faz presente no momento em que ela passa a representar uma função utilitária dentro do lar, não apenas para cuidar da casa ou para engravidar, mas também sendo responsabilizada pela educação e pelo o que seus filhos acabam aprendendo. Indiretamente, ela também se torna a responsável pelas finanças do lar, cabendo a ela ter o controle do orçamento para prestar as contas a seu marido. Junto do

esposo, a mulher adquire uma missão que, segundo Lipovetsky (2007, p. 213) corresponde a economizar, gerir a casa e preparar um futuro melhor para os filhos.

O pensamento do autor condiz com o que outras pesquisas sobre o tema também trazem de informação. Santos (2011, p. 122) menciona os estudos de Luiza Passerini para chegar à conclusão que até mesmo no imaginário da época e em revistas voltadas ao público feminino, a figura da mulher era retratada de modo que indicasse que ela deveria ser consumidora e administradora do lar, sendo responsável pelo controle do consumo, mantendo-se organizada quanto a essa atividade.

A relação da mulher necessitar cuidar dos gastos é exibida ao longo de publicações da época, e mostra um novo lado da dona de casa, que agora é responsável pelo lar e atua ao lado do marido para evitar que falem recursos, não sendo retratada apenas como alguém que ficava em casa durante todo o dia e não fizesse nada além de gastar a renda familiar que o esposo se esforçava para conseguir.

Assim, enquanto a esposa necessita cuidar do dinheiro, o marido precisa estar presente ao mesmo tempo que trabalha para conquistar seus recursos financeiros, estabelecendo desta maneira a figura de complementariedade de ambos, até mesmo no campo econômico da instituição familiar. A função paterna, portanto, alia-se a função materna, exercendo a garantia da qualidade de vida do núcleo esperado pelo apoio de sua esposa:

[...] aponta como uma das tarefas básicas da função paterna: ser o provedor, aquele que traz os recursos do mundo externo, proporcionando as condições necessárias para que a mãe possa permanecer disponível para cuidar do filho. Cabe ao pai ser o suporte da mãe, tanto econômico como emocional, proporcionando-lhe então a tranquilidade necessária para que ela possa desempenhar o seu papel. (SILVA; DAUBER, 2013 *apud* NOTTO, 2001).

Enquanto a mulher possuía a característica de cuidadora do lar e da descendência, o homem como a figura de provedor financeiro e líder comumente era visto como distraído em questões do lar, algo que servia como motivo para deboche nas páginas da revista. As atividades vistas como femininas além de serem subjugadas pela questão da masculinidade também pareciam passar despercebidas pelos homens diante do senso comum tido pelas mulheres:

Entrou o homem numa casa de flores. E com voz medrosa: – Eu desejo um pé de gerânios... – Lamento – respondeu-lhe o florista – mas não tenho

mais gerânios... Não quer levar um pé de crisântemos? – Não. – Olhe que os crisântemos são muito... – Digo-lhe eu que não! – atalhou o homem. – Preciso de um pé de gerânios pela simples razão de que minha mulher foi passar uns dias na casa de minha sogra e eu prometi-lhe regar tôdas as manhãs um pé de gerânios que tínhamos em casa... (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, n. 1805, p. 8).

Assim, ambos os gêneros tinham seu espaço dentro do lar e na funcionalidade da família. O homem que não cumpriu com a sua promessa dentro do lar, como no caso da piada acima publicada pelo periódico, faz-se arrependido e tenta reparar seus erros substituindo as flores do jardim de sua casa que havia prometido cuidar para sua esposa, que estava viajando. A ideia de complementariedade neste exemplo é reforçada quando o marido realiza a tentativa de que sua mulher não descubra que não cumpriu com sua promessa de cuidar do jardim ao invés de simplesmente utilizar de sua autoridade na família para justificar seus erros.

A complementariedade, em que em alguns momentos o homem necessita ceder para evitar discussões com sua esposa e vice-versa, aparece também como deboche, procurando elevar – ainda que um pouco – o poder da mulher no matrimônio em alguns casos. “Todo espôso com duas palavras apenas pode terminar uma discussão com sua consorte; basta dizer: ‘Sim, querida’”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1951, n. 1867, p. 24).

Logicamente tal publicação foi feita com intuito cômico e não com a intenção de ser uma regra a ser seguida. A comprovação de que tal publicação utilizava apenas da comicidade se reitera anos depois, numa outra nota de rodapé. “Quando a mulher fala, o marido deve calar, mas quando êste fala a mulher deve acatar”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1954, n. 2059, p. 32).

Assim, pelo aspecto da mulher acatar ao que o marido lhe fala, a ideia da complementariedade e ainda assim, certa autoridade do marido perante sua esposa, é novamente exposta e validada. O homem conseguindo ter controle e poder de decisão, era um modo de reforçar sua masculinidade perante sua família. Possuir a autoridade diante de seu lar não apenas no controle financeiro, era afirmar que em seu lar, ele era o líder. “Não nos enganemos; o homem que está sempre de acôrdo com sua espôsa é um homem que não tem opinião própria”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1958, n. 2230, p. 41).

Quando se aborda a estrutura familiar e o que se define pela instituição tida como família da metade do século XX, é necessário relembrar a todo momento que

se trata de seu formato tradicional. Os gêneros tinham suas funções específicas dentro do núcleo e suas próprias responsabilidades. Os papéis eram fixos e, de certa forma, engessados. Apesar da liberdade que começava a ser conquistada por parte das mulheres, esforços não faltavam para manter o modelo tradicional em vigor:

Do início do século XX até meados dos anos 60, houve o predomínio do modelo de família *tradicional*, na qual os homens e mulheres possuíam papéis específicos social e culturalmente estabelecidos. Havia um aparato social que estabelecia como *naturais* alguns papéis atribuídos aos homens e às mulheres [...] (SILVA; DAUBER, 2013, p. 60).

Diante da preservação da família tradicional brasileira de 1950, a monogamia era algo esperado de ambos os cônjuges. No entanto, isso não quer dizer que o adultério fosse algo descartado para o masculino. Enquanto a mulher, caso fosse descoberta como adúltera, ao longo da primeira metade do século XX, podia sofrer diversas consequências legais – já que ela era considerada tutelada pelo seu esposo e estava diante de sua boa vontade – no caso do gênero masculino, esse só seria punido caso fosse descoberto que ele possuísse uma amante e estava atrapalhando sua função como provedor do lar:

Assim, enquanto a punição do adultério para as mulheres tinha relação com o contato físico delas com outros homens, para os homens tinha relação com a sua função social de provedor do lar, ou seja, sua relação física com outras mulheres pouco significava perante a lei, mas a manutenção de uma concubina poderia significar a transgressão do seu papel de chefe de uma única família. (ZECHLINSKI, 2006, p. 91).

Portanto, o problema para o homem pego cometendo adultério estava apenas na questão social. Não por sua honra, não pela moral. Ele só era condenado por falhar em sustentar sua família, dando preferência para sua amante. A mulher, no entanto, recebia o julgamento moral da sociedade e de sua família. O adultério era uma questão de preocupação para a mulher, sendo levado como um crime que poderia levar até mesmo a sua morte diante da “legítima defesa da honra” (ZECHLINSKI, 2006, p. 91). Para a figura masculina, no entanto, o adultério era visto próximo de um estado de inevitabilidade e aceito enquanto não atrapalhasse sua própria família.

Certamente haveriam aqueles que condenavam o adultério de ambas as partes, no entanto, pelo ponto de vista legal essa era uma questão que preocupava apenas as mulheres diante do ato em si. O homem estaria “seguro” enquanto

conseguisse garantir o sustento de sua prole. Indiretamente, o adultério masculino era algo que se podia, de certa forma, algo que não teria como consequência a fofoca na vizinhança, enquanto o feminino seria motivo de mexericos.

O homem solteirão, ou conquistador, por sua vez, indesejado e retratado negativamente, aparece como alguém que a mulher deve ter cuidado para interagir. Apesar da ideia da masculinidade reforçar o poder do homem e seu impulso irracional para novas aventuras – que também podem dizer respeito a relacionamentos amorosos até mesmo dentro de um matrimônio – a necessidade de possuir cautela ao interagir com este tipo de indivíduo é trazida em alguns lembretes. “Para certos homens não vale o adágio ‘mais vale um pássaro na mão que dois voando’; acham eles que os pássaros jamais devem ficar na mão de alguém, mas sempre soltos”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, n. 1815, p. 24).

Apesar de ser colocado como um aspecto negativo do lado masculino, não é introduzido nenhum tipo de modo de combater este traço do marido, ou então de seu filho, sendo visto apenas como uma consequência da virilidade que esse possui e seu interesse por novas conquistas, mesmo que estas sejam novas mulheres em sua vida. Essa necessidade passa a ser vista apenas como um fato, e, portanto, um traço da personalidade de certos homens que sempre terão medo de um compromisso sério.

E mesmo assim, quem seria culpabilizada seria a mulher, pois ela falhou em seu papel como esposa e não agradou o suficiente seu cônjuge a ponto dele necessitar procurar por outra pessoa para satisfazê-lo. No caso masculino, a mulher também recebe a culpa por não ser fiel ao esposo que a sustenta e “faz de tudo para fazê-la feliz”, manchando a imagem do próprio marido, tratando a figura feminina como ingrata e imoral. Assim, a esposa adúltera, ou que era casada com o marido adúltero, sempre receberia a culpa, mesmo que indiretamente.

Dessa forma, até mesmo o ato da conversação e dos rumores servem como agentes controladores sociais e da moralidade das famílias:

Assim, os comentários alheios a respeito do comportamento das pessoas (em relação ao recato, principalmente) e quanto aos padrões estabelecidos da vida conjugal (marido provedor, esposa subserviente etc.) que atingiam a reputação das pessoas, eram um meio de garantir o seguimento das normas comportamentais por grande parte dos agentes sociais. (ZECHLINSKI, 2006, p. 95).

Consequentemente, a honra e a reputação dos indivíduos envolvidos em um matrimônio eram motivos constantes para preocupação. Porém, a preocupação feminina, neste sentido, recaía para seus próprios atos quanto os do marido, sendo responsável por ambos, seja pela sociedade ou pela legislação. Essa preocupação quanto a honra e moralidade da família é algo que se estendia além da questão marido e mulher, por mais que fosse o foco. Filhas e irmãs solteiras estavam sujeitas a este tipo de vigilância quanto a seus modos em público para não ficarem faladas, tendo como o principal juiz seu pai ou irmão, que assumia como sua responsabilidade cuidar e preservar sua honra, evitando escândalos:

A figura do homem ideal tem de unir controle e racionalidade à vibração, à energia, à força e à coragem. Os homens têm de manter o controle e o poder sobre as situações porque as mulheres descontrolam-se facilmente e eles devem protegê-las. A sexualidade masculina não é colocada em jogo, pois não é considerada ameaça à sociedade. (ZECHLINSKI, 2006, p. 73).

É certo que quando a autora se refere à sexualidade, se diz respeito ao impulso sexual, e não ao que se tem definido também como orientação sexual. Essa certeza vem do fato que a sexualidade masculina, no que diz respeito a atração pelo mesmo gênero, ainda era considerada um tabu e nem mesmo era abordada diretamente em um periódico, sendo considerado como um desvio de caráter e tratado como doença.

O homem que não se sujeita a cuidar da fidelidade de sua esposa, ou a virgindade de sua irmã ou filha solteiras, assim como o que trata com descaso esses assuntos acaba tendo sua masculinidade questionada, já que ele não se importa em preservar o bem-estar familiar e não tem as qualidades esperadas construídas e internalizadas dentro de si para seu gênero. O questionamento famoso de “você é ou não é homem?” também aparece nesse caso, servindo para colocar em pauta a ausência da masculinidade presente num homem que acaba não cumprindo com os objetivos de cuidar daqueles por quem deveria garantir segurança e preservar sua honra.

Essa construção da necessidade do homem vigiar a figura feminina e preservá-la está presente até mesmo na definição do que se tem por um relacionamento idealizado por cada um dos lados de uma relação, no que a sociedade concebia como certo. Desta forma, o homem também tinha um ideal de que tipo de mulher ele desejava casar assim como qual era a mulher certa para amar:

Para o homem, encontrar o amor verdadeiro significa encontrar aquela mulher que será digna de conceber seus filhos, capaz de manter a honra da família e de fazer uma boa figura perante a sociedade, tanto na aparência física quanto no comportamento. (ZECHLINSKI, 2006, p. 73).

Esse argumento de idealização presente na mente masculina de que tipo de esposa ele deseja e vice-versa se estabelece a partir da criação dos papéis sociais dentro da família, que já eram estabelecidos durante esta época. Cada membro da família desempenhava um papel, e assim sendo, quando o jovem buscava alguém para se casar ele esperava encontrar uma pessoa que fosse apta a exercer aquela função adequada a seu papel social:

Cada membro da família tem um papel social, que envolve o cumprimento de determinadas funções. Mas o seu papel social não se limita ao aspecto funcional: refere-se também a uma determinada imagem de pai, de mãe ou de filho, que corresponde a uma expectativa de comportamento. (LAUWE; LAUWE, 1965, p. 483).

A década de 1950, assim como a primeira metade do século XX, foi o início do momento em que as relações matrimoniais estabelecidas através do amor tiveram um aumento considerável, fazendo com que começassem a perceber que o controle do marido perante a mulher e a vontade dessa em submeter-se as regras da casa ocorriam de modo mais espontâneo do que nos casamentos por interesses familiares.

Dessa maneira, visto que o casamento era um acontecimento na vida de uma pessoa que, pela sociedade ainda era visto como algo único, uma vez que o desquite ainda era um grande tabu para a sociedade, procurava-se aconselhar para que os jovens não casassem rapidamente apenas por estarem apaixonados. Era necessário haver algo além de uma conexão física entre os dois envolvidos. “Se assim é, tanto os rapazes como as moças devem estar prevenidos quanto às surpresas e preparados para suportá-las com altivez e paciência. Por isso, voltamos a aconselhar: Não se casem apenas pelos bonitos olhos...” (JORNAL DAS MOÇAS, 1957, n. 2211, p. 44).

Portanto, era necessário que houvesse uma relação de cumplicidade para que o casamento fosse realmente feliz e resultasse em bons frutos. A mulher que voluntariamente se sujeitava ao marido e aceitava permanecer restrita ao espaço doméstico e a cuidar de seus filhos e esposo, era considerada como ideal para um

homem, já que não fugia de suas obrigações como mulher e reconhecia qual era seu local na sociedade:

O casamento por e com amor acaba revalorizando essa instituição, que se vê ameaçada pela entrada da mulher no espaço público e no mercado de trabalho. Com o casamento por amor justifica-se a hierarquia nas relações de gênero e torna-se mais palatável a fidelidade, que é tomada como espontânea, já que é o amor que une o casal. Assim, moralmente o casamento por amor torna-se uma boa opção para as famílias, pois o casamento mantém as convenções sociais e permite certo controle sobre as pessoas e sobre a sexualidade. (ZECHLINSKI, 2006, p. 74).

Conseqüentemente, a legitimidade do matrimônio estabelecido através do amor verdadeiro de ambas as partes acaba se tornando mais importante e garantindo um sucesso a longo prazo maior do que aqueles estabelecidos por contratos e interesses familiares. O casamento, um evento social de grande importância para a vida de ambos os cônjuges e suas famílias, tinha regras sociais desde o momento do noivado, e as tradições apareciam desde então:

Ao efetuar-se o compromisso matrimonial dos filhos, chega o momento de decidir várias questões. A primeira que se apresenta é se é próprio que a noiva visite primeiro os pais do noivo depois de se haver efetuado o compromisso ou se é o noivo que vai procurar os futuros sogros. Se querem seguir ao pé da letra as regras da sociedade, o noivo e sua família devem ser os primeiros a fazer a visita aos pais da noiva. Sem embargo, não há razão para que, se os pais de ambas as partes são antigos amigos, não se dê uma festa em homenagem à noiva em casa dos pais de seu noivo. A família da noiva deve pagar todos os gastos do casamento. Se se cumprem estas questões devidamente evitar-se-ão desgostos e mal-entendidos entre as famílias. (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, n. 1803, p. 48).

Nota-se que a revista coloca, neste caso, a ideia do noivo cumprimentar a família da noiva, dando ainda mais destaque a questão de uma união realizada pelo amor mútuo e não por algum contrato entre famílias, explicitando a ideia de que um matrimônio se sustentaria a partir de sentimentos afetivos entre ambas as partes e que a proximidade entre as famílias seria algo positivo. Além disto, a proposta do homem tomar uma atitude primeiramente para seguirem as regras da sociedade “ao pé da letra”, como o periódico se refere, reforça o protagonismo e o papel de liderança do homem a partir do noivado, já que seria de bom tom ele tomar a atitude primeiramente ao invés de sua futura esposa.

Isso não significa que o *Jornal das Moças* fosse contra os casamentos realizados por contratos familiares e decididos sem o consentimento dos noivos, já que no mesmo ano de publicação do artigo citado acima, a revista também mostra os pontos positivos de um matrimônio sem amor, demonstrando que há a

possibilidade de desenvolver tais sentimentos mesmo que não existam de início. Tal acontecimento ocorre num conto chamado “*Casamento por Dever*”, em que os protagonistas se detestavam e o marido até mesmo decidiu abrir mão de sua esposa para que ela ficasse com outro, mas esse também era casado. Quando a jovem descobre isso, ela retorna para o homem que estava casada, percebendo nesse momento que ambos se amavam:

– Volta para tua mulher, Daniel. – disse a moça lentamente. – Eu te perdôo, porque graças a ti, encontrei um homem digno a quem amarei para sempre: meu marido... Daniel saiu. Assim que a porta se fechou antes dêle, Ricardo correu para abraçar sua espôsa. Não disseram uma palavra: estavam demasiadamente emocionados para falar, mas o seu silêncio era mais significativo do que tôdas as palavras de amor... (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, n. 1806, p. 10).

A revista, com essas declarações sobre casamentos realizados por amor e por dever, acaba reforçando que todo o matrimônio pode ser feliz, e que há como desenvolver o amor a partir do tempo de relacionamento dos envolvidos. Indiretamente, há a cobrança para o casamento, já que a ideia de uma mulher solteirona era vista com maus olhos e o homem solteirão também era indesejado já que não teria descendência para continuar com seu nome e, portanto, não possuiria um legado.

O casamento, por si só, é o retrato da construção no imaginário dos indivíduos do que eles desejam para si como companheiro. Eles querem alguém que os complemente e os faça feliz, e por esse motivo o homem que decide noivar de uma mulher por quem possui sentimentos e aparenta ser uma boa esposa em potencial acredita ter alcançado o ideal para constituir uma nova família. “A mulher casa com a esperança de ser uma perfeita espôsa e o homem também se casa com esperança de que sua escolhida seja uma perfeita espôsa”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1956, n. 2165, p. 40).

Dentro do relacionamento matrimonial que ambos os sujeitos se amavam, se pressupunha que a fidelidade estava garantida e a preservação da moralidade e honra da esposa e da prole seria incontestável, pois a esposa acataria as decisões do marido e seria um bom exemplo para as filhas em formação enquanto o pai que amasse a sua esposa e a tivesse respeitando as decisões familiares tomadas por ele, seria idealizado pelo filho que se espelharia nesta imagem em busca de sua futura esposa, assim perpetuando o estereótipo tradicional do modelo de família nuclear.

Tal ideia de que o filho observando os pais tendo um relacionamento idealizado e feliz numa união matrimonial tradicional é vista especialmente pela definição de que a família serve para ensinar para a criança em formação a partir de suas ações, sendo a base de seu primeiro contato social e construção de valores:

É na família que os indivíduos se relacionam e trocam experiências, visto que ela é, ao mesmo tempo, um espaço de conflito cooperativo e um espaço determinante de bem-estar através da distribuição de recursos, passando muitas vezes a refletir diretamente dúvidas, aspirações e questões pessoais. (NASCIMENTO, 2006, p. 2).

Por essa análise, a família reafirma-se tendo um papel de educação para seus descendentes e responsável por ensiná-los. Assim, no âmbito cultural e social, a família é uma figura de grande importância para transmissão de valores para sua prole:

[...] a família desempenha papel decisivo na educação formal e informal. Em seu espaço são absorvidos os valores éticos e humanitários, aprofundam-se os laços de solidariedade, constroem-se as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. (NASCIMENTO, 2006, p. 2 *apud* FERRARI; KALOUSTIAN, 1994, p. 11).

Tal afirmação condiz com o que é dito por Lauwe e Lauwe (1965, p. 481), quando ambos afirmam que o papel de pai e mãe é indispensável em larga medida, e no seio da família que a criança realiza sua primeira aprendizagem da sociedade, sendo que essa aprendizagem marcará toda a existência dessa criança até o final de sua vida. Optou-se pela associação com tal referência especialmente por sua época de publicação, sendo próxima do recorte histórico abordado. Assim, é facilitada a compreensão do que se entendia por família nesse período, procurando observar se há concordância com os referenciais atuais.

A preocupação pelo sistema familiar também ocorre pelo que Santos (2011 *apud* Lasch, 1991) define como “crise da família”, que ocorreu especialmente no final do século XIX e na primeira metade do século XX, sendo composta por quatro acontecimento que provocaram a degradação de tal sistema: o aumento no número de divórcios, a queda de natalidade entre pessoas de condições sociais favorecidas, a posição instável da mulher na sociedade e a revolução moral.

No entanto, a razão da preocupação com a família é também relevante. A preocupação com a instituição, como já dita anteriormente, se dava de acordo com a ideia de que o núcleo familiar era responsável pela transmissão de valores e

ensinamentos para os seus descendentes, e isso ocorria pela consideração da família como de importância primária para a sociedade:

A família conjugal foi considerada como um grupo primário, muitas vezes como o grupo primário por excelência, peça-chave da estrutura global da sociedade e durante muito tempo, nas culturas ocidentais e mesmo noutras, como uma garantia da ordem e da autoridade. (LAUWE; LAUWE, 1965, p. 477).

Colocando a família em pauta, a questão da moralidade ainda passava por um de seus ápices ao longo da década de 1950, provavelmente como uma resposta para tantas mudanças que começavam a acontecer na sociedade. O que pode ser visto como um retrocesso por algumas famílias e até mesmo pelo governo getulista, foi utilizado com o intuito de manter a moral pública, posteriormente agregando os ideais de progresso com a preservação da família tradicional:

Apesar das mudanças que a vida urbana proporcionava, a noção de honra da família não só foi mantida, como ganhou maior destaque depois de 1937, com a consolidação de Getúlio Vargas no poder. Conforme Sueann Caulfield, com a instauração do Estado Novo, Vargas levou adiante as idéias moralistas, com o suposto objetivo de zelar pela moral pública e pelos valores da família, vinculando-as explicitamente à honra nacional. Nas décadas de 1940 e 1950 o ideal de progresso foi vinculado à manutenção do ideal tradicional de família, com seus predicados moralizadores e a hierarquia nas relações de gênero. (ZECHLINSKI, 2006, p. 24).

A década de 1950 tinha os enfrentamentos familiares que já ocorriam ao longo de meio século, somados com a questão da moralidade que voltava à tona após a Segunda Guerra Mundial. A unidade familiar brasileira tentava conter a crise que enfrentava ditando novos modos de vigilância uns pelos outros, reforçando a autoridade e vigilância paterna, assim como a repressão de atos considerados como imorais e a permanência dos papéis sociais de cada gênero desde a infância. A questão de gênero, ainda que não debatida diretamente no período, se fazia presente como forma de manter a sociedade hierarquizada já estabelecida e impedir a destruição da família:

Embora nem todas as pessoas correspondessem aos modelos, eles serviam de base para avaliar os comportamentos, delineando o que era adequado para o homem e para a mulher. Estas representações atravessaram o tempo, se renovaram e se adaptaram às mudanças socioeconômicas do século XX, causadas pelas guerras mundiais, pelas demandas do mercado de trabalho, pelas inovações científicas e tecnológicas e pelo crescimento das cidades. (ZECHLINSKI, 2006, p. 15).

Com os discursos sendo reforçados para o estabelecimento do que se considerava como idealizado pela sociedade, buscando adaptarem-se para o momento em que se estava vivendo, as tradições das relações de gênero foram mantidas. O homem permanecia como chefe, permanecia com o dever de prezar pela moralidade de sua esposa e de sua família. A mulher continuava com o ideal de tornar-se uma boa figura materna, e ambos precisavam passar isso para a futura geração:

[...] os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A maternidade, o casamento e a dedicação ao lar faziam parte da essência feminina. [...] Assim, os discursos que pretendiam manter a ordem familiar dentro dos princípios morais da família burguesa retomavam antigos argumentos sobre a masculinidade e a feminilidade, que costumavam se pautar na noção da *natureza* elaborada pela ciência moderna. (ZECHLINSKI, 2006, p. 27).

Dessa maneira, os Anos Dourados foram resultado de diversas questões, como a influência estrangeira, uma produção massiva de valores que eram propagados nos mais diversos meios de comunicação, a idealização de um período de estabilidade e inovação para se esquecer a guerra da década anterior e padronização da sociedade que buscava aproximar-se de uma eventual perfeição em meio ao requinte e ao sedutor glamour da época, todas essas características englobando o objetivo do progresso.

#### 4. IMPRENSA BRASILEIRA E SOCIEDADE: O JORNAL DAS MOÇAS

No que diz respeito a imprensa brasileira, se remete ao entendimento de sua importância dentro da sociedade brasileira da época. A imprensa acabava por influenciar e moldar comportamentos dentro da sociedade, assim estabelecendo uma influência perante essa:

[...] a imprensa continuou tendo grande influência no século XX, embora fosse agora contrastada com a tecnologia eletrônica 'não tradicional' e incorporada à categoria genérica de 'mídia'. Ela fazia mais do que refletir os interesses da sociedade: ela os moldava, investigando e ao mesmo tempo divulgando. (BRIGGS; BURKE, 2016, p. 234-235).

Desta forma, retoma-se a ideia anterior de uma influência da imprensa – e conseqüentemente da mídia – dentro da sociedade, fazendo com que essa adequa e padronize seus leitores a partir de ideais escolhidos por ela mesma, normalmente condizendo com o que já era tradicionalmente esperado pela população.

Os periódicos acabam se tornando uma boa fonte para análise do período histórico em questão, justamente por estarem enquadrados dentro de uma época e refletirem os pensamentos e ideais daquele determinado grupo:

[...] revistas representam épocas [...] só funcionam em perfeita sintonia com seu tempo. Por isso, dá pra compreender muito da história e da cultura de um país conhecendo suas revistas. Ali estão os hábitos, as modas, os personagens de cada período, os assuntos que mobilizam grupos de pessoas. (SCALZO, 2003, p. 16).

As revistas, portanto, passam a servir como retrato de um período, cultura e classe, se tornando indiretamente uma forma de analisar tempos passados através da questão cultural e social. Contudo, a análise de revistas, por terem um público-alvo e se estabelecerem como um segmento para determinada camada da sociedade, não pode ser tomada como verdade absoluta, mas como a construção de uma verdade e proporcionando o acesso a um tempo histórico.

De tal maneira, analisar a imprensa no escopo dos periódicos é uma forma de conseguir compreender o imaginário e as representações idealizadas do momento. “Revistas têm sido, ao longo dos últimos anos, um espaço privilegiado de análise de tendências e mudanças nas representações de gênero”. (MONTEIRO, 2013, p. 336).

A análise de revistas, portanto, é algo que começou a ser utilizado há algum tempo, uma vez que acabam tornando a compreensão histórica, cultural e social de

um determinado recorte temporal e permitem a compreensão de outro período histórico a partir do pensamento popular da época.

Com tal argumento da influência da imprensa na sociedade, se faz um paralelo com a ideia de que se estabelecia uma relação de dupla troca, em que uma influenciava a outra. Assim, ela era o objeto e ao mesmo tempo o sujeito de sua própria capacidade influenciadora. “[...] a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira”. (MARTINS; LUCA, 2008, p. 8).

Desta maneira, o lugar social do qual a imprensa faz parte é amplo, atingindo a sociedade como um todo e conseguindo adequá-la de acordo com o que era sugerido em suas próprias páginas.

A característica da imprensa no que diz respeito a adequar a sociedade diante do que lhe era proposto e divulgado é vista de modo recorrente, uma vez que – ao lado do rádio – era o mais amplo meio de comunicação com a população civil, assim como o de maior propagação nesse período. “Nesse ponto da história da mídia é possível comparar a imprensa e o rádio como mídias que influenciavam o fornecimento de informações e a formação da opinião pública”. (BRIGGS; BURKE, 2016, p. 248).

Sendo assim, a questão da imprensa como um dos meios de padronizar e enquadrar a população que faz uso dos seus jornais diante do que se espera, é algo que pode ser afirmado inúmeras vezes, incluindo no espaço de tempo que se está sendo analisado. Além disso, a imprensa também conseguiu coexistir com os novos meios de comunicação, como o rádio e a televisão, e apesar de perder parte de sua influência ao longo da história, na década de 1950, ela permanecia como uma grande disseminadora de ideais, normas e bens de consumo inovadores que surgiam na época, em especial voltados ao público feminino:

A imprensa moderniza-se, principalmente no que diz respeito às revistas ilustradas. O vínculo entre imprensa feminina e consumo se intensifica acompanhando o crescimento da indústria de bens ligados à mulher e à casa e o aumento do poder aquisitivo de setores da população. (PISNKY, 2014, p. 19).

O setor de comunicação impresso também atingia o ápice de sua expansão. Periódicos regionais agora atingiam um público não apenas local – especialmente por conta da produção em larga escala –, possuindo em alguns casos veiculação por todo território nacional. Os jornais e revistas passavam a ter um compromisso

para com seu leitor de mantê-lo informado sobre as novidades no país e até mesmo na tecnologia, já que no momento da década de 1950 o que se esperava eram o progresso e inovação constantes.

A ampliação da produção dos serviços de consumo era resultado da industrialização, fazendo com que edições de revistas e jornais fossem produzidas em maiores quantidades e conseqüentemente alcançando um público maior do que em períodos históricos anteriores. “Acontece que numa sociedade onde a indústria se tornou uma grande potência, a produção dos elementos culturais (livros, jornais, revistas, etc.) também passaram a ser produzidos em grandes quantidades e foram industrializados”. (VALDÍVIA, 2008, p. 4-5).

Desta maneira, o setor de comunicação ter se desenvolvido com maior intensidade ocorre como uma consequência da própria expansão do setor industrial, tendo sido dependente desse para que realmente ocorresse em tais proporções:

Diante do *American way of life* (modo americano de vida), muito bem expresso nos meios de comunicação foi apresentado à sociedade brasileira a necessidade do bem-estar, expresso no consumismo de bens materiais [...]. As pessoas foram seduzidas a ter bens materiais para que pudessem aceitar o convite para entrar na sociedade de consumo [...]. (VALDÍVIA, 2008, p. 24).

A influência dos periódicos também é vista quando se fala da publicidade, uma vez que, com o final da guerra e um novo ideal de modo de vida e de consumo ganhando espaço, o principal meio de comunicação para a publicidade se torna o periódico:

O meio do século foi um período especialmente importante para a imprensa, em especial a de revista, pois marca a consolidação do modelo capitalista e a disseminação da publicidade com o fim das restrições impostas pelas guerras. A introdução de um modelo de vida baseado no consumo e o aumento dos índices de escolaridade deram um impulso ao mercado editorial. (LOBATO, 2013, p. 4).

Com base nessa ideia de que a imprensa atinge seu estado de grande propagação durante esse período, utiliza-se como argumento o que Ribeiro (2015, p. 279) sintetiza sobre as palavras de Nelson Werneck Sodré em seu livro *A História da Imprensa no Brasil*. A autora cita que para Sodré, o período da metade do século XX na imprensa brasileira se caracteriza como a conclusão da passagem da imprensa artesanal para industrial e mesmo assim o período é tido como um momento de transição e crise, já que se espera um constante desenvolvimento e modernização do setor de comunicação.

A idealização deste período na imprensa diante da relação da publicidade e propaganda é inegável uma vez que a televisão ainda não tinha um grande público enquanto os jornais e revistas competiam com o rádio pela disputa de maior alcance através de sua veiculação. A década de 1950 significou para o Brasil, como um todo, um novo olhar perante o que significava a modernização e o novo domínio de mercado, em especial na segunda metade da década ao longo do governo de Juscelino Kubistchek:

Os anos JK abriram novos horizontes para a publicidade. Ocorreram mudanças significativas na estrutura produtiva do país. A intensificação do processo de substituição das importações determinou a maior diversificação da atividade produtiva, em especial a indústria, e surgiu a necessidade do suprimento de bens intermediários e de bens de capital. O desenvolvimento acelerado da industrialização permitiu o crescimento das áreas urbanas e alterou o mercado consumidor brasileiro. De acordo com Roberto Simões, existiam no país 500 agências de publicidade que empregavam 5 mil pessoas. O setor que mais investiu em propaganda foi a indústria automobilística (General Motors, Ford, DKW-Vemag, Mercedes-Benz). O jornal ainda era a mídia principal, com 28% de investimento publicitário. A seguir vinham o rádio com 16%, as revistas com 12% e a televisão, com 6%. (ABREU; PAULA, 2007, p. 14).

Com as revistas e o jornal estando nas três categorias principais de veiculação de propagandas do período, é compreensível a grande dedicação por parte das agências em criarem novos anúncios para edições posteriores do *Jornal das Moças*, procurando manter um ritmo constante de aparições ao longo dos números publicados durante o ano. A busca por um mercado consumidor que cada vez mais se ampliava é recorrente na década, e os modos de chamar atenção dos potenciais clientes das diversas marcas se tornaram exemplos clássicos de anúncios através de slogans e celebridades servindo como garotas propaganda.

Ressalta-se que a análise se faz em um periódico feminino. Na década de 1950, não era algo comum veicular num jornal voltado para mulheres notícias sobre política, economia, ou temas considerados de interesse do homem. “Pressupondo que as senhoras não se interessavam por política, e nem era recomendado que se interessassem, grande parte dos folhetins tratou de temas recomendados a elas e supostamente de seu interesse”. (ZECHLINSKI, 2006, p. 47).

Sendo assim, as poucas aparições de algo relacionado a algum tema ligado ao universo do másculo e ao que o homem tinha como interesse, normalmente traziam junto de si uma carga cômica, através de charges ou piadas ao longo da revista em pequenas notas que não tinham interesse no caráter informativo. Com a

ideia de agradar aos interesses da mulher, os temas das variedades, do mundo do entretenimento, da moda e da manutenção do lar apareciam de forma recorrente, compondo as edições semanais, em meio a contos e histórias ilustradas que costumavam demorar algumas edições até serem encerradas.

Comumente se utilizavam de periódicos voltados ao público feminino para uma análise da questão das mulheres, enquanto revistas masculinas serviam ao mesmo propósito para os homens:

Se primeiramente o foco principal desse tipo de pesquisa estavam nas revistas femininas, alguns autores mais recentes buscaram também estudar revistas masculinas com o mesmo intuito: explorar as ideias sobre os homens presentes nas suas páginas, aprendendo assim algo sobre as formas das masculinidades ao longo da história. (MONTEIRO, 2013, p. 336).

No entanto, desviando do tradicional, a observação dada a partir de um periódico com foco para as jovens moças e realizando a análise sobre a idealização do homem é o que foi optado para essa dissertação. Assim, os arquétipos desejados a serem analisados não estão enquadrados na questão feminina – por mais que a revista analisada seja voltada a este público – mas ao masculino.

Para realizar tal análise, optou-se pela abordagem metodológica bibliográfica. A escolha por esse tipo de pesquisa foi definida a partir da conceitualização que estuda os conteúdos de artigos e livros, assim como jornais, de modo que os classifica nessa categoria. Portanto, a imprensa escrita é vista como fonte bibliográfica. “Da mesma forma que as fontes de documentos, as bibliográficas variam, fornecendo ao pesquisador diversos dados e exigindo manipulação e procedimentos diferentes. Imprensa escrita: em formas de jornais e revistas”. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183).

O método optado para a realização da análise da fonte foi o método dedutivo com análise de conteúdo das edições do jornal e de modo interpretativo, utilizando a leitura dos artigos e colunas selecionados ao longo dos anos de publicação para fundamentar a pesquisa e examinando o que fazia jus a temática da pesquisa.

#### 4.1 O JORNAL DAS MOÇAS E A IDEALIZAÇÃO DO FEMININO E MASCULINO

Ao longo desta pesquisa, foi analisado o periódico *Jornal das Moças*, realizando uma coleta de dados no decorrer de suas publicações da década de

1950. O *Jornal das Moças* era um periódico semanal produzido na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1914 e 1961. No entanto, apesar da produção local, sua veiculação atingia nível nacional.

Ressalta-se a questão do público-alvo da revista. Por ser uma revista voltada para mulheres que estavam próximas da idade de casar, assim como senhoras já casadas, presume-se que o nicho social do qual a revista era direcionada era a classe média, assim como a classe média-alta. A observação de qual classe social o periódico se destinava é dada a partir de alguns fatores:

O primeiro destes é a questão da necessidade de um tempo livre para ler a revista, coisa que muitas mulheres de classes mais baixas não teriam. Em segundo lugar, a constante exibição de novidades voltadas para a moda e utensílios domésticos também criaria dentro dos lares uma necessidade de adquiri-los e o poder de compra deveria ser um pouco elevado. Por último, por ser um periódico, as leitoras necessitariam ser alfabetizadas, o que novamente coloca a mulher de classe baixa à margem do público-alvo do *Jornal das Moças*.

A escolha de tal revista como fonte de estudo se deu especialmente por conta da autodenominação como “a revista de maior penetração no lar”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1954, n. 2037, p. 42).

Tal reafirmação sobre sua importância e relevância dentro do cenário dos periódicos voltados ao lar e ao público feminino é ressaltado com pouca sutilidade ao longo da década, de modo que continuamente seja visto alguma nota de rodapé lembrando à leitora que o *Jornal das Moças* é o melhor do mercado, ou que ele preserva a moralidade e os bons costumes, assim como seu caráter familiar. “‘Jornal das Moças’ é a revista da família”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1953, n. 1960, p. 21).

Essa característica de uma revista voltada para a família é algo que o periódico utilizava a seu próprio favor para dar a si próprio um diferencial, também servindo como um meio de adequar seus leitores ao que a sociedade considerava adequado no momento, sendo que ao mesmo tempo em que auxiliava na propagação de certos ideais, também era um reflexo destas mesmas ideologias, mantendo-se no conservadorismo e bons costumes dos quais tradicionalmente eram indiretamente impostos.

Um momento, em especial, para esse tipo de afirmação realizada por parte do próprio periódico ocorre na edição de aniversário de 1956, em que os editores se dedicam a agradecer o carinho e assiduidade de suas leitoras, assim como

enaltecem as tendências criadas pelo próprio jornal ao longo dos anos e reafirma sua intenção de preservar a família e preparar a mulher para agradar seus futuros maridos:

Por outro lado JORNAL DAS MOÇAS tem levado a todos os lares ensinamentos agradáveis e úteis formando inúmeras boas donas de casa. Quer nos figurinos, quer nos bordados, tricôs e outras idéias interessantes que fazem da mulher aquelas que os homens desejam para um lar, concorre JORNAL DAS MOÇAS para o engrandecimento da família. E uma família unida, forte e digna, forma, também, uma grande pátria, que, por seu turno, tem que ser admirada e respeitada no concerto das nações civilizadas. Êste tem sido o papel preponderante de JORNAL DAS MOÇAS no transcurso de sua existência. Esta, a nosso ver, a importância da imprensa. Esta a significação que nós achamos para o título de jornalistas. (JORNAL DAS MOÇAS, 1956, n. 2146, p. 11).

Preserva-se o discurso do periódico ter intenções para perpetuar a família e os bons costumes, criando com isso uma nação forte e bem orientada pela moralidade, avançando em questões de cunho internacional, como quando se declara a importância que se irá adquirir diante das demais nações civilizadas a partir dos modelos de mulher e família propagados pela revista.

Se estabelecia, desta forma, uma espécie de guia para as jovens leitoras em como se adequarem para a vida em sociedade, não sendo algo exclusivo do *Jornal das Moças*, mas de todas as revistas femininas do período. “Muito se publicou sobre as formas pelas quais essas revistas serviam de guias para a mulher, ensinando formas de vestir-se, comportar-se e agir em sociedade, ajudando a constituir assim a própria experiência do feminino”. (MONTEIRO, 2013, p. 338).

Ainda no que diz respeito a moralidade, o *Jornal das Moças* se estabelece dando dicas para relacionamentos e futuros pretendentes, assim como para mães educarem seus filhos de modo que se tornem bons sujeitos para a sociedade. Dessa maneira, se exercia uma tentativa de institucionalizar e normatizar hábitos na nova geração para que fossem perpetuados. Indiretamente, se pode ver nessa atitude do semanário uma representação da repetição constante do que um homem ou mulher devem ser, assim ajudando na perpetuação de estereótipos que, no caso dessa pesquisa, se estabelecem no homem másculo:

Definitivamente, se o menino se torna homem, é porque, à medida que se realiza o lento trabalho de maturação biológica, as instituições que participam de sua socialização encarregam-se de transmitir-lhe o hábito viril, isto é, o conjunto de disposições físicas e psíquicas que lhe permitirão desempenhar seu papel de homem uma vez chegada a maturidade. (BAUBÉROT, 2013, p. 191).

A indução da leitora a fazer uso das dicas para seu filho ou irmão mais novo se regulariza uma vez que, a família como fonte da educação e o primeiro espaço de convívio em grupo que a criança conhece, é a melhor maneira de preparar o indivíduo para a sociedade, assim já internalizando desde cedo uma relação entre gêneros. “[...] a família ocupa um lugar central no aprendizado das qualidades e dos papéis destinados a cada sexo. É notadamente em seu seio que a criança interioriza a repartição tradicional das tarefas entre homens e mulheres”. (BAUBÉROT, 2013, p. 191).

Retomando a questão da moralidade familiar e dos novos modos de vida, assim como a própria imprensa tendo seu papel como difusora de ideais, as revistas femininas passaram a utilizar de alguns outros meios para poder conscientizar suas leitoras, como os contos, que procuravam mostrar para as consumidoras do semanário o que era idealizado e bem visto para uma jovem fazer e o que correspondia a exemplos negativos, reforçando a categoria de gênero masculino e feminino, engessando-os ainda mais numa tentativa de combater as novas influências que os jovens recebiam de outras mídias e pelo próprio avanço da sociedade. “Uma série de discursos que delimitavam os papéis feminino e masculino renovaram-se para enfrentar as mudanças sociais causadas pela modernização”. (ZECHLINSKI, 2006, p. 27).

Esse reforço através da revista para a condição do indivíduo diante da sociedade é importante de ser analisado especialmente porque o público-alvo do periódico eram mulheres, e neste momento a educação em grande parte vinha especialmente da família e da figura materna – uma vez que a leitora do *Jornal das Moças* em grande parte provinha da classe média ou de classes mais abastadas, podendo optar por não exercer um ofício – portanto o reforço de como seu filho deveria ser para tornar-se um bom homem é pertinente para a questão da educação e sociabilização do indivíduo a longo prazo dentro da idealização masculina, já que tradicionalmente se espera da figura materna a internalização dos bons modos e educação numa criança. “[...] na burguesia e numa parte crescente das classes médias, a infância ocorre dentro de um universo doméstico cuja gestão e manutenção dizem respeito essencialmente às mulheres”. (BAUBÉROT, 2013, p. 192).

Sendo assim, a importância da família – que é um caráter presente no periódico que se coloca ao lado da preservação da família e dos bons costumes – é permanente até mesmo para a criação da criança dentro da distinção de gêneros, algo que pode ser auxiliado por uma mãe que faz uso das dicas expostas no periódico:

[...] é dentro da família, de forma ao mesmo tempo precoce e inconsciente que se operam as primeiras diferenciações e que, antes mesmo de tomar consciência de sua condição de ser sexuado, a criança começa a interiorizar as normas que se referem a seu gênero” (BAUBÉROT, 2013, p. 192).

Tais normas aparecem especialmente vinculadas aos papéis das figuras maternas e paternas, ou então de seus avós, tios ou cuidadores. A preocupação com a questão da moralidade para o *Jornal das Moças* é constante, uma vez que ao invés de afirmarem em uma nota de rodapé ou numa mera frase ao longo da revista, em certos casos havia uma pequena coluna reservada apenas para dar ênfase ao propósito da revista e sua intenção para com suas leitoras.

Diante do caso dos esposos, apareciam ocasionalmente alguns conselhos que tratavam sobre sua moralidade. A ideia do papel do homem estar ligada a preservação da moralidade é perpetuada pelo periódico, que apresenta em pequenas notas algum lembrete para a leitora que cabe ao másculo trazer o sustento para o lar e manter a família dentro dos limites da moralidade. “A glória do homem está na retidão e no bom emprego de sua vontade e a glória da inteligência é servir para fazer triunfar a moral”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1953, n. 2021, p. 23).

No entanto, às vezes os bons costumes da sociedade e a cultura brasileira que vinha se modificando no momento entravam em conflito, fazendo com que o periódico necessitasse tomar um posicionamento para um dos lados dos quais defendia, já que o *Jornal das Moças* constantemente trazia notícias sobre interesses culturais em várias áreas, como rádio, cinema, teatro, entre outros.

O destaque para uma das ocasiões em que o periódico necessitou tomar um posicionamento se dá em um pequeno artigo intitulado “A Censura”:

Pertencemos a uma revista que durante todos esses anos de sua longa existência vem mantendo uma linha de conduta que jamais se afastou dos bons princípios morais. Estamos, por isso mesmo, ao lado dos que trabalham pela moralização dos costumes mesmo que isso possa trazer prejuízos a terceiros. [...] Não defendemos, jamais, a imoralidade, mas não queremos ver, também, a música popular revestida de sete saias, numa

época em que decotes alcançam grandes 'latitudes'. (JORNAL DAS MOÇAS, 1957, n. 2197, p. 44).

Com artigos como esse, em que o periódico reforça suas intenções moralizadoras e voltada aos bons costumes, é possível notar que houve um pequeno impasse com a questão cultural, uma tentativa de contornar esta situação, mas mesmo assim acentuando mais uma vez que o *Jornal das Moças* jamais se posicionaria a favor de algo que a equipe editorial desse periódico consideraria como imoral ou que poderia ferir a sociedade do momento de alguma forma. “Jornal das Moças coloca-se explicitamente a serviço dos ‘bons costumes’ e da ‘família estável’”. (PINSKY, 2014, p. 24).

Desta maneira, o periódico é continuamente posto numa posição que mostra sua parcialidade e ligação com questões das quais a sociedade da década de 1950 começava a enfrentar, como a rebeldia da juventude – estimulada, entre outros motivos, pelo cinema norte-americano – e até mesmo questões do casamento, como forma de manter uniões entre casais estáveis, sem brigas ou arrependimentos:

Durante todo esse período, ela veicula valores conservadores, procurando – em diversas frentes e com argumentos mais ou menos variados – manter a família e as relações de gênero nos moldes tradicionais que garantem a ordem estabelecida. (PINSKY, 2014, p. 35).

Notavelmente, um dos grandes ícones da década de 1950 – e do século XX – Elvis Presley, recebeu duras críticas da revista em 1957, por causa de seu gênero musical e sua influência na juventude, fazendo com que a matéria dedicada a ele mostrasse esperanças de que o movimento do *Rock n’ Roll* acabasse se dissipando com o tempo, criticando abertamente os pais que permitiam o contato de seus filhos com esse estilo de música – assim como a própria figura de Elvis – por não verem nada de errado, alegando uma fraqueza da parte dos pais e da própria sociedade que está falhando em seu caráter moralizador:

[...] os responsáveis sóbrios que nada viram de mau nos ‘cem por cento’ esqueceram-se que eles seriam os culpados, um dia, da falta de decôro de seus queridinhos [...]. Os papais não têm forças para evitar que seus filhos iniciem a vida com o nome nos jornais e os chefes não conseguem fazer com que filmes comuns possam ser vistos em ambiente normal. [...] O que há é isso: FRAQUEZA. [...] Encham a cidade de Rock, mesmo nos clubes, e em pouco tempo a coisa passa e volta à normalidade. Depois... os *papais* queensem nos filhos que estão dando ao mundo de amanhã. (JORNAL DAS MOÇAS, 1957, n. 2172, p. 5).

Com a culpa indo diretamente para os pais, o periódico coloca-se numa postura contra o novo movimento musical e contra as famílias permissivas demais a seu ver, alegando que podem se arrepender por estarem agindo dessa maneira e que enfrentariam as consequências por tal posicionamento. Tal matéria, publicada no período de exibição de *Love Me Tender*, repudia o primeiro filme de Elvis, e aparentemente torce para que seja algo passageiro. No entanto, em 1958, o cantor e ator retorna para as páginas do jornal em uma nota de rodapé, no que pode ser considerada uma mudança no pensamento do corpo editorial, ao notar o sucesso do artista estrangeiro e o novo estilo de vida que os jovens estavam começando a adotar:

Muito se falou a respeito de Elvis Presley. Falou-se mal do rapaz só porque êle divulgava um novo gênero de música e porque se mexia um pouco mais que o comum, quando entoava as suas canções e os seus 'rocks'. Mas o rapaz até que é uma boa pessoa e um artista razoável no gênero. (JORNAL DAS MOÇAS, 1958, n. 2245, p. 3).

Não é possível afirmar se quem escreveu ambos os artigos era o mesmo funcionário do periódico, no entanto, a postura da revista sendo mudada diante de um artista que causou tanta agitação como Elvis Presley é algo que não pode ser deixado de lado.

A influência estrangeira também é vista constantemente no semanário ilustrado, mas nem sempre com bons olhos. Alguns costumes vindos dos Estados Unidos acabavam recebendo alguma anotação ou nota de rodapé sobre ser diferente no Brasil, não aconselhando as leitoras a seguirem seus costumes demasiadamente liberais. "Jornal das Moças publica bastante material copiado de revistas norte-americanas. [...] A revista, porém, mantém uma atitude ambígua diante de costumes e novidades estrangeiros". (PISNKY, 2014, p. 26).

Nesta influência, o que se vê diante dos anúncios publicitários são atrizes e atores famosos ou personalidades da mídia, tanto nacional quanto internacional, sendo os rostos que estampam as propagandas e acabam induzindo as pessoas a adquirirem tais produtos. Isso ocorre especialmente como uma forma de fazer o consumidor em potencial ver o anúncio e desejar ser como aquela pessoa em questão, em especial no caso de jovens em formação:

[...] os profissionais do marketing e da publicidade recorrem frequentemente aos atores ou aos campeões esportivos para estabelecer um vínculo simbólico entre o imaginário viril que lhes é associado e as marcas ou os

produtos que eles estão responsáveis por promover. De forma mais geral, o 'marketing para jovens' mobiliza de bom grado os estereótipos da virilidade a fim de captar a necessidade de identificação dos adolescentes e de tocar o alvo de consumidores que eles representam. (BAUBÉROT, 2013, p. 218).

O *Jornal das Moças* faz uso dessa estratégia quando utiliza personalidades da mídia da época, acabando por reforçar e influenciar comportamentos que já estão num estágio de naturalização no adolescente, mais uma vez idealizando o indivíduo de acordo com o que é desejado.

Algo comum é a falta de autoria em alguns artigos, colunas, espaços para conselho, e outras seções da revista. Por conta do corpo editorial da revista ser composto apenas por homens – ao menos nos cargos de alto escalão – não é possível determinar o gênero da pessoa que escrevia alguns destes conselhos, uma vez que homens também trabalhavam na revista. “Merece destaque no *Jornal das Moças*, [...], que a indicação de autoria nem sempre era divulgada. De modo geral, as colunas fixas e os editoriais eram assinados”. (SANTOS, 2011, p. 30).

Essa ausência e dificuldade para identificar o gênero dos autores não nominados, e até mesmo dos que deveriam atuar por pseudônimos, é analisada em outras pesquisas sobre o conteúdo do periódico. “Também não há divergências entre os textos redigidos por mãos masculinas ou femininas”. (PINSKY, 2014, p. 28).

Além dessas características, o periódico também aceitava colaboração externa para as autorias de determinadas sessões, como as charges, o que dificulta ainda mais a possibilidade de saber quem era que escrevia cada artigo ou coluna presente no periódico, uma vez que a publicação era feita em sigilo através de pseudônimos. “Os leitores que desejarem enviar colaborações deverão remetê-las sob assinatura, embora desejando que sejam publicadas com pseudônimos. As ‘piadas’ ilustradas deverão ser desenhadas a tinta nankin”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1959, n. 2296, p. 11).

Desta forma, não é possível afirmar com certeza qual a porcentagem de participação feminina dentro da revista, assim como não é possível comparar com a participação masculina, chegando apenas em níveis de suposições. Além disso, também não é possível limitar uma faixa etária ou racial, mas é possível presumir que a grande maioria, senão todos, seriam brancos e de classe média ou média-alta, visto que era o público-alvo da revista.

Uma das poucas exceções de autoria recorrente era a coluna “*Carnet das Jovens*” redigida originalmente por Dorothy Dix – uma jornalista estadunidense – sendo que recebia a tradução pelos funcionários do *Jornal das Moças*. Essa coluna tinha o intuito de responder perguntas enviadas para a colunista que aconselhava as leitoras a como agir diante de determinada situação. Ironicamente, apesar da circulação ao longo da coluna no *Jornal das Moças* ocorrer ao longo da década de 1950, Dorothy faleceu em 1951. Ou seja, utilizavam conselhos dados pela jornalista na década anterior, pressupondo-se que sejam em especial tiragens após o final da guerra.

Na coluna “*Carnet das Jovens*”, haviam alguns conselhos relevantes para o momento no qual a sociedade vivia, em especial para questões do universo masculino. Existia a preocupação da ausência do homem no lar, assim como a falta de relação do pai com seus filhos por conta do tempo de trabalho. No entanto, tais características eram sempre reforçadas pela colunista como algo necessário para a garantia do bem-estar da família, e não como uma falta de sentimento afetivo paterno por seus filhos ou esposa:

Ela deve pensar que quanto mais assíduo seja seu espôso a seu trabalho, maior bem estar terão ela e seus filhos. Deve ela pensar também que seu marido tem suficiente capacidade para saber quando pode ou não ficar em casa, pois os pais têm também amor a seus filhos, sentindo prazer em estar com eles. [...] direi que as espôsas que fazem estas queixas, seguramente nunca fazem objeção quando o marido lhes traz um bom cheque, para que elas possam gastar a vontade. (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, n. 1816, p. 57).

Dessa forma, a culpa de toda a situação recai sobre a figura feminina. Indiretamente é reduzida a imagem do marido como provedor do lar que se esforça para garantir uma vida digna à sua família, e que sua parceira não deveria reclamar por ele ser ocupado, já que quando ele lhe oferece algum dinheiro ela aceita de bom-grado. Assim sendo, ambos sofrem de um estereótipo ligado a características da feminilidade e masculinidade.

O homem tem a necessidade de prover a sua família uma boa qualidade de vida e, caso esteja ocupado demais para dar atenção à eles, a ausência se torna algo justificável uma vez que ele está cumprindo com seu dever de pai e esposo e exercendo a influência direta em seus filhos de como um indivíduo másculo deve ser: trabalhador e esforçado, sem a necessidade de externalizar seus sentimentos

afetivos por sua família o tempo inteiro, já que assegurando seu bem-estar já está indiretamente mostrando que ama sua família.

A ausência de culpa masculina é algo recorrente no periódico. Comumente a ideia da persona feminina ser responsável por algum erro é colocada nas páginas do jornal. Um dos grandes motivos é a questão sentimental, que como dito anteriormente, a carga de sentimentos masculinos normalmente é pouco mostrada, pois não é uma qualidade máscula. Entre os vários sentimentos, se vê o ciúme – uma característica tida pelo periódico como majoritariamente feminina – que ganha um teste para que a leitora, e neste caso também o leitor, veja se pode sofrer de características ciumentas e eventualmente arruinar seu relacionamento afetivo:

Por mais circunspecta que seja a conduta do suspeitado, a mulher ciumenta sempre o julgará culpado de crime de lesão amor. Nada há no mundo que destrua tão completamente a felicidade de um lar como o ciúme, e entre todos os defeitos de caráter esse é o que mais devem evitar muito especialmente os futuros esposos e esposas. Verifique por este teste abaixo, se você é culpada das traições do seu amado e se você sofre de um 'ciúme crônico'. (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, n. 1818, p. 14).

No caso analisado, o periódico se posiciona culpabilizando a pessoa ciumenta, em especial a mulher, pela traição de seu marido. Notadamente porque apenas em um momento a linguagem utilizada pelo jornal se referencia à pessoa ciumenta como uma figura masculina. A palavra “culpada” só aparece determinando uma figura feminina, e quem exerce a traição é o “amado”, que claramente se referencia à uma figura masculina.

O ciúme reaparece em outra coluna anos depois, responsabilizando novamente a mulher pela infelicidade conjugal e recriminando qualquer consternação por parte da figura feminina, alegando que isso jamais fará o marido infiel desiludir-se do novo romance, servindo apenas para entretenimento da vizinhança:

A discreção da esposa, no caso do marido 'estar iludido com algo fora de casa', fará com que ele observe o papel ridículo que está representando e com que retorne à vida normal. Em tais casos, as recriminações, as lágrimas e os espetáculos 'para divertir os vizinhos' apenas conseguem abalar a harmonia do lar. (JORNAL DAS MOÇAS, 1957, n. 2191, p. 81).

Sendo assim, a ausência de culpa do homem é recorrente, e a traição é quase vista como um instinto natural do homem, que se vê sufocado numa relação repleta de ciúmes e possessividade, não tendo culpa por recorrer a seus instintos

másculos e extravasar através de um caso extraconjugal. A mulher, por sua vez, carrega a culpa de ter forçado seu marido que, em teoria, se encaixa no estereótipo de uma figura máscula idealizada, a cometer tal ato, por ser ciumenta.

Além disso, o adultério realizado pelo lado feminino da relação é condenável pelos valores morais da época, que recaíam com intensidade maior diante da mulher adúltera. “O adultério feminino era uma violação dos valores atribuídos ao corpo feminino, gerador da prole, isto é, meio de continuidade da família”. (ZECHLINSKI, 2006, p. 91).

Havia, portanto, uma objetificação do corpo feminino e idealização de sua pureza, afinal ainda era a época em que a mulher deveria manter-se virgem até o casamento – outro valor que apesar de ter perdido forças nas últimas décadas ainda é um tema de discussão – portanto seu corpo devia ser de apenas um homem. Enquanto isso, o lado masculino pouco se vê sobre sua pureza sexual diante do matrimônio ou quanto sua própria virgindade, não sendo um tema de tanta discussão já que a iniciação sexual do homem ainda na juventude era algo socialmente aceito, e até mesmo esperado, para que o jovem pudesse provar diante de todos que era um “homem de verdade”.

Ainda em uma das edições da coluna, Dorothy critica abertamente o papel da esposa que não arruma a casa do jeito que o marido deseja, ou não está com o jantar pronto quando ele chega do trabalho. Ela também critica a mulher que reclama de seu cônjuge passar horas jogando em um café, já que se ele faz isso é porque ela não está fazendo o suficiente em alguma área respectiva aos cuidados do lar. Esse é o motivo de crítica na edição que intitulada “Esposas Preguiçosas”:

Sei de muitas mulheres que se queixam assim: – ‘Meu marido sai tôdas as noites com os amigos ao café. Joga. E às vezes chega à casa com odor a bebidas’. De quem é a culpa? – Perguntaria a muitas dessas senhoras. – A culpa é sua, minhas senhoras. A pouca atenção que as senhoras prestam a seus esposos os afastam do lar. Com razão saem a rua à procura do que não encontram em casa. A boa dona de casa, jovem ou idosa, recém-casada ou com vinte anos de matrimônio, deve procurar atender às necessidades de seu lar, ao gosto de seu esposo, para que não tenha êste pretexto de passar no café ou frente a uma mesa de jogo [...]. (JORNAL DAS MOÇAS, 1953, n. 1969, p. 15).

Novamente, a ideia da culpa feminina diante dos atos que o homem realiza é presente. O homem é colocado em uma posição em que por ser o provedor da família e aquele que cuida e os sustenta, tem por direito ter uma casa limpa e ordenada, assim como uma esposa prestativa a seu lado. Se o marido decide jogar

com os amigos, algum motivo existe por trás desta decisão, e provavelmente está ligado a alguma atitude da esposa. Essa edição, em específico, da coluna redigida por Dorothy Dix é republicada mais tarde, na edição 1990 de 1953.

Um dos destaques das edições do “*Carnet das Jovens*” está presente em um artigo que um homem pede conselhos para Dorothy Dix, alegando que em breve irá se tornar pai e quer saber como educar corretamente o filho. Neste aspecto, os conselhos da colunista são bem amplos, senão genéricos, não havendo nenhum tipo de conselho específico para o futuro pai quanto ao que fazer. No entanto, a colunista foca diretamente em como ele deve se portar diante de sua descendência:

Cada filho representa um problema diferente e isolado, de acôrdo com o caráter familiar, com o ambiente e com os meios de vida dos pais. Sem embargo, há um denominador comum, a tarefa requer a cooperação de pai e mãe. [...] Mas, antes de tudo, uma boa parte da harmonia conjugal deve ser proporcionada pelos próprios esposos. É preciso evitar as discussões, o disse me disse, e proceder sempre com tolerância para os pequenos defeitos ou caprichos dos demais, pois cada um de nós é passível de errar. (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, n. 1836, p. 44).

Neste caso, o que se sobressai nos apontamentos de Dorothy é a harmonia que o casal precisa possuir para que o lar permaneça em paz sem interferir na criação do filho. Dessa maneira, se reafirma a ideia de família perfeita do momento em seu núcleo tradicional através da necessidade de manter as aparências e acatar com coisas que poderiam ser consideradas como negativas para o bem da prole. Além disto, a ideia do másculo evitar discussões, ser mais tolerante e permissivo com os erros é algo que entra em conflito diretamente com a questão do masculino, que, como já analisado, é tradicionalmente visto como agressivo.

Tendo notado a comparação dos filhos seguirem os exemplos paternos, e por isso eles devem policiar-se em suas atitudes para que não sejam repetidas pela sua descendência, outra publicação diz respeito ao modo de comportamento que o pai deve ter para que a criação de seu filho não possua pontos negativos e ele não tenha os mesmos defeitos de seu progenitor. Esta é a temática da coluna “*Os filhos são uma simples cópia de seus pais*”:

Um pai, por exemplo, diz a seu filho que não deve beber álcool, que é um vício terrível e que lhe faz mal, e, todavia, desde que essa criança nasceu tem visto seu pai chegar muitas vezes em casa completamente embriagado. Como quer que seu filho, mais tarde, rechace êste vício? [...] As censuras nada adiantam, os exemplos valem mais que todas as prédicas, por mais bem faladas que sejam. (JORNAL DAS MOÇAS, 1951, n. 1876, p. 54).

Estabelecendo que o homem precisa portar-se de uma maneira adequada diante de seus filhos, não somente o jornal alertava aos maridos como também exibia para suas esposas se elas haviam escolhido, por acaso, o homem errado para casar-se, caso ele não cumprisse com essas propostas e sequer se importasse com as ideias expostas para a educação da criança em formação.

No que diz respeito a um marido perfeito, o periódico preocupou-se em exemplificar como conseguir um, colocando em consideração questões que são vistas comumente em suas edições ao longo dos anos:

Portanto, hoje, como em todos os tempos, nossa regra primordial consiste em nos dedicarmos ao bem-estar da família, enquanto nossos maridos se empenham em mantê-la. O 'marido perfeito' está ao nosso alcance, se cuidarmos de seu bom-humor e não considerarmos nunca como obrigação – ou uma coisa natural – sua eventual colaboração nos trabalhos domésticos. O trabalho caseiro é nosso; o marido tem o seu... (JORNAL DAS MOÇAS, 1959, n. 2285, p. 26).

Sendo assim, não há claramente uma definição do que seria considerado como um marido perfeito para o periódico, apenas que a mulher tem chances de conquistar algo similar a ele se tratar bem o seu próprio esposo e manter a casa organizada e todos os membros da família bem atendidos, cumprindo com sua obrigação como mulher. Além disso, ela não pode desejar, ou obrigar, que seu cônjuge realize atividades domésticas senão por espontânea vontade em colaborar, já que esses trabalhos não fazem parte dos afazeres do homem. Portanto, o marido perfeito, indiretamente, é o homem trabalhador e honesto que mantém o bem-estar da família através do trabalho e sua fidelidade à esposa, que por sua vez para conseguir isso precisa adequar-se à rotina familiar e deixar seu companheiro feliz e bem atendido.

Analisando os argumentos das publicações sobre os pais terem influência na criação dos filhos no que diz respeito a sua personalidade e características que eles podem adquirir ao longo de sua formação, assim como a ideia de um casamento bem sucedido estar relacionado ao comprometimento e respeito mútuo, a ideia de manter-se como um sujeito idealizado é perpetuada e reforçada em ambas as partes. “O êxito do matrimônio consiste em algo mais importante que em encontrar uma boa pessoa, consiste em ser boa pessoa”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1953, n. 2027, p. 36).

A importância da mulher para acalentar o ego masculino não é despercebida. A função feminina neste sentido, em ajudar seu esposo a sentir-se importante e não

cruzar o caminho dele a ponto de não possuir as chances de sair bem-sucedida em alguma área da qual ele atua é uma das ideias do artigo “*A Felicidade se Edifica a Cada Dia*”. “Deixem-no crer sempre que vocês têm necessidade d’ele e isto aumentará sua confiança em si mesmo. Não lhes faça concorrência no seu próprio terreno”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, n. 1826, p. 9).

Da mesma maneira que o homem tem instituído dentro de si a necessidade de ser forte e assegurar a qualidade de vida familiar sem fraquejar, a mulher é levada a cumprir com esse mesmo papel fazendo com que seu esposo esteja sempre se sentindo útil e superior a ela em determinadas constituições. A fragilidade do homem másculo que necessita ser acalentado em tudo o que faz para se sentir reconhecido, assim como a garantia de estar no seu lugar de superioridade ao qual ele acredita que é certo. é reforçado no periódico estudado justamente por esse instruir jovens a cumprirem com o papel de uma donzela em perigo e constante necessidade de ajuda de um homem forte e capacitado.

Essa necessidade de uma mulher que esteja “abaixo” do seu nível intelectual é algo que tem repetição nas páginas da revista. Em uma das colunas, o exemplo com o protagonista sendo o homem também é exibida, reforçando a ideia de que para ele se sentir devidamente no posto de homem másculo, ele necessita exercer seu cargo como marido numa escala hierárquica, ainda que apenas intelectualmente. “Os homens têm uma tendência natural de casar-se com mulheres menos inteligentes que êles, o que constitui uma maneira inconsciente de proteger a vaidade masculina”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, n. 1840, p. 26).

A falta de confiança em si próprio instituída na personalidade de um homem másculo que se sente fragilizado a partir do momento em que acredita que não possui utilidade dentro de seu lar é um dos temas de Dorothy Dix. quando ela aborda esse mesmo assunto em uma coluna denominada como “Esposos Indiferentes”:

Uma das principais queixas delas [esposas], quando se reúnem com um grupo de amigas, é a de se haver casado com um homem que não as ajuda em absoluto, tal como haviam sonhado. A explicação é muito simples: quando se casaram, o esposo, certamente, sonhou ser o dono de sua casa e que as idéias que êle tivesse seriam bem acolhidas por sua companheira. [...] Ambos devem ter a idéia de que, desde o momento em que unem seus destinos, tudo o que façam há de ser em comum, devendo consultar-se um ao outro sobre os problemas da família e da casa. (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, n. 1827, p. 7).

A percepção de um homem fragilizado a partir do momento que perde o controle da situação é revisitada. Além disto, mais uma vez a culpa recai sobre a figura feminina que não pensou em pedir ajuda a seu marido, que necessita sentir-se útil a todo momento e mais capacitado que ela. Assim que ela age por si só e toma decisões sem precisar da ajuda de seu companheiro, o homem másculo sente-se fragilizado por causa da sua esposa que não recorre a ele para fazê-lo cumprir seu papel como chefe da casa. A culpa feminina e a fragilidade masculina são pautas mais uma vez.

Tal fragilidade do másculo aparece indiretamente em alguns momentos nas edições da década de 1950. Obviamente não se coloca com essas palavras, mas especialmente no artigo "*Para agradar aos homens*", a revista preocupou-se em esclarecer para as namoradas, noivas e esposas como deixar seu companheiro feliz com simples frases que servem para massagear o ego do homem com nove sugestões denominadas como "frases que eles adoram", auxiliando a figura feminina no tratamento com seu parceiro:

1. Oh! Já são dez horas? Como o tempo passa rápido em sua companhia!
2. De olhos fechados, eu reconheço você pelo aperto de mão; é tão firme!
3. Já lhe disseram que você parece com Jean Gabin? Evidentemente êle é muito elegante!
4. Sem dúvida, você guia o carro muito depressa; mas, com você, é impossível a gente ter medo. Seus gestos são tão certos!
5. O que mais adoro em você é que você não se preocupa com ninguém! Tem a sua própria personalidade diferente...
6. Minhas amigas têm inveja de mim por sua causa.
7. Como você tem a barba dura! (Não sabemos por que, mas os homens adoram ouvir isso).
8. Estou muito lisonjeada de você se preocupar comigo. Você tem tanto sucesso com as mulheres.
9. Pela sua maneira de dançar, a gente adivinha que você é um músico. (JORNAL DAS MOÇAS, 1951, n. 1885, p. 22).

Apenas com essas frases já se notam a clara fragilidade do másculo e seus estereótipos ao longo de cada uma das sugestões para agradar o homem. Na primeira frase, se enaltece o valor da companhia do homem. Já na segunda, sua força física pelo tato. Na terceira, a comparação com um ator famoso da época que era visto como elegante enaltecendo a elegância masculina, e não a beleza de décadas anteriores. Diante da quarta frase, a necessidade de aventura e sua percepção superior a movimentos impedindo que corram riscos. A quinta e sexta frase podem ser analisadas juntas, já que ambas falam da originalidade e unicidade do homem com o qual a mulher escolheu para envolver-se. Com o argumento de sua barba na sétima frase, a rigidez e rusticidade do corpo másculo é enaltecida. A característica do homem galanteador que possui inúmeros interesses, mas optou

por escolher a determinada “sortuda” aparece na oitava frase, enquanto na última ocorre o enaltecimento dos talentos do homem que além de tudo é um bom dançarino e provavelmente músico.

Nesse mesmo artigo também se abordam frases que os homens supostamente odeiam, colocando ainda mais em evidência a fragilidade do ego masculino, já que elas se passam em contextos como a altura do homem, a negligência dos cuidados com a própria higiene, o desleixo na ortografia, entre outros exemplos. Assim, em um único artigo, o *Jornal das Moças* trouxe um bom apanhado da classificação social do gênero masculino e seu medo de ser ridicularizado, necessidade de enaltecimento e de se sentir único, assim como a importância de sua força e precisão em determinados momentos.

O estereótipo do másculo é colocado em páginas do jornal de modo recorrente, em especial no quesito da beleza e do que se define por um homem, de fato, masculinizado. Esse é o tema do artigo *Hollywood diz adeus aos rapazes bonitos*, abordando o novo ideal da beleza proposto pela indústria cinematográfica:

Conferindo a lista de 1950 dos atores mais em evidência, você verifica que não há um tipo de ‘rapaz bonito’ entre os mesmos. A presente produção de galãs em evidência aparentemente substituiu o tipo bonito pelo tipo másculo. E pensa você que a audiência feminina está se queixando desta mudança? Absolutamente, não. Elas adoram o tipo atual de galã. [...] Para maiores provas de que a era dos rapazes bonitos terminou, reparem nas novas atrações de bilheteria do presente, com ‘astros’ como David Brian, Marlon Brando, Macdonald Carey e Edmund O’Brien... Sim, é bem explícito que as fábricas de Hollywood não estão mais à procura de Rudolphs Valentinos ou John Gilberts. (JORNAL DAS MOÇAS, 1951, n. 1864, p. 46-47).

Somente nesse artigo é possível analisar algumas questões fundamentais da definição de másculo. Primeiramente, sua aparência não ser ligada à beleza. A beleza do que realmente se diz respeito ao belo e delicado, passa a ser definido como um aspecto de classificação do feminino. A rusticidade e os traços duros, exibindo a força física e a seriedade do homem, passam a serem tratadas como dois dos traços ideais de um verdadeiro galã masculinizado. Descarta-se definitivamente o ideal do homem comparado aos galãs do cinema mudo, da aproximação do feminino e do andrógono.

Uma rara exceção para os novos galãs que apareciam ocorre em 1957, quando o periódico decide dedicar uma página para mencionar Clark Gable, mantendo-o como o modelo idealizado de virilidade. “[Clark Gable] é, ainda, um dos

mais completos artistas da tela, um tipo viril, que em todos os seus papéis desempenha o tipo do homem verdadeiramente homem, agradando, por isso, a tôdas as gerações". (JORNAL DAS MOÇAS, 1957, n. 2215, p. 2).

Para reforçar a ideia de que tipo de homem é o correto, tendo em vista a masculinidade, o *Jornal das Moças* também recorria a traços que em alguns atores poderiam ser considerados como indesejáveis, muitas vezes os associando ao feminino para enaltecer qualidades masculinas de determinado artista que fosse o assunto do momento:

Acontece que para não perder o hábito, também os homens passam pelos seus períodos de transformação. E então vemos os rapazes que dançam como mulher, os bonitões com penachos no antigo estilo 'pega-rapaz' do penteado feminino, ou os meninões de camisa vermelha com laço na cintura e até cria várias classes sociais como a dos jovens da 'juventude transviada'. Com George Nader não há nada disso. Ele é um tipão de homem como devem ser os homens, não obstante o seu grande topete. (JORNAL DAS MOÇAS, 1958, n. 2229, p. 2).

Não menos importante, o destaque vem para a nacionalidade desses galãs que aparecem ao longo das edições analisadas. A preocupação do *Jornal das Moças* em exibir o novo tipo de homem ideal pelas telas do cinema, a partir da indústria cinematográfica estadunidense. A influência estrangeira, mais uma vez, aparece presente nas páginas da revista e no dia a dia da família brasileira da década de 1950. Essa presença da indústria hollywoodiana aparece novamente nesse mesmo ano num artigo denominado "Os 'astros' dão conselhos aos noivos" (JORNAL DAS MOÇAS, 1951, n. 1867, p. 4-5), em que diversas estrelas da época, entre elas Bing Crosby, William Holden, Bob Hope e Alan Ladd aconselham os noivos como tratarem suas futuras esposas e futuramente seus filhos, aconselhando-os como manterem sua família dentro de um futuro idealizado e o mais próximo possível da suposta perfeição.

#### **4.1.1 Discreto e elegante: os anúncios voltados ao público masculino**

Retomando a questão dos anúncios, é observado que em poucos destes não se utiliza algum tipo de imagem, seja do produto em si, alguém o utilizando ou apenas uma garota propaganda, normalmente sendo personalidades da mídia como artistas do rádio ou cinema. Os poucos anúncios que não recorrem à algum tipo de ilustração para a venda de seus produtos normalmente aparecem em poucas

edições, ocupando espaços em notas de rodapé ou entre colunas e ilustrações mais chamativas.

Enquanto isso, os anúncios que possuem ilustrações são mais chamativos e em alguns casos ocupam até mesmo uma página inteira, como é o caso dos produtos da linha de perfumaria Coty, que aparecem em quase todas as edições da revista ao longo da década, logo em seguida à capa.

Assim, as ilustrações e anúncios que usam deste meio para poderem se destacar entre os outros reforçam o que Featherstone (1995, p. 100) alega quando explica que na sociedade de consumo as imagens ganham um papel novo e central, auxiliando na questão cultural e dando a ela uma importância sem precedentes. A cultura pelas imagens pode ser vista até mesmo por conta dos anunciantes utilizarem personalidades da mídia para ilustrarem suas campanhas, relacionando uma coisa à outra de modo inusitado até então.

O importante para essa estratégia de marketing é que no caso de produtos masculinos os argumentos utilizados, assim como palavras, eram diferentes dos de produtos femininos. Eles tentavam convencer o homem – ou a mulher que lia a revista e comprava alguma coisa para o marido ou filho – que deveria comprar o determinado produto para garantir que permaneceria com um porte elegante ao utilizá-lo. “Discrição e elegância para os homens. [...] Enquanto as mulheres deveriam investir na beleza, os homens precisavam ‘somente’ mostrarem-se elegantes”. (OLIVEIRA, 2006, p. 2).

Dessa forma, era exercida também uma relação de gênero direta no que dizia respeito aos anúncios, já que as mulheres deveriam comprar os produtos para ficarem mais belas para os maridos e adequarem-se à sociedade enquanto o homem recebia a argumentação geralmente única da elegância. Não para agradar alguém ou para fazer a esposa feliz, já que em teoria neste período, o homem como figura central se estabelecia como superior ao resto dos membros do núcleo familiar.

Tal relação é reforçada nos produtos, especialmente porque alguns desses, voltados para a higiene pessoal, poderiam ser vistos com certa antipatia pelo público masculino porque pareciam muito mais um embelezador do que algo com utilidade prática para satisfazer as necessidades da higiene do homem:

Os homens foram incorporando, um pouco mais devagar, alguns desses hábitos: por exemplo, o de lavar os cabelos com shampoo, o de usar desodorantes específicos, os mais ricos chegaram até ao perfume moderno,

disfarçado, de início, sob a designação de loção, até ao creme de beleza. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 569).

A preocupação com os cabelos é um dos poucos exemplos que existem de anúncios voltados ao público masculino na década de 1950 presentes no *Jornal das Moças*. Um anúncio que diz respeito aos cuidados que se deve ter com os fios intitulado “E os Homens!?” trata especificamente das precauções tomadas por eles para evitar a queda de cabelos:

As atenções para com os cabelos não dependem do sexo. O homem também deve cuidar de sua cabeleira. Se a êle fôsse negado êsse direito, então porque tão grande é o mêdo de uma possível queda dos cabelos? De uma calvície precoce. [...] O uso das brilhantinas deve ser controlado; Todo o excesso de gordura é prejudicial. [...] O homem deve saber cuidar da saúde de sua cabeleira. (JORNAL DAS MOÇAS, 1958, n. 2255, p. 5).

A sutileza no que diz respeito a vaidade tratada nesse anúncio é notável, porque não se fala de embelezamento, mas de manter a aparência bem cuidada dos fios e assim manter o visual que já se está habituado. Cuidar dos cabelos não é uma questão de alcançar o belo, mas de atenção com o próprio corpo. Se o anúncio fosse voltado ao feminino, provavelmente a questão da saúde tão enfatizada não seria utilizada. Para o masculino, no entanto, era necessário fugir da questão da beleza para conseguir articular suas palavras e adentrar a cabeça do cliente em potencial. A preocupação com o uso de brilhantinas também é algo específico da época, já que era o momento em que este produto estava em alta e sendo utilizado por homens de diversas idades devido a influência dos mais variados artistas.

A década de 1950 também representava o início do que se refere a um cuidado com o corpo no sentido de produtos voltados para a indústria masculina de modo direto, algo que era predominantemente direcionado para o público feminino em décadas anteriores. Talvez, justamente por estarem no início das divulgações voltadas para este segmento a argumentação utilizada em seus anúncios fosse tão simples, mas levando em consideração o contexto histórico e a fragilidade masculina permanente para elogios e cuidados com o corpo, é provável que a escolha de palavras com intuito de chamar atenção do homem para adquirir determinados produtos seja proposital para não ferir o ego do consumidor.

Justamente por esse motivo que as palavras e o foco dos produtos parecem sempre terem como tema a elegância e a força masculina, para enaltecer as qualidades tradicionais do homem másculo:

Enquanto as mulheres recebiam ofertas de produtos para se tornarem femininamente belas e ainda mais delicadas, os homens eram alvo de anúncios que vendiam produtos para estes ressaltarem as qualidades masculinas da elegância e da força de seus corpos. (OLIVEIRA, 2006, p. 3).

Portanto, o estereótipo do que se define como um homem “de verdade” é reforçado até mesmo nos anúncios, para que a masculinidade não seja comprometida ao utilizar algum produto voltado ao cuidado do corpo.

Esse estado de um estereótipo permanente vinculado à imagem do homem é presente inclusive entre os artistas. O ego masculino facilmente ferido no que diz respeito aos cuidados do corpo e a beleza estética é um assunto recorrente quando atores entrevistados falam sobre suas habilidades artísticas. “Um bom ator não precisa de ‘make-up’ – diz Charles Laughton”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, n. 1803, p. 5).

A qualidade de um bom ator não precisar de maquiagem pode ser representada de duas maneiras, seja pela ausência da necessidade de uma maquiagem dramática para conseguir expressar algum tipo de emoção tanto quanto a questão de um homem que exercia o ofício da atuação não precisar de maquiagem para não perder sua masculinidade.

Além disso, os anúncios passavam a ser destinados para a população numa eterna criação de necessidades de consumo que precisavam ser atendidas, para garantir que o leitor sempre tivesse o que existisse de mais moderno no mundo tecnológico e envolto no período em que o progresso alavancava, em teoria, no Brasil. A economia, portanto, era estimulada com o auxílio da publicidade:

Se o mercado educa para a busca calculada do interesse próprio, convertendo o homem em escravo do dinheiro, a publicidade educa para um apetite inesgotável por bens e satisfação pessoal *imediate*, tornando as massas em servas dos objetos, máquinas de consumo. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 641).

Dessa forma, o que acaba ocorrendo é o estabelecimento de uma massa que existe apenas para fazer com que a economia triunfe e o dinheiro circule, adequando-se ao modelo capitalista do período. O periódico estimula esse tipo de discurso e comportamento em suas páginas, repletas de anúncios dos mais variados tipos de produtos e bens de consumo que passam a ser vistos como uma necessidade do público leitor da revista, sendo que até então sequer sabia que desejava ter determinado produto.

Esse acontecimento lida diretamente com a ideia de uma coação na liberdade do indivíduo que o consumir, como se portar e qualquer outra característica relacionada à liberdade individual. O período da década de 1950 é um dos mais férteis para a manipulação da sociedade, que iludida por um ideal de progresso e modernidade começa a abrir mão de sua própria liberdade em prol de uma suposta adequação com a sociedade de consumo cada vez mais predatória:

Alguns valores substantivos, o do trabalho como fim em si mesmo, ou o da necessidade dos cuidados de si, ainda encontram amparo na industrialização acelerada, na mobilidade ascendente e até na modernização dos padrões de consumo. No entanto, outros valores modernos secularizados, como o da autonomia do indivíduo, o dos direitos do cidadão, o do desenvolvimento espiritual e do acesso ao mundo da cultura, não encontram pontos de apoio para se desenvolver. Ao contrário, colidem com os valores utilitários difundidos pelos meios de comunicação de massa. (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 643).

Assim sendo, o espaço para a individualidade vai se perdendo ao longo da década, em busca de uma homogeneização do mercado consumidor, mesmo que na verdade nem todos os consumidores em potencial tenham a mesma condição de renda. Estabelecendo um paralelo destes argumentos com os já utilizados no capítulo anterior, nota-se que os meios de comunicação, junto da sociedade, são um dos principais modos de manipulação em massa através do estabelecimento e perpetuação de um modo de vida idealizado.

Em algumas notas de rodapé pela revista, se nota o estereótipo do homem como a figura intelectual do lar, enquanto a mulher está encarregada de coisas do cotidiano e “futilidades”. A ausência da importância da moda junto ao cuidado de si próprio na masculinidade – uma vez que estas características estão ligadas, em teoria, ao mundo feminino – é reforçada pelo periódico em alguns momentos. O homem que se importa com a moda possui, supostamente, menor intelectualidade que o outro. “Os homens que se importam muito com o último figurino da moda masculina não fazem, em geral, muito boa figurinha no mundo intelectual”. (JORNAL DAS MOÇAS, 1950, n. 1823, p. 32).

Portanto, a ideia de que um homem que é intelectual não se importa tanto com a moda é a referência da masculinidade como algo não ligado à moda e suas “futilidades”. O homem másculo não se importa tanto com a moda, e o que se importa é malvisto por não se encaixar no padrão de um homem másculo e intelectual, pois perde tempo – na visão da masculinidade – com questões pouco

importantes e ligadas à feminilidade. Indiretamente, se vê mais uma vez a fragilidade da masculinidade e o medo da aproximação de questões femininas.

A masculinidade, pode se definir nesse contexto como a permanência de um modo de ser e agir veiculado pela sociedade e pelo setor de comunicação como o ideal que procura homogeneizar uma classe – ou no caso específico, o homem – em torno deste padrão.

Fazendo uma analogia com a citação acima e com o contexto da masculinidade do período, pode-se dizer que o homem que se enquadrava nos padrões da época pode ser relacionado com o cidadão que possui condições de arcar com os custos dos produtos inovadores e tecnológicos que se tornaram uma nova necessidade, enquanto o homem que desviava em alguma característica da masculinidade imposta estaria igualado ao cidadão que procura comprar os produtos mesmo que não possa arcar com o custo financeiro, resultando em uma dívida. A relação entre o estabelecido e o que habita o cenário periférico do contexto fica ainda mais clara após essa análise.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração todos os apontamentos realizados ao longo da pesquisa, é necessário colocar em pauta algumas questões. Primeiramente, se estabeleceu gênero como categoria social, não utilizando outros métodos de análise de gênero para evitar que a pesquisa se estendesse além do necessário e acabasse se perdendo em seu próprio conteúdo, visto que a análise de gênero até hoje permanece como um campo frutífero e de diversas possibilidades de estudo, o que pode dificultar a compreensão caso utilizado incorretamente mais de um tipo de avaliação.

Assim sendo, gênero elevado a uma categoria social e analisado dessa maneira possibilitou o entendimento do que é masculino e como ele aparece na sociedade. Especula-se que a provável motivação do masculinizado ainda ser perpetuado está na binariedade em contrapartida com o feminino. A ligação entre opostos do masculino e feminino em uma sociedade tradicional permitem compreender a necessidade de duas categorias diferentes para o que se define a partir do sexo biológico. Dessa forma, a ideia generalizada do masculino como forte, agressivo, dominador e rústico acaba sendo complementada pelo feminino delicado, compassivo, submisso e belo.

No caso da procura pelo homem perfeito, o tom das palavras utilizadas ao longo das páginas do periódico pareciam recriminar a mulher que não foi sábia o suficiente para escolher seu marido, mostrando o homem que ela poderia ter conquistado se tivesse se esforçado mais ou não houvesse sido tão apressada para o matrimônio. As edições serviam como um guia para o casamento, adaptando a mulher ao homem idealizado e internalizando em sua mente qual era o verdadeiro homem que ela deveria desejar como futuro esposo. Com isso, buscou-se entender se havia um estímulo por parte da revista diante da padronização masculina.

O que propaga esse estereótipo está ligado no medo da ausência de um “divisor de águas”. Qualquer ser humano que não se conforma com esses padrões é visto como um *outsider* justamente por não estar adequado ao que lhe foi ensinado desde a infância e deveria ter sido internalizado em sua mente. Esse que tenta aglomerar ambas as qualidades socialmente impostas a cada um dos gêneros é colocado à margem da sociedade por sair do que é esperado. Assim, a partir desse

primeiro momento a ideia de que todos são iguais perante a lei e do respeito ao próximo acaba caindo por terra.

Neste aspecto a questão dos Direitos Humanos já vê um dos primeiros obstáculos. A sociedade se conforma em respeitar o outro enquanto esse outro estiver dentro dos padrões que ela mesma impõe como aceitáveis. A ideia de igualdade entre as pessoas é apenas aos que aceitam serem iguais uns aos outros. Qualquer traço que fuja do que se deveria esperar do masculino já deixa esse indivíduo numa condição abaixo dos demais homens aos olhos da sociedade tradicional, e é por este motivo que as ideias do respeito e igualdade permanecem no plano teórico, mas no campo prático comumente são violadas pelos demais “cidadãos de bem”.

A escolha do recorte temporal como a década de 1950 é pelo motivo da idealização de uma sociedade que permanece no imaginário popular como um período de evolução e de conquistas tecnológicas, assim como o advento da modernização nos lares, indústrias e na economia. A ideia de uma sociedade que vive sob a teórica “ordem e progresso” é aqui estabelecida e propagada até os dias atuais. No final da década de 2010, a população brasileira ainda coloca como objetivo marchar sob os ideais da bandeira ao mesmo passo em que ignora condições sociais e o outro marginalizado.

Além disso, a década de 1950 não está tão distante assim pelo ponto de vista histórico. Aqueles que foram educados por pais que liam essas revistas e periódicos são, hoje em dia, pais e avós. Aqueles que leram as revistas são avós e bisavós. Mais de duas gerações foram moldadas diante desses ideais propostos pela mídia, e ainda que certas características não prevaleçam mais até hoje, em grande parte a ideia da adequação da masculinidade diante do período histórico se faz presente. Sendo assim, até os dias de hoje vivemos diante de modelos do masculino propostos há décadas atrás, sem nenhum tipo de desconstrução efetiva ou ampliação no acolhimento das minorias de gênero.

Independente do recorte histórico a questão do diferente e do masculino, nesse sentido. Se está à margem, é porque há um motivo. Se é diferente, é por alguma falha. Não é sem motivo o questionamento paterno quando o filho possui alguma diferença na sua definição de gênero propagar a ideia de “Onde foi que eu errei?”. Acredita-se na culpa dos pais para a falha da masculinidade do jovem porque não se discute a ideia de novas formas de classificação de gênero. A padronização pelo

cisgênero e pelo que é binário encontra, em tempos de retrocesso, em busca de um progresso especulado e idealizado, um campo fértil. Foi assim na década de 1950 e se revive esse sentimento na década de 2010. O diferente, como de costume, busca seu espaço numa sociedade que conserva a mentalidade retrógrada e atrasada e considera que existe uma classificação social de seres humanos, ainda que indiretamente, a partir do momento em que classifica determinados indivíduos como “humanos direitos”.

Por esse motivo a análise deste preconceito enraizado é necessária, assim como a conceitualização de gênero. A busca eterna pelo másculo estampada nas páginas dos periódicos analisados e a idealização de estrelas do cinema que correspondem a esses estereótipos, assim como o deboche perante os que fogem a esse estilo. O homem másculo permanece frágil até os dias de hoje. É, e não é, uma vítima do próprio sistema. Ao mesmo tempo que é condenado a viver de acordo com a idealização do que é ser homem “de verdade”, usa disso como vantagem para exercer seu poder diante da sociedade.

Até os dias atuais, a culpa de muitos dos efeitos da masculinidade enraizada e do machismo existente em nossa sociedade recai sobre o feminino. O divórcio, aceito há décadas no Brasil, ainda preocupa famílias e é motivo de escândalo. O adultério, em certa medida, continua sendo visto como culpa da mulher pelos vários motivos existentes. O jovem LGBTQI+ que se assume para a família ainda é motivo de vergonha. O homem que chora é motivo de piada. O homem que não faz mais do que a obrigação ao cuidar dos filhos e ter tempo para eles, por pouco não ganha medalhas e coroas de louros. O homem másculo frágil que agride a mulher ainda é inocentado por falta de provas. O progresso que acreditamos alcançar – teoricamente – diz respeito a economia, a indústria e a sociedade. Indaga-se: qual é essa sociedade? A sociedade dos humanos direitos que acreditam que vidas podem ser colocadas abaixo de interesses econômicos, se isso lhes garantir determinado progresso.

As pautas dos Direitos Humanos ainda são vistas como brincadeira e discutidas ocasionalmente com um olhar diferente e dependendo de que igualdade se está falando considera-se até mesmo como algo demonizado, e conseqüentemente, comunista. Algo que também se tinha medo na década de 1950. Prova-se que a humanidade vive num ciclo de repetição eterna em que a busca por qualidade de vida e direitos a todos é algo colocado sob um aspecto negativo. Vive-

se numa sociedade conformada em tratar os outros rispidamente porque escolheram não se adequarem.

Analisando, portanto, o homem másculo, nota-se que esse, na verdade, vive num estado de eterna provação social para mostrar que vive conforme o que a sociedade lhe impõe e a mídia o incentiva – e inocenta – em grande parte, sendo que qualquer local de dissonância e resistência que apareça é vilanizado. Os Direitos Humanos ainda precisam de um tempo para poderem moldar uma sociedade tão conformada no que lhe é tradicional, como a sociedade brasileira, como é a prova das poucas mudanças nessas questões ao longo de quase sete décadas. A questão de desconstruir o másculo e flexibilizar a identidade de gênero no que lhe é socialmente esperado e aceito precisa não apenas de tempo, mas esforço e incentivo para aceitação. No entanto, será difícil desconstruir a questão de gênero numa sociedade que acredita na chamada ideologia de gênero e demoniza os Direitos Humanos quando esses se mostram como acolhedores de todos aqueles que são humanos.

Para começar a adequar a sociedade para os moldes idealizados pela questão humanitária se faz necessário, primeiramente, tornar a população mundial devidamente humanizada. Só dessa maneira se alcançará algum avanço em questões sociais de grande importância, que até hoje são colocadas em grau de cada vez menor importância por não dizerem respeito a economia e ao “progresso”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de. (orgs) **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DA PROPAGANDA NO BRASIL**. Rio de Janeiro: FGV/ABP, 2007.
- ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BAUBÉROT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. In: COBRIN, Alain; COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade vol. 3: A virilidade em crise? Séculos XX – XXI**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. Pt. II, Cap. 1, p. 189 – 220.
- BOUDON, Raymond. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. A condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.
- \_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma História Social da Mídia: De Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BRUGUÉ, Quim. Da Gestão Pública para a Administração Deliberativa. **Estado, Planejamento e Administração Pública no Brasil**. Curitiba: IMAP, p. 65 – 77, 2014. Disponível em: <<http://imap.curitiba.pr.gov.br/index.php/estado-planejamento-e-administracao-publica-no-brasil-2014/>>. Acesso em: 15 out. 2017.
- CHÂTELET, François. **As Concepções Políticas do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- COMPARATO, Fabio Konder. **Fundamento dos Direitos Humanos**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 1997. Disponível em: <[www.dhnet.org.br/direitos/anthist/a\\_pdf/comparato\\_fundamentos\\_dh.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/a_pdf/comparato_fundamentos_dh.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2017.
- COUTINHO, Karyne Dias. O mal-estar da pós-modernidade. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: n. 18, p. 138 – 140, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782001000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782001000300016)>. Acesso em: 10 out. 2017.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano, v. 10: sociedade e política (1930 – 1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Brasil Republicano, v. 11: economia e cultura (1930 – 1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FIALHO, Fabrício Mendes. **Uma crítica ao conceito de masculinidade hegemônica**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa, 2006.

Disponível em: [http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006\\_9.pdf](http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_9.pdf). Acesso em 08 set. 2017.

FORTH, Christopher E. Masculinidades e virilidades no mundo anglófono. In: COBRIN, Alain; COURTINE; Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade vol. 3: A virilidade em crise? Séculos XX – XXI**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. Pt I, Cap. 5, p. 154 – 186.

FOUCAULT, Michel. **Aula de 17 de março de 1976. Do poder da soberania ao poder sobre a vida**. In: Em Defesa da Sociedade: curso no Collège e France (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 2. O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. (org.) **História da vida privada no Brasil vol. 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Cap. 8, p. 489 – 558.

\_\_\_\_\_. O populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito. **Tempo**. Rio de Janeiro: vol. 1, n. 2, p. 31 – 48, 1996. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/artg2-2.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-2.pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

HAROCHE, Claudine. Antropologias da virilidade: o medo da impotência. In: COBRIN, Alain; COURTINE; Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade vol. 3: A virilidade em crise? Séculos XX – XXI**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. Pt I, Cap. 1, p. 14 – 34.

HEILBORN, Maria Luia. Gênero e Hierarquia: a costela de Adão revisitada. **Estudos Feministas**. Florianópolis: vol. 1, n. 1, p. 50 – 82, 1993. Disponível em:

<[http://www.jstor.org/stable/43904447?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/43904447?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 09 out. 2017.

HIGONNET, A. Mulheres, imagens e representações. In: PERROT, Michelle, DUBY, Georges. **História das Mulheres no ocidente vol 5: O século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IZECKSOHN, Vitor. Quando era perigoso ser homem. Recrutamento compulsório, condição masculina e classificação social no Brasil. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. (orgs.) **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Unsep, 2013. cap. 9, p. 267 – 298.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: EDA/FBN, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LAUWE, Paul-Henri de; LAUWE, Marie-José Chombart de. A evolução contemporânea da família: estruturas, funções, necessidades. **Análise Social**. Lisboa: vol. 3, n. 12, p. 475 – 500, 1965. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/41008331?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/41008331?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 19 jan. 2019.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOBATO, Mayara Luma Maia. **A trajetória do feminino na imprensa brasileira: o jornalismo de revista e a mulher do século XX**. Ouro Preto: 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução**. In: Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, jul. 1995. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71722>>. Acesso em: 15 set. 2017.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: **História da Vida Privada no Brasil 3: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Cap. 5, p. 367 – 422.

MARCONDES, Pyr. **Uma História da Propaganda Brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma História das Sensibilidades em Foco – a masculinidade. In: **História: Questões & Debates**. Curitiba: UFPR, n. 34, p. 45 – 63, 2001.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.) **História da vida privada no Brasil vol. 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Cap. 9, p. 559 – 658.

MONTEIRO, Marko. Masculinidades em revista: 1960 – 1990. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. (orgs.) **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Unsep, 2013. cap. 11, p. 335 – 358.

MÜLLER, Angélica. Não se nasce viril, torna-se: juventude e virilidade nos “anos 1968”. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. (orgs.) **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Unsep, 2013. cap. 10, p. 299 – 334.

NASCIMENTO, Arlindo Mello do. **População e família brasileira: ontem e hoje**. Caxambú: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006. Disponível em: <[http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/populacao\\_familia\\_nascimento\\_abe\\_p06.pdf](http://www.nomads.usp.br/disciplinas/SAP5846/populacao_familia_nascimento_abe_p06.pdf)>. Acesso em: 18 jan. 2019.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 8, n. 2, p. 9 – 41, 2000. Disponível em: <[http://www.jstor.org/stable/43596547?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/43596547?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 09 out. 2017.

NOVAES, Joanna de Vilhena. “Aqui tem homem de verdade”. Violência, força e virilidade nas arenas de MMA. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. (orgs.) **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Unsep, 2013. cap. 12, p. 359 – 386.

OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. **A beleza que se compra... O gênero que se constrói**. Uma análise a partir dos anúncios publicitários de produtos de beleza para homens e mulheres. 7º Seminário Internacional Fazendo Gênero: UFSC, 2006. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st\\_43.html](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/st_43.html)>. Acesso em: 15 Out. 2018.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

\_\_\_\_\_. Discursos Sobre a Masculinidade. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 6, n. 1, p. 91-112, 1998. Disponível em: <[http://www.jstor.org/stable/43904025?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/43904025?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 05 set. 2017.

Organização das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco: 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2018.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: Cultura brasileira e indústria cultural. 3ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PRIORE, Mary Del. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

RAGO, Margareth. **Descobrendo historicamente o gênero**. Campinas: UNICAMP. *adernos Pagu* n. 11, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465>>. Acesso em: 17 set. 2017.

RASPANTI, Márcia Emilio. O que “eles” vestem: moda, vaidade e masculinidade no Brasil. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. (orgs.) **História dos Homens no Brasil**. São Paulo: Unsep, 2013. cap. 6, p. 185 – 212.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa no Brasil**. São Paulo: v. 38, n. 2, p. 275 – 288, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-58442015000200275&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-58442015000200275&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 14 Ago. 2018.

SANTOS, Liana Pereira Borba dos. **Mulheres e revistas**: a dimensão educativa dos periódicos femininos *Jornal das Moças, Querida* e *Vida Doméstica* nos anos 1950. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. Disponível em: <[http://www.proped.pro.br/teses/teses\\_pdf/2009\\_1-539-ME.pdf](http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2009_1-539-ME.pdf)>. Acesso em: 1 Ago. 2018.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, jul. 1995. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 16 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Fantasy Echo: History and the Construction of Identity.** In: *Critical Inquiry*. JSTOR: JSTOR, vol. 27, n. 2, 2001. p. 284 – 304. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/1344251?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/1344251?seq=1#metadata_info_tab_contents)>. Acesso em: 02 jan. 2019.

SCOTT, R. Parry. **O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico.** São Paulo: Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, 1990. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1095>>. Acesso em: 04 set. 2017.

SILVA, Air Vieira da.; DAUBER, Lia. O papel do pai na sociedade contemporânea. **Revista Interbio.** Dourados: UNIGRAN, vol. 7, n. 2, 2013. p. 57 – 66. Disponível em: <[https://www.unigran.br/interbio/paginas/ed\\_anteriores/index.php?id=artigo&codigo=%2096&cam=vol7\\_num2](https://www.unigran.br/interbio/paginas/ed_anteriores/index.php?id=artigo&codigo=%2096&cam=vol7_num2)>. Acesso em: 16 jan. 2019.

SILVA, Sergio Gomes da. **Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos.** *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, vol. 20, n. 3, set. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-989320000003000003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-989320000003000003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 set. 2017.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda; BONETTI, Lindomar; COLIN, Denise Arruda. Políticas públicas e Direitos Humanos: crítica aos fundamentos epistemológicos e a incidência dos sujeitos coletivos. In: Lima, Cezar Bueno de; Guebert, Mirian Célia Castellain (orgs.). **Teoria dos Direitos Humanos em Perspectiva Interdisciplinar.** Curitiba: PUCPRESS, p. 69 – 95, 2016.

VALDÍVIA, Marcia Barros. **A São Paulo glamourosa: encantos e desencantos (1949 – 1959).** São Paulo: PUCSP, 2008. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13063>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

VICENTE, Daniel Domith; SOUZA, Lídio de. **Razão e sensibilidade: ambigüidades e transformações no modelo hegemônico de masculinidade.** *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 21-34, jun. 2006. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672006000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672006000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 08 set. 2017.

VIRGILI, Fabrice. Virilidades inquietas, virilidades violentas. In: COBRIN, Alain; COURTINE; Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade vol. 3: A**

virilidade em crise? Séculos XX – XXI. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. Pt I, Cap. 3, p. 82 – 115.

WANG, May-Lin; JABLONSKI, Bernardo; MAGALHÃES, Andréa Seixas. Identidades Masculinas. Limites e possibilidades. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 12, n. 19, p. 54-65, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/243>>.

Acesso em: 19 set. 2017.

ZECHLINSKI, Beatriz Polidori. **Imagens do casamento e do amor em Nelson Rodrigues**: um estudo das representações de gênero na literatura publicada em jornal entre 1944 e 1961. Curitiba: UFPR, 2006. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/5749>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

## FONTES PRIMÁRIAS

JORNAL DAS MOÇAS. **Jornal das Moças (1950 – 1959)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>>.